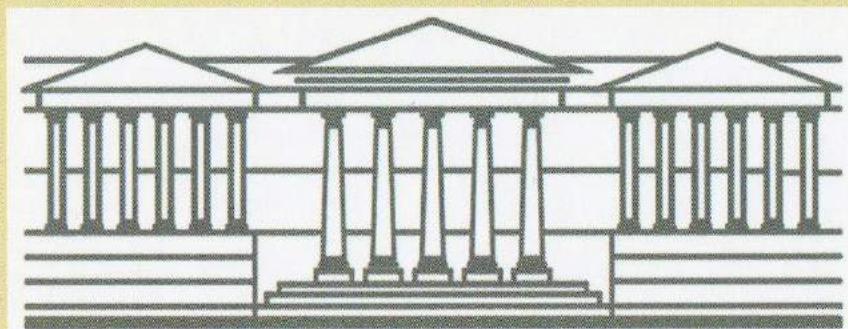




IX Congresso Brasileiro de História Econômica
e 10^a Conferência Internacional
de História de Empresas
- ABPHE -

Programação
Caderno de Resumos



7 a 9 de setembro de 2011
Departamento de Economia - UFPR
Curitiba, PR

**IX Congresso Brasileiro
de História Econômica**

10^a Conferência
Internacional de
História de Empresas

Programação

Caderno de Resumos

7 a 9 de setembro de 2011

Universidade Federal do Paraná

Departamento de Economia

Curitiba • Paraná

Capa

Armando Dalla Costa

Ricardo Nascimento

Congresso Brasileiro de História Econômica (9: 2011: Curitiba, PR)
Programação: Caderno de Resumos/Associação Brasileira de
Pesquisadores em História Econômica; Congresso Brasileiro de
História Econômica; Conferência Internacional de História de
Empresas - Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.
150p.

Realizado simultaneamente com: 10^a Conferência Internacional
de História de Empresas

1. História Econômica - Congressos. 2. Desenvolvimento econômico.
I. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.
II. Conferência Internacional de História de Empresas (10.: 2011:
Curitiba, PR). III. Título

CDD 330.9

Diretoria (2009-2011)

Presidente: Pedro Paulo Zahluth Bastos (UNICAMP)

Vice-Presidente: Armando Dalla Costa (UFPR)

1^a Secretária: Ligia Maria Osório Silva (UNICAMP)

2^o Secretário: Alcides Goularti Filho (UNESC)

1^o Tesoureiro: Eduardo de Barros Mariutti (UNICAMP)

2^o Tesoureiro: Pedro Antonio Vieira (UFSC)

Conselho de Representantes (2009-2011)

Região Norte

Fábio Carlos da Silva

Roberto Araújo de Oliveira Santos

Região Nordeste

Luís Fernando Saraiva

Rita de Cássia da Silva Almico

Região Centro-Oeste

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Teresa Cristina de Novaes Marques

Dulce Portilho Maciel

Região Sudeste

Alexandre Mendes Cunha

Alexandre Macchione Saes

Região São Paulo

Pedro Ramos

Cláudia Heller

Luciana Suarez Lopes

Região Sul

Fernando Franco Netto

Maria Heloisa Lenz

Pedro César Dutra Fonseca

Comissões Científicas 2011

1 Brasil Colônia

Carlos Gabriel Guimarães (UFF)
Renato Marcondes (USP-RP)
Teresa Cristina de Novaes Marques (UnB)

2 Brasil Império

Alexandre Saes (USP)
Márcia Eckert Miranda (UNIFESP)
Pedro Antonio Vieira (UFSC)

3 Brasil República

Fábio Dória Scatolin (UFPR)
Pedro Dutra Fonseca (UFRGS)
Pedro Paulo Bastos (UNICAMP)

4 História Econômica Geral e Economia Internacional

Luciana Suarez Lopes (USP)
Amaury Gremaud (USP-RP)
Ronaldo Herrlein Jr. (UFRGS)

5 História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

Carlos Suprinyak (CEDEPLAR/UFMG)
Rogério Arthmar (UFES)
Pedro Chadarevian (UFSCAR)

6 História de Empresas e História da Tecnologia

Alcides Goularti Filho (UNESC)
Marcos Paulo Fuck (UFPR)
Guilherme Grandi (Faculdade Cásper Líbero)

Comissão Organizadora

Presidente: Armando Dalla Costa (UFPR)
Pedro Paulo Zahluth Bastos (UNICAMP)
Fábio Dória Scatolin (UFPR)
João Basílio Pereima Neto (UFPR)
Marco Antonio Ribas Cavaliere (UFPR)
Fernando Motta Correia (UFPR)
Laura Marques Valente (FESP)
Eduardo Gelinski Junior (UNOESC/UFPR)
Alcides Goularti Filho (UNESC)
Pedro Einloft (UFPR)
Pedro Lopes Marinho (UESC/UFPR)
Ricardo Nascimento (UFPR)
Patrícia Keiko Ramos (UFPR)
Helena Dill (UFPR)

Comissão Executiva

Presidente: Armando Dalla Costa (UFPR)
Fábio Dória Scatolin (UFPR)
João Basílio Pereima Neto (UFPR)
Marco Antonio Ribas Cavaliere (UFPR)
Fernando Motta Correia (UFPR)
Pedro Einloft (UFPR)
Pedro Lopes Marinho (UESC/UFPR)
Eduardo Gelinski Junior (UNOESC/UFPR)

PROGRAMAÇÃO

DIA 7 DE SETEMBRO DE 2011 - QUARTA

14:00 - Credenciamento

14:00 - Reunião do Conselho de Representantes

15:00 - 16:45 - SESSÕES TEMÁTICAS I

Sessão Brasil Colônia I - Cidades e espaço no Brasil Colônia

Sala: 001

- Fernando Victor Aguiar Ribeiro (USP) - A terra urbana colonial na vila de São Paulo
- Alessandro Borsagli (PUC-MG) e Fernanda Guerra Lima Medeiros (CEFET-MG) - História econômica da cidade de Diamantina/MG
- Allan Thomas Tadashi Kato (UFPR) - O espaço dos moradores 'pobres' e nobres em Antonina (1808)
- José Micaelson Lacerda Morais (URCA) e Fernando Cezar de Macedo (UNICAMP) - A formação social brasileira no espaço: o capitalismo mercantil e a conformação do nordeste

Sessão Brasil Império I - O café e a economia imperial

Sala: 002

- Bruno Gabriel Witzel de Souza (FEA-USP) - Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista - um estudo quantitativo dos contratos de parceria

- Carlos Alberto Medeiros Lima (UFPR) - São Paulo, o açúcar, o café e o rearranjo da década de 1840
- Fania Fridman (UFRJ) - Utopias no Rio de Janeiro Imperial
- Fernando Antonio Alves da Costa (USP) - O café e os escravos: um estudo dos efeitos do desenvolvimento da cafeicultura sobre a população cativa da zona da mata mineira do século XIX
- Rabib Floriano Antonio (UFJF) - A contribuição do vale médio do rio Paraíba na formação do mercado internacional de café do século XIX: um panorama histórico
- Fernando Franco Netto (UNICENTRO), Heloísa Maria Teixeira (UNI-BH) - Economia e escravidão: Batismos de crianças escravas e ingênuas - um estudo comparativo entre as localidades de Guarapuava (PR) e Mariana (MG) na segunda metade do século XIX

Sessão Brasil República I - Planos Econômicos no Brasil Republicano

Sala: 003

- Ana Cláudia Caputo (BNDES), Hildete Pereira de Melo (UFF), Glória Maria Moraes da Costa (CEBELA), Victor Moraes de Araújo (IPEA) - O desenvolvimentismo do projeto liberal: o PAEG e o BNDE
- Christiane Luci Bezerra Alves (URCA), Luiza Isabel de Alcantara Primo (URCA) - Política de estabilização e situação fiscal no Brasil: um balanço da experiência do Plano Real
- Eduardo Figueiredo Bastian (UFRJ) - O Paeg e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização
- Felipe Pereira Loureiro (USP) - A "última chance": o governo Kennedy e o Plano Trienal
- Ulisses Rubio Urbano da Silva (UNICAMP) - A FIESP e a política econômica do governo Castelo Branco antes do PAEG

Sessão Brasil República II - A força de trabalho na República

Sala: 005

- Cláudia Alessandra Tessari (UNIFESP) - Viveiros de braços para a colheita: núcleos coloniais e mecanização do café em São Paulo -1895-1911
- Eliana Tadeu Terzi (UNIMEP), Maria Thereza Miguel Peres (UNIMEP), Lília Maria de Toledo Piza Martins (UNIMEP) - O cortador de cana na região de Piracicaba: relações de trabalho e mobilização social no final dos anos 1980
- José Antonio Fernandes (UFGD) - Ensaio sobre os "mundos ervateiros" e as relações de trabalho: Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso
- Luciana Portilho da Silva (UNICAMP) - Mulher e mercado de trabalho: perfil e participação feminina entre as décadas de 1940 e 1960

Sessão História Econômica Geral e Economia Internacional I - Índia, China e Brasil

Sala: 014

- Alexandre Queiroz Guimarães (PUC-MG) - A economia política do modelo econômico chinês: o Estado, o mercado e os principais desafios
- Bruno de Campos (UFSC) - Notas sobre o desenvolvimento econômico e a industrialização da Índia
- Hugo Correia Pinheiro (UNICAMP) - Favorecimentos geopolíticos no processo de desenvolvimento: uma comparação entre a Ásia-Pacífico e o Brasil
- Mirian Kaminishi (Waseda University) - O sistema monetário com múltiplas moedas em circulação: o exemplo do Nordeste da China (Manchúria) no início do século XX

Sessão História do Pensamento Econômico e Metodologia I - Celso Furtado e o Brasil

Sala: 015

- Carlos Henrique Lopes Rodrigues (UFVJM) - O I Congresso Brasileiro de Economia e o imposto sobre lucros extraordinários: um embate entre industrialistas e liberais
- Cláudia Heller (UNESP), Renata Cipolli D'Arbo (IMESB) - Evolução da abordagem analítica da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado
- Daniel do Val Cosentino (UNIFAL) - História do Pensamento Econômico no Brasil? Reflexões metodológicas e historiográficas
- Daniel do Val Cosentino (UNIFAL), Francisco Monticelli Valias Neto (UNIFAL) - Três momentos na obra de Celso Furtado
- Thales Augusto Zamberlan Pereira (UFRGS) - Organizar a sociedade brasileira de modo definitivo: imigração e o pensamento sócio-econômico no Brasil (1870-1900)

17:00 - 18:45 - SESSÕES TEMÁTICAS II

Sessão Brasil Império II - A economia e as províncias imperiais

Sala: 001

- Leandro Braga de Andrade (UFRJ) - Economia urbana de Ouro Preto no século XIX, através das escrituras cartoriais
- Marcos Lobato Martins (UNIFAL) - Terras, fazendas e fortunas rurais em Alfenas, MG (1850-1880)
- Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (UFV) - O projeto de criação da província dos Goytacazes (1835-1855)
- Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (UFMA), Ivaldo Guimarães Macieira Neto (UFMA) - O comércio marítimo do Pará no século XIX
- Vitor Marcos Gregório (USP) - Debatendo a criação do Paraná: economia e a política no início do Segundo Reinado,

1843

Sessão Brasil República III - Industrialização e centralização de capitais

Sala: 002

- Pedro Henrique Pereira Campos (UFF) - Semeando gigantes: centralização de capitais e diversificação das atividades das empreiteiras brasileiras no final da ditadura civil-militar
- Eduardo Lelis Zupardo (UNOPAR) - Industrialização do Vale do Paraíba entre as décadas de 1930 e 1980
- Gustavo S. Cortes (FEARP-USP), Renato L. Marcondes (FEARP-USP), Maria Dolores M. Diaz (FEA-USP) - Financing Brazilian Industry: a study of the Mortgage Market's Evidences in the City of São Paulo

Sessão História Econômica Geral e Economia Internacional II - A formação europeia

Sala: 003

- Débora Garcia Gaspar (UFRJ) - Aspectos da "internalização financeira" no "espaço alemão" e da adesão ao padrão Libra-Ouro: 1815-1871
- Jessé Moraes Pacheco (UFU), Ebenezer Pereira Couto (UFU) - O enfoque territorial europeu e suas contribuições potenciais à América Latina
- Marina Macado de Magalhães Gouvêa (UFRJ) - O manto europeu no século XVII: a disputa dinástica entre Bourbons e Habsburgos e o surgimento do sistema interestatal capitalista
- Wallace Moreira Lima (UNICAMP), Tatiana Belanga Chicareli (UNICAMP) - História econômica e os ciclos econômicos do capitalismo à luz da formação da Europa

Sessão História do Pensamento Econômico e Metodologia II - Planejamento e desenvolvimento

Sala: 014

- Wilson Vieira (UNICAMP) - Planejamento democrático e desenvolvimento econômico no pensamento de Celso Furtado (1950-1964)
- Wesley Pereira de Oliveira (UNB), José Raimundo Barreto Trindade (UFPA), Danilo Araújo Fernandes (UFPA) - O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia no período 1946-66 e sua relação com o ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro
- Roberto Pereira Silva (USP) - As relações entre história e teoria econômica na obra de Celso Furtado (1954-1959)
- Leonardo Dias Nunes (UNICAMP), Fábio Pádua dos Santos (UNICAMP) - Escola de Campinas: Uma contextualização histórica para seu estudo

Sessão História de Empresas e História da Tecnologia I - O BNDES e a atuação do Estado

Sala: 015

- Alexandre Ricardi (USP) - O capital nacional na Primeira República: a Companhia Água e Luz do estado de São Paulo e a formação do parque elétrico paulistano, 1890-1910
- André da Silva Redivo (UFSC), Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC), Wadricia Luiza Ferreira Gomes (UFSC) - O BNDES e sua atuação no período desenvolvimentista: 1950-1980
- Elson Rodrigo de Souza-Santos (UFPR), Armando Dalla Costa (UFPR) - BNDES: trajetória internacional e poder estatal

**19:00 - ABERTURA OFICIAL DO CONGRESSO E
CONFERÊNCIA**

Coordenador: Armando Dalla Costa - UFPR

Conferencista: Colin Lewis - London School of Economics (Grã-Bretanha)

Tema: 'Colonial' Industry and 'Modern' Manufacturing: opportunities for labor-intensive growth in Latin-America, c. 1800-1940.

DIA 8 DE SETEMBRO - QUINTA-FEIRA

8:00 - 9:45 SESSÕES TEMÁTICAS III

Sessão Brasil Colônia II - Terra e capital no Brasil Colônia

Sala: 001

- Angelo Alves Carrara (UFJF) - As receitas imperiais portuguesas: estrutura e conjunturas, séculos XVI-XVIII
- Teresa Cristina de Novaes Marques (UNB) - O corpo mercantil do Recife e o descrédito de comerciantes no início do século XIX
- Bruno Aidar (FFLCH-USP e FAPESP) - A arrematação dos contratos da Capitania de São Paulo na arquitetura fiscal do reinado de D. João V
- Fábio Lucas Pimentel de Oliveira (UNICAMP) - Frações de capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva
- Fernando Gaudereto Lamas (UFF e UFJF) - Conflitos em torno da terra na área central da Mata de Minas no último quartel do século XVIII: Uma análise econômica e social

Sessão Brasil Império III - Bancos, crédito e empresas

Sala: 002

- Hernán Enrique Lara Sáez (USP) - A interação entre políticos, redes de apoio e empresas privadas no Brasil de meados do século XIX
- Gustavo Pereira da Silva (UNICAMP) - A força do capital nacional: a liderança da casa comissária exportadora J.F. de Lacerda & Cia. (1877-1887) no comércio de café pelo porto de Santos-SP
- Luiz Adriano Gonçalves Borges (UFPR) - Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência
- Thiago Fontelas Rosado Gambi (UNIFAL) - O segundo Banco do Brasil e o debate entre papelistas e metalistas
- Rita de Cássia da Silva Almico (UFRB) - Dever e pagar: as relações de crédito e pessoais nos acertos de dívidas

Sessão Brasil República IV - As ferrovias no Brasil

Sala: 003

- Guilherme Babo Sedlacek (UFF) - Companhia Estrada de Ferro Therezopolis: uma empresa do encilhamento em meio à política republicana fluminense
- Hamilton Afonso de Oliveira (UEG) - A estrada de ferro e sua influência no consumo da região sul de Goiás, 1870-1930
- Leonardo Milanez de Lima Leandro (UFPA), Fábio Carlos da Silva (UFPA), Jovenildo Cardoso Rodrigues (UFPA) - O papel da estrada de ferro de Bragança na colonização e economia da Amazônia Oriental (1870-1960)
- Marcel Pereira da Silva (USP) - Nos trilhos da incerteza: a rede mineira de viação no quadro do transporte ferroviário brasileiro (1951-1961)

Sessão Brasil República VIII - Café e agricultura

Sala: 005

- Rogério Naques Faleiros (UFES), Neide Cesar Vargas (UFES) - A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agro-exportadora
- Ana Paula Menezes (UFGD) - Marcha para oeste e o anti-go sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970)
- Leonardo Soares Santos (UFF) - A produção agrícola numa metrópole: economia e cotidiano dos pequenos lavradores do sertão carioca
- Renato Perim Colistete (FEA-USP), Maria Lucia Lamou-nier (FEARP-USP) - The end of plantation? Coffee and land inequality twentieth century São Paulo

Sessão História Econômica Geral e Economia Interna-cional III - Estados e políticas europeias

Sala: 014

- Gabriel Almeida Antunes Rossini (UNICAMP) - Notas acerca das políticas fabril-manufatureira e monetária portu-guesas implementadas em fim do século XVII
- Rogério Arthmar (UFES) - Política e economia na Terceira República: O governador Moreau e a Batalha do Franco no entreguerras
- Maria de Fátima S. C. Previdelli (USP), Luiz Eduardo Si-mões de Souza (UFAL) - A economia portuguesa inserida na comunidade econômica europeia (1986-2005)

Sessão História do Pensamento Econômico e Metodo-logia III - Pensamento econômico no Brasil

Sala: 015

- Amaury Patrick Gremaud (FEARP-USP) - Murtinho e Vieira Souto: críticas e contra-críticas à política monetária
- Guilherme Ariel Astolpho de Aguiar (UNESP) - Estagna-

ção e perversidade na economia política brasileira; resenha crítica da tese estagnacionista furtadiana e de sua réplica

- Rafael Gonçalves Gumiero (UFSCAR) - A teoria do sub-desenvolvimento: entre o centro e a periferia
- Diego Maganhotto Coraiola (UFPR e UNICURITIBA), Armando Dalla Costa (UFPR) - Arquivos empresariais: fatores de desenvolvimento e principais agentes condicionantes

Sessão História de Empresas e História da Tecnologia II - Cooperativas e outras empresas

Sala: 016

- Armando Wilson Tafner Junior (UFPA), Fábio Carlos da Silva (UFPA) - A história emblemática da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu no nordeste paraense
- Leonela Guimarães da Silva (UNEMAT), Índio Campos (UFPA) - Desenvolvimento e estrutura da indústria de carne bovina no Brasil
- Lucas Araújo Carvalho (UFAC) - Projeto "Reca" - um modelo de organização econômica e social ambientalmente sustentável na Amazônia Sul-Occidental
- Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC), Ricardo Lopes Fernandes (UNICAMP) - Da roda d'água à nanotecnologia: a trajetória da evolução tecnológica do setor têxtil

10:00 - 12:00 - MESA-REDONDA I

A importância dos Centros de Memória como fonte de pesquisa

Coordenador: Prof. Dr. Armando João Dalla Costa - UFPR

- Flávia Borges Pereira - Centro de Memória Klabin
- Luciana Amaral - Centro de Memória Bunge
- Clarissa Schmidt - Centro de Documentação e Me-

mória do Grupo GOL

- Isabel Regina Félix - Fundação Energia e Saneamento
- Miriam Collares Figueiredo - Memória Petrobrás
- Silvia Fiuza - Memória Globo

14:00 - 15:45 - SESSÕES TEMÁTICAS IV

Sessão Brasil Império IV - Café e pequenas propriedades

Sala: 001

- Bruno Novelino Vittoretto (UFJF) - A conformação da zona da mata mineira no mercado mundial do café do século XIX
- Fabio Wilson Amara Pinheiro (UFRJ) - Para além de números: a influência do tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, zona da mata, c.1809 a c.1830
- Luiz Mateus da Silva Ferreira (UFSC), Pedro Antonio Vieira (UFSC) - Determinantes históricos da (des) igualdade em Santa Catarina
- Mário Marcos Sampaio Rodarte (CEDEPLAR-UFMG), Clotilde Andrade Paiva (CEDEPLAR-UFMG) - Domicílios enquanto unidades de produção e reprodução: a família na Minas Gerais Oitocentista
- Pedro Mendes Loureiro (UNICAMP), Marcelo Magalhães Godoy (CEDEPLAR-UFMG) - Estrutura fundiária e hierarquia social nas Minas Gerais Oitocentistas: estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia

Sessão Brasil República V - Política científica e educacional

Sala: 002

- Ailton Laurentino Caris Fagundes (USP) - Os meandros da política científica e tecnológica do regime militar: interesses e estratégias das casernas
- Julio Manuel Pires (FEARP-USP e PUC-SP) - Política educacional e gasto com educação no período populista
- Sérgio Marley Modesto Monteiro (UFRGS), Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS) - Credibility and populism: a bayesian approach to the Goulart administrations in Brazil

Sessão Brasil República IX - Economia paulista e intermediação mineira

Sala: 003

- Milena Fernandes de Oliveira (UNICAMP) - O "espaço" do comércio na São Paulo da Belle Époque (1890-1915)
- Natália Maria Salla (USP) - Produzir para construir: o desenvolvimento da indústria cerâmica em São Paulo
- Paulo Roberto de Oliveira (USP) - A intermediação mineira do comércio das regiões centrais do Brasil na Primeira República

Sessão História Econômica Geral e Economia Internacional IV - Exportações, crescimento e expansão do capital

Sala: 014

- Erika Herkenhoff (FAE), Lafaiete dos Santos Neves (FAE), Antonio Caron (FAE) - Expansão do capital e mimetismo cultural: uma visão histórica da reprodução dos padrões de consumo centro-periferia
- Fernando Henrique Lemos Rodrigues (UFVJM), Fábio Antonio de Campos (FACAMP) - O ocaso do desenvolvimento: um diálogo com Celso Furtado sobre a transnacionalização do capital

- Maria Heloisa Lenz (UFRGS), Vinicius Dias Fantinel (UFRGS) - Crescimento e crise na Argentina nos séculos XIX e XX: análise do período Frondizi
- Uallace Moreira Lima (UNICAMP) - A dinâmica das exportações brasileiras de bens de capital entre 1974 e 1989

Sessão História do Pensamento Econômico e Metodologia IV - Pensadores econômicos e suas contribuições
Sala: 015

- Adriana Sbicca Fernandes (UFPR) - A contribuição de Daniel Kahneman e Amos Tversky para o estudo das decisões econômicas
- Felipe Almeida - The psychology in the beginning of the original institutional economics: how Freud's insights can complement Veblen's theory
- Luciano de Souza Costa (UNIOESTE e UFPR), Armando Dalla Costa (UFPR) - Coase is not Veblen: a nova economia institucional de Coase versus o institucionalismo originário de Veblen
- Ramón Garcia Fernandez (UFABC), Rafael Galvão de Almeida (FGV-SP) - Hayek *versus* Polanyi: espontaneidade e designio no capitalismo
- Carolina Miranda Cavalcante (UFF) - A pergunta de Coase revisitada e a analogia com os grupos empresariais de Mark Granovetter

Sessão História de Empresas e História da Tecnologia III - A contribuição das ferrovias
Sala: 016

- Suzana Cristina Fernandes de Paiva (UNESP), Claudio Cesar de Paiva (UNESP) - O legado da RFFSA: *Quo Vadis*
- Felipe de Alvarenga Batista (CEDEPLAR-UFMG), Marcelo Magalhães Godoy (CEDEPLAR-UFMG) - O mito da modernização pelos trilhos: a era ferroviária mineira, 1869-1940

- Mario Danieli Neto (UNIFAL) - Aspectos históricos da fábrica de ferro São João de Ipanema (Brasil - SP - Séculos XVIII-XIX)
- Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen (UFF) - Diários cariocas e a disputa entre a Guinle & Cia e a The Rio de Janeiro Tramway Light Power, Co. Ltd. pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal, em 1906

16:00 - 18:00 - MESA-REDONDA II

A obra de Alice Canabrava

Coordenador: Pedro Paulo Bastos - UNICAMP

- Jobson Arruda - USP
- Flávio Saes - USP
- Nelson Nozoe - USP

18:00 - 19:45 - SESSÕES TEMÁTICAS V

Sessão Brasil Colônia III - Comércio e crédito no Brasil Colônia
Sala: 001

- Fábio Pesavento (ESPM-RS) - O mercado de crédito no Rio de Janeiro durante a recessão aurífera: um estudo cliométrico
- Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima (UFRJ) - A circulação monetária do Brasil no século XVIII: Algumas evidências de impactos da Lei de Gresham
- Paula Chaves Teixeira (UFF) - Comércio e redes clientelares nas minas do ouro: caminhos para a construção da riqueza, inserção social e prestígio

- Siméia de Nazaré Lopes (UFRJ) - Sociedades mercantis entre os negociantes do Pará e Rio Negro (1790 - c.1820)

Sessão Brasil República VI - O café e a economia paulista

Sala: 002

- Fábio Rogério Cassimiro Correia (USP) - As transformações no financiamento da cafeicultura paulista durante a Primeira República (1890-1914)
- Pedro Geraldo Tosi (UNESP), Rogério Naques Falciros (UFES), Rodrigo Fontanari (UNESP) - O crédito na cafeicultura paulista: uma proposta de análise e várias escalas
- Renato Leite Marcondes (FEARP-USP) - A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX
- Julio Cesar Zorzenon Costa (UNESP) - A problemática da colonização na década de 1930 e a construção de uma política colonizadora no primeiro governo Vargas

Sessão Brasil República X - A economia brasileira de 1930 a 1950

Sala: 003

- Francisco Luiz Corsi (UNESP) - Inflação e crescimento econômico ao final do Estado Novo
- Marcelo Squinca da Silva (UNICID) - Os nacionalistas e a defesa da Eletrobras no Governo Juscelino Kubitscheck
- Michel Deliberali Marson (UNIFAL) - Diversificação industrial e evolução dos produtos na indústria de bens de capital em São Paulo nas décadas de 1920 e 1930
- Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS) - A Revolução de 1930 e a economia brasileira

Sessão História Econômica Geral e Economia Internacional V - Arranjos institucionais e transformações estratégicas

Sala: 014

- Alexandre Ottoni Teatini Salles (UFES) - Institutional framework of the classical gold standard: examining the first historical wave of financial globalisation
- Erika da Cunha Ferreira Gomes (UNICAMP) - Notas sobre as principais transformações nas estratégias competitivas e dinâmicas de acumulação das grandes corporações no capitalismo contemporâneo
- Fernando Cardoso Pedrão (UNIFACS) - A dimensão histórica das relações internacionais
- Júlio Gomes da Silva Neto (UNESP) - Arranjos institucionais do comércio europeu no pós-guerra e seus efeitos para a economia brasileira

Sessão História do Pensamento Econômico e Metodologia V - História e Teoria da Riqueza e Distribuição

Sala: 015

- Carlos Alberto Lanzarini Casa (UNIPAMPA) - Teoria da realocação da poupança interna
- Henrique Pereira Braga (UNICAMP) - A riqueza das nações e o progresso humano
- Ivan da Costa Marques (UFRJ) - Localizando o global e redistribuindo o local
- Jaques Kerstenetzky (UFRJ) - Alfred Marshall: teoria econômica e história

Sessão História de Empresas e História da Tecnologia IV - Experiências de empresários

Sala: 016

- Julio Lucchesi Moraes (USP) - O magnata de Valência: capitalistas, bicheiros e comerciantes do Primeiro Cinema do Brasil (1904-1921)
- Luiz Carlos Soares (UFF) - John Banks: um professor in-

dependente e itinerante de Filosofia Natural e Experimental no limiar da Revolução Industrial inglesa

- Suzana Quinet de Andrade Bastos (UFJF), Luciana de Assis Mauler (PUC-RJ), Carolina Moraes Sarmiento de Assis (UFJF) - O complexo Agro-Industrial da Floresta: 1858-2010

- Tatiana Belanga Chicareli (UNICAMP) - Sociedade Anônima Comércio e Indústria "Souza Noschese": um estudo de caso

20:00 - MESA REDONDA III

Nelson Werneck Sodré e Pensamento Econômico Latino-Americano

Coordenador: Luiz Carlos Delorme Prado - UFRJ

- João Antonio de Paula - UFMG
- José Gabriel Porcile Meirelles - CEPAL
- César Honorato - UFF

DIA 9 DE SETEMBRO - SEXTA-FEIRA

8:00 - 9:45 - SESSÕES TEMÁTICAS VI

Sessão Brasil Colônia IV - Cartografia e viagens no Brasil Colônia

Sala: 001

- Amália Cristovão dos Santos (USP) - Cartografia da população: São Paulo, 1776.

- Renato Leite Marcondes (FEA-USP, FEARP-USP e

NEHD) e José Flávio Motta (FEA-USP e NEHD) - As viagens do Conceição Esperança (1820-1822)

- Tiago Kramer de Oliveira (USP) - O centro da América do Sul em velhos mapas: notas de pesquisa sobre a ruralidade nas minas do Cuiabá

- Wolfgang Lenk (UFU) - A aclamação de D. João IV na Bahia

Sessão Brasil República VII - Economia capixaba e brasileira

Sala: 002

- Ednilson Silva Felipe (UFES), Arlindo Villaschi Filho (UFES), Ueber José de Oliveira (UFSCAR) - A formação de coalizão de possibilidades: o desenvolvimento da economia capixaba na Primeira República

- Fausto Saretta (UNESP) - Octavio Gouvêa de Bulhões e Celso Furtado: um debate sobre o desenvolvimento brasileiro

- Fernando Cezar de Macedo (UNICAMP) - O papel do Funres na transição da economia capixaba

- Alcides Goularti Filho (UNESC), André Scholl de Almeida (UNESC), Talita Alves de Messias (UNESC) - A trajetória da Sudesul e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil - 1967-1990

Sessão Brasil República XI - A economia solidária

Sala: 003

- Jefferson Oliveira Goulart (UNESP), Thais R. Marin (USP) - Histórico recente das políticas públicas de economia solidária: apontamentos sobre o primeiro governo Lula

- Julianne Alvim Milward (UFRRJ) - Sistema de proteção social brasileiro frente à nova ordem internacional: um exame de sua reconfiguração pós constituição de 1988 até o governo FHC

Sessão História do Pensamento Econômico e Metodologia VI - Economia e política no Brasil

Sala: 014

- Tiago Camarinha Lopes (UFU) - Piero Sraffa e o predomínio da crítica interna construtiva na formação da disciplina de organização industrial
- Fabrício J. Missio (UEMS), Frederico G. Jayme Jr. (CEDEPLAR-UFMG) - Estruturalismo e neo-estruturalismo: velhas questões, novos desafios
- Fábio Henrique Bittes Terra (UFRGS), Fernando Ferrari Filho (UFRGS) - As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas
- Raimundo de Sousa Leal Filho (CEDEPLAR-UFMG) - O financiamento da inovação: em busca de referências teóricas na literatura sobre atividade inventiva
- Pedro Garcia Duarte (USP), Kevin D. Hoover (Duke University) - Observing Shocks

Sessão História do Pensamento Econômico e Metodologia VII - Imperialismo e economia política

Sala: 015

- Ana Paula Sobreira Bezerra (UFPE), Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE) - Retornando ao debate sobre o imperialismo: a atualidade e a necessidade da abordagem marxista de Rosa Luxemburgo
- Caio Graco Valle Cobério (USP) - A renda fundiária no contexto da economia política clássica
- Eduardo Angeli (UNIPAMPA) - Uma discussão sobre o individualismo em economia
- Eduardo da Motta e Albuquerque (CEDEPLAR-UFMG) - Mercado, tecnologia e socialismo: nota sobre a rodada atual de um debate histórico

Sessão História de Empresas e História da Tecnologia V - Empresas públicas e privadas

Sala: 016

- Georges Flexor (UFRRJ) - Instituições, empresários e a história das empresas: algumas considerações gerais a partir do caso da Brasil-Foods
- Armando Dalla Costa (UFPR), Guilherme Augusto Almeida (UFPR) - Brahma e Antarctica criam AmBev, unem-se à Interbrew e intensificam sua internacionalização
- Heloisa de Puppi e Silva (FAE), Christian Luiz da Silva (UTFPR), Cleverson V. Andreoli (FAE) - A observação do desenvolvimento local a partir da história das empresas: a Klabin e o município de Telêmaco Borba-PR
- João Rodrigues Neto (UFRN) - A Petrobras: da quebra do monopólio às perspectivas de produção na camada do pré-sal - 1997-2009

10:00 - 12:00 - MESA REDONDA IV

Mesa Especial ABPHE - Centro Celso Furtado: Celso Furtado e o Plano Trienal

Coordenador: Rosa D'Aguiar - CICEF

- Pedro Paulo Bastos - UNICAMP
- Pedro Cezar Dutra Fonseca - UFRGS

14:30 - 16:30 - MESA REDONDA V

História do Pensamento Econômico no Brasil e no mundo: tendências

Coordenador: Marco Antonio Ribas Cavalieri - UFPR

- Hugo Cerqueira - UFMG
- Rogério Arthmar - UFES
- Pedro Garcia Duarte - USP

16:45 - CONFERÊNCIA

Coordenador: Ramon Garcia Fernandez - UFABC
Conferencista: Malcolm Ruhterford - University of Victoria (Canadá)
Tema: The Institutional Movement in American Economics 1918-1947

19:00 - ASSEMBLEIA DA ABPHE

SESSÕES TEMÁTICAS I - DIA 07/09/2011 (Quarta)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia I	Cidades e espaço no Brasil Colônia	001	15:00 16:45
Brasil Império I	O café e a economia imperial	002	15:00 16:45
Brasil República I	Planos econômicos no Brasil Republicano	003	15:00 16:45
Brasil República II	A força de trabalho na República	005	15:00 16:45
História Econômica Geral e Economia Internacional I	Índia, China e Brasil	014	15:00 16:45
História do Pensamento Econômico e Metodologia I	Celso Furtado e o Brasil	015	15:00 16:45

SESSÕES TEMÁTICAS II - DIA 07/09/2011 (Quarta)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Império II	A economia e as províncias imperiais	001	17:00 18:45
Brasil República III	Industrialização e centralização de capitais	002	17:00 18:45
História Econômica Geral e Economia Internacional II	A formação europeia	003	17:00 18:45
História do Pensamento Econômico e Metodologia II	Planejamento e desenvolvimento	014	17:00 18:45
História de Empresas e História da Tecnologia I	O BNDES e a atuação do Estado	015	17:00 18:45
Abertura oficial do Congresso e Conferência			19:00

SESSÕES TEMÁTICAS III - DIA 08/09/2011 (Quinta)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia II	Terra e capital no Brasil Colônia	001	08:00 09:45
Brasil Império III	Bancos, crédito e empresas	002	08:00 09:45
Brasil República IV	As ferrovias no Brasil	003	08:00 09:45
Brasil República VIII	Café e agricultura	005	08:00 09:45
História Econômica Geral e Economia Internacional III	Estados e políticas europeias	014	08:00 09:45
História do Pensamento Econômico e Metodologia III	Pensamento econômico no Brasil	015	08:00 09:45
História de Empresas e História da Tecnologia II	Cooperativas e outras empresas	016	08:00 09:45
Mesa Redonda I	A importância dos Centros de Memória como fonte de pesquisa		10:00 12:00

SESSÕES TEMÁTICAS IV - DIA 08/09/2011 (Quinta)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Império IV	Café e pequenas propriedades	001	14:00 15:45
Brasil República V	Política científica e educacional	002	14:00 15:45
Brasil República IX	Economia paulista e intermediação mineira	003	14:00 15:45
História Econômica Geral e Economia Internacional IV	Exportações, crescimento e expansão do capital	014	14:00 15:45
História do Pensamento Econômico e Metodologia IV	Pensadores econômicos e suas contribuições	015	14:00 15:45
História de Empresas e História da Tecnologia III	A contribuição das ferrovias	016	14:00 15:45
Mesa Redonda II	A obra de Alice Canabrava		16:00 18:00

SESSÕES TEMÁTICAS V - DIA 08/09/2011 (Quinta)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia III	Comércio e crédito no Brasil Colônia	001	18:00 19:45
Brasil República VI	O café e a economia paulista	002	18:00 19:45
Brasil República X	A economia brasileira de 1930 a 1950	003	18:00 19:45
História Econômica Geral e Economia Internacional V	Arranjos institucionais e transformações estratégicas	014	18:00 19:45
História do Pensamento Econômico e Metodologia V	História e teoria da riqueza e distribuição	015	18:00 19:45
História de Empresas e História da Tecnologia IV	Experiências de empresas	016	18:00 19:45
Mesa Redonda III	Nelson Werneck Sodré e pensamento econômico latino-americano		20:00

SESSÕES TEMÁTICAS VI - DIA 09/09/2011 (Sexta)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia IV	Cartografia e viagens no Brasil Colônia	001	08:00 09:45
Brasil República VII	Economia capixaba e brasileira	002	08:00 09:45
Brasil República XI	A economia solidária	003	08:00 09:45
História do Pensamento Econômico e Metodologia VI	Economia e política no Brasil	014	08:00 09:45
História do Pensamento Econômico e Metodologia VII	Imperialismo e economia política	015	08:00 09:45
História de Empresas e História da Tecnologia V	Empresas públicas e privadas	016	08:00 09:45
Mesa Redonda IV	Centro Celso Furtado: Celso Furtado e o Plano Trienal		10:00 12:00
Mesa Redonda V	História do Pensamento Econômico no Brasil e no mundo: tendências		14:30 16:30
Conferência			16:45
Assembleia da ABPHE			19:00

RESUMOS

MÓDULO: BRASIL COLÔNIA

A terra urbana colonial na Vila de São Paulo

Fernando Victor Aguiar Ribeiro, USP

Essa comunicação tem como objetivo central a conceituação da terra urbana colonial no Brasil. Para tanto, iniciamos com a reflexão sobre as sesmarias em Portugal medieval, focando suas motivações e características. Tratamos também da aplicação do instituto das sesmarias no Brasil, levando em consideração o contexto de exploração colonial. A partir desses apontamentos, tratamos da terra urbana colonial a partir da concepção de que tem, ao mesmo tempo, características distintas das terras urbanas em Portugal e das sesmarias coloniais.

História econômica da cidade de Diamantina/MG

Alessandro Borsagli, PUC-Minas

Fernanda Guerra Lima Medeiros, CEFET - MG

Sendo a economia um dos principais fatores para o desenvolvimento e o povoamento de uma região, então se uma região apresenta uma economia estável, propiciada pela exploração de recursos naturais ou mesmo como entreposto comercial ela se torna atrativa para a migração ocorrendo então um aumento populacional e urbano. Esse é o caso de Diamantina, já que nessa cidade, seu crescimento urbano está estritamente ligado ao crescimento econômico. No período colonial houve um maior controle populacional na cidade de Diamantina por parte da Coroa, então detentora exclusiva da exploração dos diamantes no Distrito Diamantino. No final do Século XIX ocorre um fluxo migratório para a cidade, em decorrência do crescimento econômico proporcionado pela acumulação de capital oriundo da decadente exploração de diamantes. Nas primei-

ras décadas do Século XX a cidade sofre uma estagnação econômica e urbana chegando a decrescer a partir dos anos 1950 em decorrência da decadência econômica. Nas últimas décadas a economia vem crescendo novamente, juntamente com a malha urbana da cidade.

O espaço dos moradores 'pobres' e nobres em Antonina (1808)

Allan Thomas Tadashi Kato, UFPR

A comunicação apresenta parte dos resultados de dissertação de mestrado que buscava compreender se a distinção social dos moradores pelo espaço urbano de Paranaguá, Antonina e Curitiba (cidades no atual Paraná) tinha reflexos em uma diferenciação espacial. Pudemos perceber que a estrutura social do Antigo Regime vigia em Antonina colonial, e que esta divisão, por mais simples que fosse, se refletia na escolha do local de moradia urbana. Na pequenez da vila demonstramos que havia, pelo menos, dois grupos sociais: os nobres e os 'pobres' que tendiam a residir em 'zonas' diferenciadas.

A formação social brasileira no espaço: o capitalismo mercantil e a conformação do nordeste

José Micaelson Lacerda Morais, URCA

Fernando Cezar de Macedo, UNICAMP

Este artigo tem por objetivo analisar, no contexto histórico do capitalismo mercantil, como os elementos constitutivos do complexo econômico nordestino e sua combinação não possibilitaram condições objetivas (integração econômica pelo padrão de mercado e mobilidade das atividades e relações sociais de produção) para o desenvolvimento do capitalismo. Isto porque estava ausente um dos elementos centrais desse processo: uma "rede" de vilas e cidades capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto socialmente definido, para organizá-las hierarquicamente através da transformação de suas estruturas e do

estabelecimento das ligações necessárias entre urbanismo e crescimento econômico. Conclui-se que as análises sobre crescimento, transformação econômica e diferenciação regional devem incluir como dimensão relevante o urbanismo. Este conforma especialmente os aspectos de uma organização econômica e social, passíveis de apreensão pelos processos desencadeados de integração e mobilidade, que resultam num padrão de organização espacial típico (forma de ocupação e uso do território) e determinam as possibilidades econômicas daquele espaço.

As receitas imperiais portuguesas: estrutura e conjunturas, séculos

XVI-XVIII

Angelo Alves Carrara, UFJF

Este texto tem por objetivo analisar as receitas imperiais portuguesas entre o século XVI e a segunda metade do século XVIII, por meio da articulação dos resultados das pesquisas sobre a fiscalidade do Estado do Brasil nos séculos XVII e XVIII com a historiografia sobre o tema. Trata-se de uma primeira versão, em que tão somente quer-se enfatizar os dados de natureza fiscal, econômica e demográfica. O movimento geral não constitui novidade, pois que há muito foi já apresentado por Vitorino Magalhães Godinho: um século XVI que assiste à expansão contínua das fontes de receitas do ultramar que se consolidam nas duas primeiras décadas do século XVII; nos primeiros anos da década de 1620 seguiu-se uma fortíssima retração das rendas ultramarinas conjugada com a participação crescente de novas fontes internas de receitas, como os subsídios, fintas, estancos e a décima. A partir dos primeiros anos do século XVIII o ouro provocou a retomada da expansão das fontes externas. O que se busca aqui é antes de tudo refinar alguns elementos de análise, em particular as dimensões territoriais e demográficas do império e o peso de cada tributo no conjunto das receitas imperiais. Devem ser destacados, ademais, o material de natureza fiscal publicado em anexo, bem como uma discussão em torno dos números da população brasileira ao longo do século XVII.

O corpo mercantil do Recife e o descrédito de comerciantes no início do século XIX

Teresa Cristina de Novaes Marques, UnB

O estudo explora as mudanças na legislação comercial no período pom-balino e põe em destaque o exercício da justiça pelos próprios comerciantes em várias instâncias. Primeiramente, a instância informal do controle da conduta dos homens de negócio, para o qual o pertencimento a redes familiares se mostra crucial no sucesso mercantil. Segundo, examina-se a instância formal, uma vez instaurado o processo falimentar. Neste, a figura do comerciante louvado que examina as contas e arbitra o conflito entre credores e devedores remete, novamente, à importância do capital político para a sustentação do comerciante à frente dos seus negócios, mesmo diante de perdas.

A arrematação dos contratos da Capitania de São Paulo na arquitetura fiscal do reinado de D. João V

Bruno Aidar, FFLCH/USP e FAPESP

Neste trabalho, busca-se indicar, pelo estudo de caso da capitania de São Paulo, como a jurisdição sobre a arrematação dos contratos representava um dos eixos principais na delimitação da arquitetura de poderes no império português na época de d. João V. Outro objetivo é analisar, pela perspectiva fiscal, como o governo do império era formado por configurações institucionais entre diversas camadas do poder local, regional e central, destacando-se este segundo espaço de poder sobre as formas de negociação e conflito na monarquia. A primeira seção aborda alguns aspectos econômicos da capitania de São Paulo, substrato para o crescimento dos valores dos contratos de impostos. A segunda seção analisa o movimento pendular entre o Conselho Ultramarino e a Provedoria da Fazenda paulista quanto à jurisdição sobre os leilões de venda dos contratos da capitania. Nesta seção, procurou-se periodizar e quantificar corretamente a atuação do Conselho Ultramarino sobre os contratos,

bem como apresentar os argumentos dos poderes regionais para a conservação das arrematações em São Paulo. Na terceira seção, são apontadas as trajetórias de alguns contratadores vinculados à capitania, notadamente homens de negócio das praças de Lisboa e do Rio de Janeiro, além de dois casos de homens de negócio residentes em São Paulo que conseguiram algum espaço frente ao poderio de seus concorrentes.

Frações de capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva

Fábio Lucas Pimentel de Oliveira, UNICAMP

A proposta desse artigo é fazer uma reconstituição, em linhas gerais, do movimento das principais frações de capital de Pernambuco no período que vai do último quartel do século XIX até o final dos anos de 1950. Para tanto, a análise está enquadrada na transição do isolamento relativo do Nordeste até o limiar da integração produtiva dessa região com o restante do país. Tem como enfoque as transformações ocorridas na produção açucareira, bem como o surgimento e consolidação das primeiras fábricas têxteis no estado. Ademais, é dada especial atenção à atuação do capital mercantil na economia local, impulsionada especialmente pelas atividades principais e pelo processo de urbanização do Recife.

Conflitos em torno da terra na área central da Mata de Minas no último quartel do século XVIII: uma análise econômica e social

Fernando Gaudereto Lamas, UFF e UFJF

Nosso objetivo é analisar a colonização da área Central da Zona da Mata de Minas Gerais entre os anos de 1775 e 1800 a partir de uma perspectiva econômico-social, ou seja, levando em consideração a relevância da produção agrária local para a efetivação de sua colonização, incluindo a participação da administração colonial no referido processo. Para atingirmos nosso intento trabalharemos com alguns testamentos e inventários

de pessoas que participaram ativamente da conquista da referida área, mostrando que as mesmas estavam tornando a terra produtiva e que tal fato propiciou a participação mais efetiva da administração colonial no processo de “pacificação” dos indígenas, seja por meio da catequese, aqui entendida dentro da lógica do Diretório Pombalino, ou da guerra de extermínio. Essas ações, dos colonizadores e da administração colonial, não ocorreram de maneira pacífica e ensejaram conflitos em torno da posse da terra, tanto entre sesmeiros (em função das diferentes formas de aquisição de terras na Capitania mineira), quanto entre estes e os indígenas (fato que levou à declaração de Guerra aos Botocudos após a chegada da família Real portuguesa em 1808). Trabalharemos neste artigo as tensões que envolviam os colonizadores na área Central da Mata, não por considerarmos a questão dos conflitos com os indígenas como algo de menor expressão, mas por avaliarmos que os conflitos entre os colonos são mais emblemáticos para compreendermos a percepção legal de posse de terra e os conflitos originados a partir da mesma. Além dessas questões jurídicas, a posse da terra envolvia também relevantes aspectos econômico-sociais, tanto do ponto de vista da Coroa (que visava a cobrança de impostos), quanto do ponto de vista dos colonizadores.

O mercado de crédito no Rio de Janeiro durante a recessão aurífera: um estudo cliométrico

Fábio Pesavento, ESPM-RS

Sabe-se dos efeitos devastadores que uma crise econômica provoca sobre o nível de atividade econômica. Esse movimento, geralmente, é acompanhado pela redução do nível de confiança, levando os agentes econômicos a assumirem posições conservadoras na oferta e demanda de liquidez. O objetivo do presente artigo é o de analisar os impactos, sobre o crédito fluminense, da queda da extração aurífera mineira durante a segunda metade do século dezoito. Até que ponto o arrefecimento da atividade econômica mineira prejudicou o desempenho do mercado de crédito carioca? Para tal, coletou-se 535 escrituras públicas de crédito durante 1750-90 e comparou-se com proxys da atividade aurífera.

Os resultados não foram conclusivos, mas a cointegração entre as séries analisadas revelaram que a crise aurífera não tinha uma relação estável de longo prazo com o nível de crédito carioca.

A circulação monetária do Brasil no século XVIII: algumas evidências de impactos da lei de Gresham

Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima, UFRJ

Este trabalho pretende contribuir para o debate sobre a circulação monetária no Brasil no século XVIII, analisando os possíveis efeitos da lei de Gresham sobre a oferta de moedas de prata ocasionados pela crescente produção de ouro até 1760, e a sua queda a partir de então. A descoberta de ouro e a grande cunhagem de espécies deste metal nas casas da moeda contribuíram para elevar o nível de monetização do Brasil, mas não teriam sido suficientes para solucionar definitivamente os problemas típicos de um sistema bimetálico, em particular aqueles trazidos pela ação da lei de Gresham, segundo a qual “a moeda má expulsa de circulação a moeda boa”. Durante a primeira metade do século XVIII, a prata comprava mais ouro no mercado do que nas casas da moeda. Havia incentivo, portanto, de entesourar a prata, ou exportá-la. A exportação podia se dar da região da Bahia e de Pernambuco, onde nos derradeiros anos do século XVII foi amoedado um considerável volume deste metal, para a região das Minas. Ou podia ser exportado para a Ásia, após ser adquirido na América espanhola em troca do ouro mineiro. As elevações no preço oficial da prata decretadas em 1734 e 1747 não teriam sido suficientes para reverter de imediato esse quadro. Desde então, e até o final do século XVIII, a queda na produção de ouro nas Minas, que ocorreu concomitantemente com o aumento (ainda que espasmódico) da oferta de prata vinda de Buenos Aires, deve ter pouco a pouco reduzido essa discrepância entre os valores oficiais e de mercado do ouro e da prata. No início do século XIX, em função da maior valorização de mercado do ouro, a prata estaria se tornando a “moeda má”, prestes a expulsar a de ouro.

Comércio e redes clientelares nas minas de ouro: caminhos para a construção da riqueza, inserção social e prestígio

Paula Chaves Teixeira, PPGHIS-UFF

Este artigo pretende analisar a atuação das redes de clientela e vizinhança nos processos de construção da riqueza através da participação dos sujeitos no comércio interno à capitania das Minas do Ouro e apropriação de cargos da administração colonial. A partir do enfoque dado às relações entre poder e sociedade, buscamos compreender as estratégias familiares e econômicas traçadas por um grupo de fazendeiros e comerciantes do interior da comarca do Rio das Mortes como um instrumento político que visava, através do controle de cargos políticoadministrativos e da participação no comércio regional, a criação de oportunidades para construir e reproduzir riquezas e prestígios.

Sociedades mercantis entre os negociantes do Pará e Rio Negro (1790 - c. 1820)

Siméia de Nazaré Lopes, PPGHIS-UFRJ

A proposta dessa comunicação é analisar como se estruturaram o circuito mercantil e as atuações de negociantes e de agentes do comércio da praça de Belém (na capitania do Grão-Pará) de 1790 a 1820. A perspectiva desse estudo é investigar a configuração de uma comunidade mercantil e a sua articulação com outros sujeitos, os quais não se restringiam a Belém, mas estabeleciam redes de negociação com outras áreas. Com base na documentação notarial (Procurações e Escrituras de Sociedade) foi possível perceber como essas relações comerciais estavam articuladas. As práticas comerciais desenvolvidas no Grão-Pará também tinham conexões com outras áreas, onde Maranhão, Goiás e Mato Grosso, configuraram-se em vetores de dinamização das trocas comerciais que esses negociantes entretinham com os outros portos da América portuguesa, assim como com outros portos do Atlântico, como Lisboa, Londres.

Cartografia da população: São Paulo, 1776

Amália Cristovão dos Santos, USP

O artigo desenvolve-se a partir da combinação de fontes documentais primárias tendo em vista a caracterização e a forma de disposição no território dos habitantes da cidade de São Paulo em 1776, bem como a composição de suas casas e da relação dessa composição com os ofícios e ocupações dos indivíduos. As fontes utilizadas são a Lista Geral da População de São Paulo de 1776 e a Planta da Cidade de São Paulo de 1810. A constituição dos fogos (casas) varia desde um formato estritamente familiar (chefe do domicílio, esposa e filhos) até arranjos com mulheres na posição de chefe ou homens solteiros e seus dependentes. Tais possibilidades não se distribuem homogeneamente pelo território, havendo concentrações de um ou outro tipo em determinadas áreas. Da mesma forma, observamos os ofícios praticados pelos habitantes, tanto em termos numéricos absolutos, como em sua ocorrência em cada região da cidade. Assim como a composição dos fogos, a distribuição dos ofícios pelas ruas da cidade indica predominâncias e agrupamentos de certas atividades. Além das variações por categoria analisada (composição dos fogos e ofícios), encontramos correlações entre uma e outra que aprofundam o entendimento das dinâmicas da vida em cada região da cidade. O papel dos agregados e a presença dos filhos junto a um ou ambos os progenitores são dados que reforçam as relações entre as atividades econômicas, a posição na cidade e a constituição dos domicílios. Os indícios aqui apresentados abrem campo para uma investigação das condições da vida cotidiana e da produção social do espaço na cidade de São Paulo em fins do século XVIII, indicando suas diversas manifestações.

As viagens do Conceição Esperança (1820-22)

Renato Leite Marcondes, FEA/USP, FEA-RP/USP e NEHD

José Flávio Motta, FEA/USP e NEHD

Este artigo fundamenta-se nas cartas do traficante paulista Antônio da

Silva Prado (1788-1875), mais tarde Barão de Iguape, enviadas a diferentes pessoas relacionadas à negociação. Elas referem-se, basicamente, às duas viagens a Moçambique do navio negreiro N. S. Conceição Esperança, ambas no início da década de 1820. Nosso objetivo é tratar de aspectos econômicos concernentes ao tráfico negreiro na década de 1820, enfocando as principais relações mercantis necessárias para a atividade, uma vez que o autor das cartas relacionou-se com diversas pessoas desde a preparação até a conclusão do negócio.

O centro da América do Sul em velhos mapas: notas de pesquisa sobre a ruralidade nas minas de Cuiabá

Tiago Kramer de Oliveira, USP e CAPES

Este artigo apresenta notas de pesquisa sobre a formação de ambientes rurais nas Minas do Cuiabá, na primeira metade do século XVIII. Destacamos no artigo a região compreendida entre o varadouro de Camapuã e a ligação entre o rio Taquari e Paraguai. Apesar de essa região estar relativamente distante das minas de ouro, elas integravam a espacialidade denominada Minas do Cuiabá, assim como passaram a integrar a área de administração da Vila Real do Senhor Boa Jesus do Cuiabá, fundada em 1727, e posteriormente da capitania de Mato Grosso em 1748. Na primeira parte do texto discutimos a imagem construída pelo discurso acadêmico sobre os ambientes rurais nas regiões ao centro da América do Sul, tanto nas áreas de mineração como nos caminhos que levavam às minas, demonstrando como ao longo dos séculos XIX e XX autores de diferentes orientações reforçaram a imagem de ausência, inconstância e caráter de subsistência na formação de ambientes rurais durante os primeiros anos de colonização portuguesa no centro da América do Sul. Na segunda parte fazemos algumas considerações sobre a formação de ambientes rurais fixos, com a utilização de mão-obra compulsória, tanto de ameríndios como de escravos africanos, com produção voltada para o mercado, e como nestes ambientes rurais reproduzia-se uma lógica mercantil. Reconstruímos redes que ligavam os proprietários de terras em Camapuã e Taquari, com investimentos tanto na produção rural em

outras partes do Brasil colonial, como ainda em outros setores da economia. No fim do artigo optamos por não fazer conclusões, mas apontar questões que orientarão a redação de nossa tese.

A aclamação de D. João IV na Bahia

Wolfgang Lenk, UFU

O atentado que terminou com Miguel de Vasconcellos e Brito, defenestrado do paço real a 01 de dezembro de 1640, rompeu o tendão principal do governo madrilenho de Portugal. O duque de Bragança havia assentido, não sem hesitar, com sua elevação ao trono pelo pequeno grupo golpista, e foi coroado duas semanas depois. De início, ainda era uma empresa de futuro incerto, e apesar do impacto imediato no combalido poder espanhol, muitos não apostavam no sucesso da Restauração portuguesa. O Conde-Duque de Olivares, ao saber da notícia, teria procurado o Rei para comunicar “boas novas”: o vasto ducado dos Bragança seria logo incorporado à Coroa. “Estamos em situação de o poder privar dele, sem nos ser necessário mais que um dia”, continuou. Por todos os lados, disseram que D. João seria mais um “Rei de um inverno”.

MÓDULO: BRASIL IMPÉRIO

Imigração alemã e mercado de trabalho da cafeicultura paulista

- um estudo quantitativo dos contratos de parceria

Bruno Gabriel Witzel de Souza, FEA/USP

Este trabalho pretende discutir o controverso tema das potencialidades do sistema de parceria, empregado na Província de São Paulo como forma de obtenção de trabalhadores livres nas fases iniciais da imigração de trabalhadores estrangeiros – no caso específico, referente aos alemães e suíços, engajados por Vergueiro & Cia., para o trabalho nas lavouras cafeeiras paulistas nas décadas de 1840-1870. Na primeira seção do artigo, o fluxo migratório de alemães e suíços para o interior de São Paulo é separado em quatro fases, que servem de base para o posterior estudo das alterações dos contratos utilizados no engajamento desses imigrantes – tema da segunda seção. Finalmente, utilizando os dados disponíveis para os pioneiros alemães de 1847, que iniciaram o sistema de parceria na Colônia Senador Vergueiro, são realizados modelos econométricos que visam testar algumas hipóteses subjacentes ao estudo do sistema de parceria; além disso, são calculados os saldos dos imigrantes em cenários diferenciados: baseando-se tanto nas percepções que os colonos tinham de seus contratos, quanto do ponto de vista dos fazendeiros. Quanto às discussões historiográficas, o tema das potencialidades do sistema de parceria opõe essencialmente duas visões: (i) de um lado, Emilia Viotti da Costa discute que a parceria possuía falhas sistêmicas e estava fadada ao fracasso desde seu início; (ii) de outro, Warren Dean aponta que não foi o sistema em si que falhou, mas a maneira como foi aplicado, carecendo uma sociedade essencialmente escravista da habilidade em lidar com os requerimentos e as contestações de trabalhadores livres. O presente trabalho busca lançar luz nessa discussão por meio da apresentação de uma análise quantitativa envolvendo métodos econométricos, além de desenvolver cenários que tratam a parceria tanto do ponto de vista do colono, quanto do fazendeiro.

São Paulo, o açúcar, o café e o rearranjo da década de 1840

Carlos Alberto Medeiros Lima, DEHIS/UFPR e FEA/USP

Nesta comunicação se examinam algumas premissas historiográficas de um projeto de pesquisa acerca do tráfico ilegal de escravos para a província de São Paulo. Há uma bibliografia encorpada e de grande qualidade tanto sobre o café, quanto a respeito do açúcar em São Paulo (a parte a que tive acesso está amplamente referida na sequência). O que se segue é uma proposta de integração das observações retiradas de uma e outra tradição bibliográfica com o sentido de refletir sobre a convivência entre açúcar e café, ou no interior de uma mesma área, ou em áreas próximas umas das outras, com foco no segundo quarto do século XIX. A partir de preocupações amplas e métodos de trabalho diferentes, tanto Luna e Klein (2005), quanto Melo (2009) abordaram a articulação entre açúcar e café, com foco, no primeiro caso, nos primeiros trinta anos do século XIX e, no segundo, no período iniciado em meados do referido século. Agregam-se observações sobre processos externos a São Paulo e ao Brasil, observações essas destinadas a propor o enraizamento de alguns processos avaliados na dinâmica internacional de cada produto.

Utopias no Rio de Janeiro Imperial

Fania Fridman, UFRJ

No presente trabalho serão apresentados alguns resultados de uma investigação em curso voltada para as repercussões dos ideários socialista e cristão no Brasil imperial, sobretudo no que tange aos projetos sugeridos (implementados ou não) para a capital. A pesquisa procura relacionar as idéias, os acontecimentos políticos e os urbanísticos procedendo por indícios. Trata-se de uma narrativa da memória carioca e de uma proposta de leitura da cidade partindo de alguns pressupostos sendo um deles o de que tais projetos foram negociados entre os seus formuladores, a casa real, as instituições e a população.

O café e os escravos: um estudo dos efeitos do desenvolvimento da cafeicultura sobre a população cativada Zona da Mata mineira no século XIX

Fernando Antonio Alves da Costa, FFLCH/USP

Neste trabalho buscamos analisar os efeitos da disseminação da cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais sobre a população escrava da região no século XIX. Para contemplarmos as alterações e/ou permanências das características da população escrava das localidades em foco analisamos quatro aspectos em particular, quais sejam: a participação dos escravos no conjunto da população total, em especial na faixa etária mais produtiva; a composição etária da escravaria; cruzando este elemento com a razão de sexo da população cativa; e seus vínculos familiares. Estudamos, em perspectiva comparada, localidades que conheceram a intensificação da cafeicultura a partir do meado do XIX, e outras que não vivenciaram este processo. A base documental do estudo é constituída pelas Listas Nominativas de Habitantes da década de 1830 e pelo Recenseamento Geral de Império de 1872.

A contribuição do Vale Médio do Rio Paraíba na formação do mercado internacional de café do século XIX: um panorama histórico

Rabib Floriano Antonio, UFJF

Este artigo pretende discutir as redes de estrutura e investimentos que originaram a cafeicultura no Vale Médio do Rio Paraíba (RJ), baseado na teoria das redes de encadeamentos e das redes de commodities abordadas por Albert Hirschman e Steve Topik (entre outros). Enfatizando a análise da cidade de Vassouras, uma das cidades de maior produção de café do século XIX, parte do complexo cafeeiro do Vale, bem como Valença, Resende, Paty de Alferes e outras. Nesta análise, dois fatores serão tratados com maior ênfase, as redes de escoamento da produção e o sistema de crédito nas suas relações com as províncias de Minas Gerais e os portos do Rio de Janeiro.

**Economia e escravidão: batismos de crianças escravas e indígenas
- um estudo comparativo entre as localidades de Mariana (Minas
Gerais) e Guarapuava (Paraná) na segunda metade do século XIX**

Fernando Franco Netto, UNICENTRO

Heloísa Maria Teixeira, UNI-BH

A imposição do batizado ao recém-nascido tornou-se prática corrente no mundo católico a partir do século XVI, como resposta ao avanço das religiões protestantes na Europa. Em Portugal e suas colônias, esse registro assumiu grande importância, pois o regime do padroado ao transformar a hierarquia eclesiástica em burocracia do Estado facultava aos livros paroquiais o duplo status de registro religioso e civil. Remetendos à escravidão, tal qual uma escritura pública, o batismo assegurava a propriedade do cativo ao proprietário. Nosso texto pretende analisar os batismos de crianças filhas de escravos em duas localidades voltadas para a produção de subsistência durante o período 1850-1888: Mariana, pertencente à província de Minas Gerais e Guarapuava, pertencente a Província do Paraná. O período focado refere-se a um momento de transição do sistema escravista para o sistema livre de trabalho. A cessação do tráfico internacional de escravos e a Lei de Terras (ambos de 1850), a liberdade concedida aos filhos de escravas (nascidos após a promulgação da lei de 1871) e aos escravos com mais de 60 anos (1885) e a Lei de Locação de Serviços (1879), foram acontecimentos de um processo de transição que ocorria de forma gradativa, cujo corolário seria a abolição da escravatura. De 1850 a 1871, os senhores tinham no tráfico interno e na reprodução natural a esperança de perpetuação do regime, mas, depois da Lei Rio Branco, a segunda possibilidade foi “teoricamente” eliminada pelo ventre livre das escravas e, a partir de 1888, com a Lei Áurea, qualquer trabalho escravo passa a ser ilegal.

Economia urbana de Ouro Preto no século XIX através das escrituras cartoriais

Leandro Braga de Andrade, UFRJ

Como capital da província de Minas Gerais, Ouro Preto exercia função central tanto na administração pública, quanto na vida política e também no comércio, sobretudo de gêneros importados. Mesmo não estando na região economicamente mais dinâmica, a vida urbana manteve-se movimentada e ocupava espaço fundamental na economia da cidade. O comércio foi a atividade econômica mais dinâmica e que concentrava a possibilidade de enriquecimento e ascensão. As escrituras cartoriais flagram muito dos movimentos da economia e práticas mercantis, possibilitando a análise das transformações no tempo.

Terras, fazendas e fortunas rurais em Alfenas, MG (1850-1880)

Marcos Lobato Martins, UNIFAL

A região do Sul de Minas, hoje conhecida como a principal área cafeeira do país, era, no decurso do século XIX, zona destacada de agricultura de abastecimento. A criação de gado e a produção de mantimentos eram as principais atividades econômicas regionais. A cafeicultura, introduzida em meados do século XIX, promoveu gradual modificação do cenário regional. Porém, esta transição para a agricultura de exportação, que ocorreu na virada para o século XX, ainda é pouco conhecida, especialmente no que se refere às alterações nos sistemas agrários e na composição das fortunas dos proprietários. A análise deste processo no antigo município de Alfenas é o objetivo deste artigo. As fontes utilizadas são inventários e documentos cartorários.

O projeto de criação da Província dos Goytacazes (1835-1855)

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, UFV

Este trabalho discute as tentativas de Campos dos Goytacazes/RJ em se tornar uma província, dando destaque a dois movimentos que correspondem ao mesmo tempo a dois momentos: o primeiro, desenvolvido num tempo longo correspondeu o da construção das imagens e representações que serviram de mote para a construção dos projetos de capital no século XIX; e o segundo no ano de 1855, quando se esboçou um projeto de criação da província dos Goytacazes. Associo os motivos que levaram recorrentemente a cidade de Campos a lutar pela mudança do seu estatuto administrativo, aos mecanismos empregados pelas elites locais para construir uma imagem de lugar central. Neste aspecto, discuto que o projeto de se tornar capital constituiu-se em uma das estratégias dos atores locais para expandir a sua influência política a partir do controle do “chão”. Um movimento que forjou novas especialidades, utilizando-se, via de regra, um discurso que associava o tema desenvolvimento ao de integração regional. Levando em consideração o fenômeno que pretendo analisar, as seguintes questões se colocam para investigação: a) de que maneira os projetos de transformação de Campos Goytacazes em uma nova província expressavam o poder político e econômico das lideranças locais nos diferentes contextos analisados?; b) qual papel exercido pelos atores locais no processo de constituição da ideia de ser capital de uma nova província?; c) como as propostas de se tornar uma província encontraram eco junto às demais autoridades provinciais?

O comércio marítimo do Pará no século XIX

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, UFMA

Ivaldo Guimarães Macieira Neto, UFMA

O texto que se segue tem por objetivo abordar o movimento comercial da Província do Pará no correr do século XIX. Faz parte do projeto temático desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sobre o comércio marítimo brasileiro

no século XIX, cujo objetivo é criar uma série comparativa da atividade comercial dos principais portos brasileiros naquele período, identificando os principais produtos de exportação, o saldo da balança comercial, os principais parceiros de cada província, tanto no âmbito do comércio internacional como nas trocas com as demais províncias do Império do Brasil. A principal fonte do projeto são os Relatórios de Presidentes de Província obtidos através do portal do Center For Research Libraries. O nosso ponto de partida foi o comércio marítimo do Maranhão. Agora, partimos para catalogar, organizar e analisar o comércio paraense, para que posteriormente possamos estabelecer uma análise comparativa com o Maranhão e as demais províncias portuárias brasileiras. A opção pelo Pará como seqüência de nosso projeto é devido sua ligação histórica com o Maranhão desde os tempos coloniais, inclusive, fazendo parte do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século 17.

Debatendo a criação do Paraná: economia e política no início do segundo reinado, 1843

Vitor Marcos Gregório, USP

A criação de novas unidades administrativas no Brasil Império raramente é utilizada como uma ferramenta para se entender a dinâmica político-econômica do período. Entretanto, a análise dos documentos produzidos pelos ricos debates parlamentares em torno deste tema demonstra que essa prática precisa ser revista, uma vez que a reorganização do território do Império envolvia mais do que simplesmente emancipar maiores ou menores extensões de terras: significava, em última instância, proceder a alterações fundamentais no funcionamento do sistema político do país. Neste sentido, o processo de emancipação da quinta comarca de São Paulo, futura província do Paraná, é emblemático, por trazer à tona uma série de elementos importantes para o entendimento desta dinâmica. Questões como a sobrevivência da nova unidade administrativa, a perda de população e renda por parte de São Paulo, as relações nem sempre pacíficas entre as diferentes províncias do Império, e a posição do governo central neste contexto estiveram colocadas em foco todo o tempo. São

alguns destes elementos que objetivo analisar nesta breve comunicação, parte de uma pesquisa maior realizada a nível de doutorado.

A interação entre políticos, redes de apoio e empresas privadas no

Brasil de meados do século XIX

Hernán Enrique Lara Sáez, FFLCH-USP e FAPESP

Ao estudar o debate sobre a moeda e os bancos, em meados do século XIX, é possível encontrar uma correlação intrigante entre parlamentares e empresas privadas. Este fato sugere que os políticos brasileiros desta época não se limitavam simplesmente à aquisição de terras ou à vida pública, como se supôs em outros momentos, ao contrário, investiam também na compra de ações e exerciam funções na direção de empresas de modo que a condição de proprietário de terras e homens era apenas mais uma das facetas dos bem sucedidos representantes da nação. Esta percepção se amplia quando se realiza o cruzamento de nomes entre as instâncias decisórias e as empresas mercantis, através deste exercício é possível constatar uma intrincada rede de relações entre negociantes nacionais e estrangeiros, capitalistas e parlamentares que compreendia ligações de amizade, casamentos e laços parentais. Aparentemente, os legisladores encontravam nestes recintos espécies de antecâmaras para as discussões das quais participavam nas instâncias representativas. Assim, utilizavam-se de suas experiências e, possivelmente, das pressões e afinidades construídas na trajetória empresarial paralela como subsídio argumentativo em suas intervenções nas discussões influenciando a legislação a ser aprovada. Pondo atenção aos valores envolvidos na escolha das diretorias, uma vez que levavam em conta o montante financeiro investido e a relevância social dos possíveis candidatos é de se supor que parte importante das redes de apoio estava inserida nos bancos. Busco destacar neste trabalho que os políticos se esforçavam para criar e recriar redes de apoio dentro e fora das instâncias políticas, primeiro para conseguir se eleger e depois para aprovar medidas e projetos entendidos tanto por eles como pelos seus apoiadores como necessários ou simplesmente para angariar simpatia e fazer mais estável sua carreira. Para a

presente análise utilizei-me tanto de discursos emitidos por políticos nas discussões sobre a moeda e bancos na Câmara dos Deputados, objeto principal de meus estudos, debates nos quais se fizeram menções explícitas à multiplicidade de ocupações evidenciando a correspondência entre os nomes de políticos e das diretorias do Banco do Brasil e do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, as quais também consultei em diversos volumes do Almanak Laemmert. Na escolha das datas optei por abordar os anos de 1857 a 1860, o motivo principal desta preferência é que esta foi uma época marcada por intensas altercações dos temas em foco resultando no desgaste e queda de ministérios e na mudança das políticas econômicas do período. Esta comunicação faz parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado que visa seguir os debates sobre o sistema monetário e bancário nas principais instâncias decisórias, entre os anos de 1850 e 1870. Trato de identificar elementos que tivessem força condicionar o posicionamento dos principais articuladores dos planos econômicos e a tramitação dos projetos que visavam ao saneamento do meio circulante que se apresentava como um problema candente para as autoridades monetárias da época.

A força do capital nacional: a liderança da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia (1877-1887) no comércio de café pelo

Porto de Santos (SP)

Gustavo Pereira da Silva, UNICAMP e FAPESP

O texto demonstra as origens da família Lacerda Franco, como se deu a formação de seu capital, a divisão do cabedal entre os herdeiros e a formação de empresas essencialmente familiares, sendo a principal companhia a casa comissária e exportadora de café J. F. de Lacerda & Cia. Ao analisar a economia brasileira da segunda metade do século XIX, através do exame dos negócios cafeeiros da família Lacerda Franco na Província/Estado de São Paulo - com documentos das empresas obtidos nas fazendas da referida família nos municípios de Araras (SP) e São Carlos (SP) - comprovaremos a hipótese da força do capital nacional brasileiro

no século XIX originado em atividades de cunho interno e que se metamorfoseou em empresas comerciais que tiveram pujança para competir, e superar, firmas estrangeiras no comércio de exportação do café.

Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência

Luiz Adriano Gonçalves Borges, UFPR

O que me proponho a analisar neste texto são os interesses econômicos dos deputados paulistas enviados às Cortes de Lisboa e como estas questões se apresentam nos trabalhos das Cortes. Pretendo olhar de que maneira os interesses econômicos dos paulistas se combinavam com suas idéias políticas, algo que ainda não foi devidamente estudado e que influencia os argumentos da bancada paulista. A investigação nos Diários das Cortes, ajuda a compreender o processo de “desmembramento” de Portugal, mas não é suficiente para entendermos o que estava “por trás” das idéias defendidas, sendo necessário também compreender a formação sócio-econômica dos deputados. Da leitura dos discursos dos paulistas nos Diários salta aos olhos são três pontos principais: 1) uma busca pela manutenção da unidade, mas exercida através de um poder executivo no Brasil; 2) uma dúvida de qual seria o centro de poder na América Portuguesa; 3) livre-comércio. Estas três questões apareciam expostas nas Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo para os seus deputados e os paulistas se esforçaram para defendê-las. A Revolução Liberal do Porto teve início em agosto de 1820, rapidamente se convocando as “Cortes Gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa” para compor uma nova constituição para o Império. Em 9 de maio de 1821 foram eleitos e mandados à Lisboa, entre outros, Antonio Carlos de Andrada e Silva, o Andrada mais novo, José Ricardo da Costa Aguiar, Francisco de Paula Souza e Mello, Nicolau Pereira Campos Vergueiro, José Feliciano Fernandes Pinheiro e o padre Diogo Antonio Feijó. No presente texto, opto por analisar a trajetória de Vergueiro, Feijó e Antonio Carlos, por serem os três paulistas que realizaram discursos significantes nas Cortes. Assim, pretendo demons-

trar, através da análise das falas paulistas nas Cortes conjugada à compreensão da formação sócio-econômica destes deputados, que os três pontos acima enumerados estão profundamente interligados a interesses econômicos. Costurando desta maneira os diversos discursos esparsos, espero possibilitar uma maior compreensão ao processo de construção do Estado nacional a partir da Independência brasileira.

O segundo Banco do Brasil e o debate entre papelistas e metalistas

Thiago Fontelas Rosado Gambi, UNIFAL

A criação do segundo Banco do Brasil por Joaquim José Rodrigues Torres, em 1853, passa pelo debate político entre os chamados papelistas e metalistas. O objetivo do artigo é mostrar uma consequência prática desse debate para a política econômica imperial de meados do século XIX, ou seja, a instituição do monopólio de emissão no país por meio de um banco privado. Para mostrar como a discussão sobre a criação de um banco emissor aparecia no debate, o artigo caracteriza primeiro os princípios econômicos em que se baseavam a banking school e a currency school inglesas, fortes influenciadoras dos chamados papelistas e metalistas brasileiros. Na segunda parte, o artigo trata da “tropicalização” desse debate, com a adaptação daqueles princípios à realidade nacional. Finalmente, na terceira parte, mostra como os principais contendores desse debate no parlamento, Souza Franco e Rodrigues Torres, trataram especificamente da criação de um banco emissor no império.

Dever e pagar: as relações de crédito e pessoais nos acertos de dívidas

Rita de Cássia da Silva Almico, UFRB

Durante todo o século XIX – entendido aqui como o ‘longo século XIX’, ou seja, um período que se estende até 1930 –, as dificuldades de acesso

ao crédito era uma realidade que tanto fazendeiros quanto empresários, comerciantes e população de forma geral enfrentavam. Os poucos bancos existentes não atendiam a demanda por crédito que, a medida que a economia se desenvolvia, era cada vez maior. Dessa forma, na ausência da oferta de crédito por parte dos bancos, eram os particulares, pessoas que exerciam as mais diferentes atividades, que se encarregavam de oferecer crédito quase sempre com a presença da cobrança de juros. Essas transações eram regulamentadas, a partir de 1850, pelo Código Comercial Brasileiro – promulgado naquele ano.

A conformação da Zona da Mata mineira no mercado mundial do café no século XIX

Bruno Novelino Vittoretto, PPGHIS/UFJF

Este artigo tem como objetivo avaliar a inserção da Zona da Mata de Minas Gerais no mercado mundial do café. Levando-se em consideração os elementos transformadores da transação de commodities durante o século XIX, além dos aspectos sócio-culturais em torno do consumo da rubiácea, pretende-se conjugar a importância das instâncias de caráter micro e macro na dinâmica entre a região mineira e outras áreas do hemisfério. Portanto, as características específicas da região, seus elementos localmente autônomos, em interação com as mudanças conjunturais ocorridas no oitocentos foram capazes de determinar uma dinâmica para além da transformação econômica do espaço regional matense.

Para além de números: a influência do tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830

Fábio Wilson Amaral Pinheiro, PPGHIS/UFRJ

O presente artigo tem como proposta analisar o perfil demográfico da escravaria residente na Zona da Mata mineira nos primeiros decênios do século XIX. Alicerçado em recentes resultados, este trabalho tentará

esclarecer o papel do tráfico atlântico de escravos na reprodução física dos plantéis desta região. Para além, as reflexões esplanadas no artigo pretendem, dentro dos limites de nossa pesquisa, vir a contribuir para uma discussão que há quase trinta anos tem ecoado pelos corredores das principais academias não só de Minas Gerais, como também do Brasil, qual seja: a forma pela qual a população escrava mineira se reiterou ao longo do século XIX.

Determinantes históricos da (des)igualdade em Santa Catarina

Luiz Mateus da Silva Ferreira, UFSC

Pedro Antônio Vieira, UFSC

No período 1981-2009 a desigualdade de renda de Santa Catarina, medida pelo coeficiente de Gini, índice de Theil, +10/-40 e +20/-20, foi sistematicamente menor que a das outras unidades da federação e a do Brasil como um todo. Portanto, no quesito desigualdade de renda, Santa Catarina seria um caso à parte. Ocorreu-nos perguntar se esta menor desigualdade teria raízes nas características da formação econômico-social do estado catarinense. Inspirado na idéia de que uma menor desigualdade no período inicial da formação econômica tende a gerar instituições que estimulam o desenvolvimento e uma menor desigualdade no longo prazo, o texto argumenta que na formação econômico-social de Santa Catarina parecem ter estado presentes os elementos (pequena propriedade, população mais homogênea etnicamente e com maior estoque de capital humano, importante desenvolvimento da economia de mercado) que ajudam a explicar a baixa desigualdade (relativamente aos demais estados brasileiros) de renda no estado.

Domicílios enquanto unidades de produção e reprodução: a família na Minas Gerais Oitocentista

Mario Marcos Sampaio Rodarte, FACE/UFMG

Clotilde Andrade Paiva, CEDEPLAR/UFMG

Investigar os tipos mais freqüentes de domicílios na província de Minas Gerais, na década de 1830, é o objetivo principal do presente estudo. O fogo, que era o termo normalmente utilizado em registros censitários do século XIX para designar a unidade domiciliar, se diferenciava do domicílio contemporâneo. Além de ter a função reprodutiva e de ser grupo de parentesco, o fogo quase sempre constituía um conjunto de pessoas com outras funções sociais e também econômicas, em especial, a de ser unidade produtiva, dado o contexto de uma sociedade pré-industrial. A proposta de tipologia de domicílios aqui apresentada buscou captar essa plurifuncionalidade dos fogos, adotando, como ponto de partida, a concepção mais abrangente de domicílio. Dessa forma, esse novo método alternativo representa uma inovação em relação às formas convencionais de classificação de domicílios, que concebiam a organização doméstica apenas como grupo de parentesco. Para se realizar o presente trabalho, precisava-se de registros históricos detalhados dos domicílios e de cada um dos seus membros, o que foi encontrado nos manuscritos de dois censos demográficos da década de 1830. A partir dos cerca de 85 mil domicílios contidos nesse banco de dados (10% dos estimados para o Brasil), gerou-se uma tipologia de domicílios em que se empregou 35 variáveis, mediante aplicação do método Grade of Membership (GoM). Entre outros resultados alcançados, mostrou-se que a sociedade estava dividida em quatro formas bem distintas de fogos (cada uma com estreitas ligações entre as suas características econômicas e demográficas), sendo os escravistas e os camponeses os tipos mais representativos e paradigmáticos da virtuosidade do crescimento demo-econômico da Província. Em seguida, vinham os fogos de autônomos, de assalariados e domicílios com perfis mistos entre esses quatro tipos emblemáticos.

Estrutura fundiária e hierarquia social nas Minas Gerais oitocentistas: estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil, os Registros Paroquiais de Terras

Pedro Mendes Loureiro, UNICAMP

Marcelo Magalhães Godoy, CEDEPLAR/UFMG

Este trabalho apresenta descrição detalhada dos Registros Paroquiais de Terras de Minas Gerais e analisa a relação entre estrutura fundiária e hierarquia social na província. Afirma-se o potencial desta documentação e procura-se situá-la na História e na Historiografia. Em seguida, por meio de dados agregados dos RPT e fontes populacionais, é analisada a relação entre a propriedade da terra e sua concentração e a distribuição da população. Finalmente, utilizando registros coletados integralmente para oito regiões mineiras, estuda-se as diferentes características das propriedades e seus proprietários. Analisa-se a estrutura fundiária das regiões, como se conformava a estratificação da apropriação fundiária e as bases sobre as quais se processaria a modernização da propriedade. Conclui-se que sobreposta à generalizada hierarquização do acesso à terra concorriam outros processos diferenciando o cenário provincial.

MÓDULO: BRASIL REPÚBLICA

O desenvolvimentismo no projeto liberal: o PAEG e o BNDE

Ana Claudia Caputo, BNDES

Hildete Pereira de Melo, UFF

Gloria Maria Moraes da Costa, CEBELA

Victor Leonardo de Araujo, IPEA

O PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo 1964/66 do presidente Castello Branco, trazia como uma de suas diretrizes o aumento da participação do setor privado no desenvolvimento econômico do país. Através das reformas tributária, financeira e bancária expandiram-se as fontes internas privadas de financiamento e os incentivos a elas. Nesse momento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952 como instituição de fomento ao desenvolvimento econômico nacional de longo prazo, diante da orientação liberal da política econômica poderia perder sua importância como financiador desse desenvolvimento. Este trabalho analisa o papel do BNDE neste momento, os anos 1964/67 e, ao contrário das expectativas, conclui que o Banco continuou a ter papel de destaque com as novas medidas governamentais, aumentando seus recursos, porém os direcionando, cada vez mais, para o setor privado.

Política de estabilização e situação fiscal no Brasil: um balanço da experiência do Plano Real

Christiane Luci Bezerra Alves, URCA

Luiza Izabel de Alcântara Primo, URCA

Em 1993 foi implementado no Brasil um programa de combate à inflação considerado eficaz por conseguir reduzir a inflação à casa de um

dígito e por proporcionar ganhos de produtividade e competitividade à economia brasileira. Porém, o programa que combinava a sobrevalorização da moeda e o aprofundamento da abertura comercial acarretou uma série de desequilíbrios macroeconômicos, com destaque para os desequilíbrios das contas externas e contas públicas. A manutenção da política cambial, às custas de taxas de juros elevadíssimas, levou ao desequilíbrio tanto do setor público como da dívida interna líquida. Dada as fortes repercussões do ponto de vista macroeconômico da execução do Plano Real na economia brasileira, este trabalho apresenta os principais fundamentos do programa de estabilização, com destaque para o balanço da fragilidade financeira do setor público brasileiro, refletida no desequilíbrio fiscal dos anos 1990.

O PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização

Eduardo Figueiredo Bastian, UFRJ

O presente artigo tem por objetivo analisar as políticas de estabilização propostas pelo Plano Trienal (1962) e pelo Plano de Ação Econômica do Governo (1964). Neste tocante, o objetivo é comparar as principais medidas de estabilização propostas pelos dois planos e os resultados alcançados. No caso, pretende-se mostrar que os planos eram muito similares e que as grandes diferenças de desempenho deveram-se à incapacidade do Trienal – em função dos turbulentos contextos interno e externo - de equacionar os problemas do conflito distributivo e do estrangulamento externo.

A “última chance”: o governo Kennedy e o Plano Trienal

Felipe Pereira Loureiro, FFLCH-USP e CNPq

O artigo analisa as relações Brasil – Estados Unidos no contexto de formulação e implementação do Plano Trienal pelo governo João Goulart

(1961-1964). As evidências sugerem que a excessiva cautela demonstrada pelo governo Kennedy na concessão de assistência financeira ao Brasil possuía motivações políticas, e não econômicas. Argumenta-se que a associação de Goulart com a esquerda radical, particularmente com grupos vistos como comunistas por Washington, foi a principal razão por detrás da postura norte-americana. Para além desse aspecto, o condicionamento de empréstimos ao comprometimento brasileiro em aplicar um rígido programa de estabilização foi empregado pelos Estados Unidos como meio para criar um ambiente que levaria ao rompimento entre Goulart e a esquerda radical. A constante pressão exercida por grupos golpistas sobre o presidente, porém, impedia com que Goulart dispensasse o apoio de setores progressistas domésticos, incluindo comunistas, sem que um claro suporte da comunidade internacional se fizesse sentir. Para superar esse impasse, Goulart mostrou disposição em ceder no início de 1963, cumprindo a maior parte das demandas norte-americanas. No entanto, os parcos resultados financeiros da Missão Dantas em março de 1963 deixaram claro que os Estados Unidos não estavam prontos para ceder da mesma maneira. Como consequência, Goulart abandonou sua postura moderada juntamente com o Plano Trienal, abrindo caminho para o golpe militar de março de 1964. A conclusão do artigo é importante porque muitos estudiosos enfatizam razões de ordem doméstica para explicar o fracasso do Plano. Mostra-se aqui, diferentemente, que é impossível compreender essa questão sem a análise do papel desempenhado pelo governo norte-americano.

A FIESP e a política econômica do governo Castelo Branco antes do PAEG

Ulisses Rubio Urbano da Silva, UNICAMP

A primeira metade da década de 1960 foi marcada pela instabilidade e polarização políticas. No plano econômico existia a tendência de desaceleração, e depois recessão, econômica com aceleração da inflação. Por tal cenário ter-se caminhado para o golpe civil-militar, tem-se entendido que as reformas e políticas econômicas dos diferentes governos militares

foram coerentes e expressão do projeto da parcela da sociedade que articulou o golpe. Os estudos que defendem a existência de continuidade entre as medidas econômicas adotadas por Campos-Bulhões e Delfim Netto argumentam que a economia brasileira foi direcionada para se tornar uma economia de mercado e aberta ao exterior. Alguns estudos, no entanto, apontam para cisões entre as políticas econômicas de Campos-Bulhões e Delfim Netto, bem como para o fracasso da articulação entre economia e sociedade planejada pelo primeiro governo militar no Brasil pós-1964. Entendemos que o fracasso e mudança na condução da política econômica significariam alterações também nas composições entre as frações de classe na formação do Estado durante a gestão destes dois ministérios distintos. Sendo assim, a unidade entre diferentes setores da sociedade que conspiravam contra Goulart se realizou mais em torno de interesses contrários à situação do que em torno de medidas específicas que formariam um projeto consensual. Com o objetivo de melhor entender o lugar de diferentes interesses na formação do governo Castelo Branco, analisaremos uma fração da sociedade de inegável representação econômica e que participou do movimento golpista, a FIESP/CIESP, buscando entender como se comportava. Será dada ênfase nas discussões em torno das exportações de produtos manufaturados e da política monetária sem, com isso, desconsiderar que a adoção de novas medidas nestas áreas significaria também uma nova concepção de Estado.

Viveiros de braços para a colheita: núcleos coloniais e mecanização do café em São Paulo - 1895-1911

Cláudia Alessandra Tessari, UNIFESP

Este trabalho analisa a discussão em torno da implementação de núcleos coloniais como “viveiros” de trabalhadores temporários sazonais para as lavouras cafeeiras entre 1895 e 1911 no Estado de São Paulo. Esta discussão teve lugar em função da necessidade de redução de custos e de flexibilização do trabalho, em período de crise, e esteve intimamente relacionada com a possibilidade de mecanização da lavoura cafeeira. Mesmo que os núcleos coloniais não tenham solucionado estes problemas, anali-

sar a discussão sobre sua implementação evidencia uma série de questões relevantes para a economia agrícola que só encontrariam condições para serem solucionadas décadas depois. À época, a diminuição do preço do café e o saldo migratório negativo evidenciaram a necessidade de revisão da política de mão de obra em São Paulo baseada essencialmente no subsídio à imigração estrangeira e de revisão dos altos custos de produção da lavoura para exportação associados ao colonato. A alternativa discutida no período foi a mecanização de parte do processo de produção complementada com a contratação de trabalhadores temporários sazonais para as etapas do processo produtivo onde o trabalho do ser humano era indispensável. Como a mecanização viria aumentar um problema típico da agricultura, o da sazonalidade na demanda por trabalho, para que ela pudesse ser implementada e propiciasse maior flexibilidade de trabalho e de custos seria necessário poder contar com trabalhadores sazonais extra fazenda. Os núcleos coloniais viriam fornecer estes trabalhadores, sendo por isso, considerados “viveiros de braços para as colheitas”. A análise destas discussões mostrou-nos que segmentos da elite intelectual e setores da cafeicultura tinham consciência de que somente a sólida garantia de oferta de mão de obra para os momentos de demanda intensa de trabalho na agricultura permitiria a mecanização e a flexibilidade e redução de custos. Em outras palavras, mostrou-nos que uma tendência do trabalho na agricultura paulista que viria a ser implementada a partir da década de 1960 – o emprego maciço de trabalhadores temporários sazonais – já se delineava. No entanto, mostrou-nos também que apesar dessa compreensão clara do problema e de sua “resolução”, esta ainda não podia ser implementada (como o foi anos mais tarde) dada a inexistência de exército de reserva plenamente formado.

O cortador de cana da região de Piracicaba: relações de trabalho e mobilização social no final dos anos 1980

Eliana Tadeu Terci, UNIMEP

Maria Thereza Miguel Peres, UNIMEP

Lilia Maria de Toledo Piza Martins, UNIMEP

O objetivo do artigo é apresentar as condições de trabalho e sobrevivência dos trabalhadores agrícolas, cortadores de cana, da lavoura canavieira da região de Piracicaba-SP, no final da década de 1980, vis à vis o processo de expansão e modernização dessa agroindústria, privilegiando a participação dos migrantes “mineiros”. Num cenário de crise econômica e retomada das mobilizações por direitos sociais e políticos usurpados da sociedade durante a ditadura militar, os trabalhadores da lavoura canavieira da região de Piracicaba se sentiram encorajados a lutarem por melhores condições de trabalho em intensos movimentos grevistas, que buscamos analisar. As paralisações atingiram duas cidades da região de Piracicaba – Piracicaba e Santa Bárbara d’Oeste – e foram lideradas pelos migrantes, “mineiros” como eram denominados em virtude da maioria ser procedente do Vale do Jequitinhonha-MG. As análises foram possibilitadas a partir de dados construídos mediante pesquisa de campo, com a realização de entrevistas diretas junto aos trabalhadores agrícolas das usinas da região.

Ensaio sobre os “mundos ervateiros” e as relações de trabalho: Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso

José Antonio Fernandes, UFGD e FUNDECT

Meu objetivo com este artigo é fazer um breve comparativo do processo de produção de erva-mate no Paraná, em Santa Catarina e em Mato Grosso, partindo deste último estado, debatendo com alguns autores, confrontando-os com algumas informações constantes em documentação do Instituto Nacional do Mate. É intenção deste artigo também

discutir, mesmo que de forma sucinta, as relações de trabalho, as condições dos trabalhadores nos ervais dessas localidades, além de algumas questões relacionadas à produção e exportação de erva-mate, tais como a evolução das técnicas e equipamentos. Tomo para isso como período base os séculos XIX e XX, desde quando se efetiva a produção em massa do produto no Brasil até os anos de crise na produção e exportações, especialmente 1965, quando a quebra das importações por parte da Argentina de mate cancheado (semi preparado) teria atingido em cheio a economia ervateira do estado de Mato Grosso, totalmente dependente das relações comerciais do produto com esse país. Abrindo ainda uma pequena discussão sobre a oposição entre produtores e industriais do mate, que afetaram diretamente a vida os trabalhadores. Dentre os autores com os quais debateremos estão: Temístocles Linhares, Virgílio Corrêa Filho, Alcides Goulart Filho, Orlando Valverde, Laércio Cardoso de Jesus, Gilmar Arruda, entre outros. Espero também com esse artigo alcançar um resultado bilateral, tanto contribuindo com os que o lerem quanto a mim mesmo em minhas discussões, relacionadas à minha pesquisa de mestrado que se encontra em andamento, intitulada Erva-mate e Frentes Pioneiras: dois mundos em um só espaço (1945 a 1970).

Mulher e mercado de trabalho: perfil e participação feminina entre as décadas de 1940 e 1960

Luciana Portilho da Silva, UNICAMP

Neste artigo será analisado o papel da mulher enquanto agente econômico, verificando a amplitude e diversificação de sua participação no mercado de trabalho do Estado de São Paulo entre os anos 1940 e 1960, visto que neste período ocorreram significativas transformações socioeconômicas devido a maior urbanização, mudanças no padrão de consumo e no processo de industrialização. Para tanto, será feita uma contextualização dos aspectos femininos e familiares do período, para então fazer-se a análise dos dados apresentados pelo Censo Demográfico e Industrial do Estado de São Paulo organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos 1940, 1950 e 1960 sobre a presença

feminina no mercado de trabalho. Pretende-se também verificar se houve uma convergência entre os setores industriais em desenvolvimento e as profissões buscadas pelas mulheres.

Semeando gigantes: centralização de capitais e diversificação das atividades das empreiteiras brasileiras no final da ditadura civil-militar

Pedro Henrique Pedreira Campos, UFF e CNPq

O ensaio pretende analisar o processo de concentração das atividades em poucas companhias no setor de construção pesada no período final da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), bem como o processo de diversificação das atuações dessas empresas nesse mesmo período. Lançando mão de um aparato teórico-conceitual marxiano para analisar o processo, entende-se esse duplo movimento como uma centralização de capitais e também como busca de ramos econômicos com maiores taxas de lucro, devido à redução das margens de ganho no setor, ocasionada em função da estabilização e diminuição dos investimentos governamentais em obras públicas. Vê-se em passagens da década de 1970 para a de 1980 a formação de um oligopólio nesse mercado e o princípio de um processo de ramificação das atuações desses grupos empresariais, que está na origem da consolidação de grandes e diversificados conglomerados empresariais, capitaneados atualmente por essas empresas.

Industrialização do Vale do Paraíba entre as décadas de 1930 e 1980

Eduardo Leis Zuppardo, UNOPAR

A pesquisa que ora se apresenta tem o objetivo de identificar e apresentar os principais fatores históricos que levaram a industrialização do Vale do Paraíba, no período de 1930 a 1980, período em que os acontecimentos

levaram ao fim da supremacia da economia agrário-exportadora e expandindo a economia urbano-industrial, intensificando o processo de industrialização no país. Apresenta-se por meio de revisão literária para conhecimento dos fatos compreendidos no período.

Financing brazilian industry: a study of the mortgage market's evidences in the city of São Paulo (1866-1914)

Gustavo S. Cortes, FEA-RP/USP

Renato Leite Marcondes, FEA-RP/USP

Maria Dolores M. Diaz, FEA/USP

The objective of this paper is to show the relation between the mortgage credit market and the industrial activities in the City of São Paulo. The debate is inserted in a context of intense transformation of the Brazilian economy, which includes the expansion of coffee exportations, urbanization process, investments in transportation infra-structure and technology, as well as the financial-monetary crisis of Encilhamento. According to the analysis of the data and the econometric model tested, it is possible to affirm that: (i) the native capital is preponderant in industrial mortgages; (ii) the British capital is preponderant in the international mortgaged value; (iii) the size of industries matters for the funding conditions; (iv) the debentures' emission is an important form of funding in operations involving large amounts; (v) there was a considerable impact of Encilhamento's period due to institutional improvements, that was permanent.

Companhia Estrada de Ferro Therezopolis: uma empresa do encilhamento em meio à política republicana fluminense

Guilherme Babo Sedlacek, PPGH-UFF

Neste trabalho, procurarei apontar alguns aspectos mais importantes do contexto político e econômico da emancipação do município de Therezópolis e criação da Companhia Estrada de Ferro Therezopolis (E.F.T.), em um projeto de transferência da capital fluminense para aquela cidade. Em especial, consideraremos o processo de transição política entre os regimes monárquico e republicano, o novo status do estado do Rio de Janeiro ante o federalismo previsto pela Constituição de 1891, a constituição de um mercado de capitais no Brasil durante o período conhecido como "encilhamento" e a dinâmica internacional do capitalismo imperialista da passagem do século XIX ao XX. Tenho por objetivo pensar a cultura política e as tensões no interior da classe dominante do estado do Rio de Janeiro, a partir das teorias de Karl Marx sobre expansão e crise do capital e de Antonio Gramsci a respeito do Estado e da sociedade civil, bem como analisar a formulação de um novo projeto de hegemonia, na terminologia gramsciana. A empresa é estudada a partir de sua atuação política junto aos governos municipal, estadual e federal, observando as estratégias de seus diretores e acionistas para assegurar seus interesses e se beneficiarem das garantias de juros sobre investimentos. O conjunto de documentos aqui trabalhados é composto, sobretudo, por leis e contratos entre a empresa e o governo do estado que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional, além de uma fonte literária da época, o romance O Encilhamento, escrito por Visconde de Taunay.

A estrada de ferro e sua influência no consumo da região sul de Goiás, 1870-1930

Hamilton Afonso de Oliveira, UEG

O objetivo central deste trabalho é fazer uma análise da influência do de-

envolvimento dos meios de comunicação e transportes no desenvolvimento do consumo na região sul de Goiás entre os anos de 1850 a 1930. As principais fontes utilizadas na pesquisa foram as notas promissoras de cobrança de donos de estabelecimentos comerciais, anexadas aos processos de inventários post-mortem, como cobrança dos dividendos do(s) inventariado(s) no ato da partilha dos bens. Percebeu-se que, além da influência na estrutura e composição da riqueza familiar decorrente da valorização da terra, crescimento da produção agropastoril e a melhoria da infraestrutura com a construção de currais e cercamento das propriedades rurais a melhoria dos meios de comunicação e transportes ocorridos a partir da década de 1870, com a abertura da estrada do sul (estrada Goiás-São Paulo), a interiorização dos trilhos da estrada de Ferro que chegou ao Triângulo Mineiro na década de 1890 e, posteriormente, em Goiás a partir de 1909 que, associado ao prenúncio do desenvolvimento do transporte rodoviário, também, foram determinantes para que ocorresse um significativo crescimento do mercado consumidor no sul de Goiás no período. Sobretudo a partir da década de 1910, houve um aumento muito significativo do mercado consumidor interno, com a entrada de mercadorias diversas oriundas de outras regiões do Brasil e até do exterior. A presença da estrada de ferro contribuiu para o início da disseminação de novos hábitos, costumes e valores de uma sociedade de consumo em detrimento aos valores de uma sociedade tipicamente agrária e que se auto sustenta.

O papel da Estrada de Ferro de Bragança na colonização e economia da Amazônia Oriental (1870-1960)

Leonardo Milanez de Lima Leandro, NAEA/UFPA

Fábio Carlos da Silva, NAEA/UFPA

Jovenildo Cardoso Rodrigues, PARFOR/UFPA

As ferrovias exerceram, historicamente, considerável importância no contexto da formação do território amazônico. Seja enquanto instrumento de ocupação territorial ou como impulsionadora de processos

econômicos estruturantes, tais empreendimentos, mecanismos de operacionalização de políticas de colonização, contribuíram para a formação socioeconômica da região, bem como para a promoção de múltiplos impactos no território paraense. O presente ensaio objetiva analisar alguns dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da implantação da Estrada de Ferro de Bragança, na zona bragantina do estado do Pará, e os aspectos gerais do processo de colonização da referida zona, durante o período áureo da exploração da borracha na Amazônia (1880-1920).

Nos trilhos da incerteza: a rede mineira de viação no quadro do transporte ferroviário brasileiro (1951-1961)

Marcel Pereira da Silva, USP

Nos anos 1950 o Brasil passou por um momento crucial para seu sistema de transportes, já que este foi o período de consolidação do modal rodoviário em nosso país e ao mesmo tempo da criação da Rede Ferroviária Federal S. A., ponto alto da intervenção estatal no setor ferroviário, imediatamente posterior aos Planos de 1951 e 1956. Além disso o país avançava em sua industrialização, onde o poder público assumia um papel extremamente importante, como planejador ou como participante direto. Paralelamente, o Estado de Minas Gerais, principal espaço geográfico de nosso objeto, procurava superar a situação de atraso e fragmentação econômica de suas regiões, através de planos de recuperação e desenvolvimento. Nesse contexto se insere a questão dos transportes, e conseqüentemente das estradas de ferro. Passados quase 100 anos do surgimento da primeira companhia, as ferrovias naqueles casos em que nasceram particulares e depois passaram para a mão do governo federal, vieram a integrar a Rede Ferroviária Federal – RFFSA, criada em 1957. A Rede Mineira de Viação foi uma delas. Essa companhia era arrendada ao governo do estado de Minas Gerais desde a sua criação em 1931. Em 1953, durante o mandato estadual de Juscelino Kubitschek, a empresa retornou para a União. No período aqui abordado as greves, mudança na administração, modernização limitada e déficit orçamentário tornaram-se uma realidade. Mas por outro lado, a Rede Mineira possuía também

a maior extensão de linhas entre as estradas férreas brasileiras, maior quantidade de ramais eletrificados e transportava passageiros na segunda mais populosa unidade da federação. Assim, o objetivo é estudar a Rede Mineira de Viação/RMV no quadro dos transportes brasileiros durante o período dos governos do segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1955-1960), para perceber um duplo processo de evolução e ruptura no padrão desse quadro em ambos os mandatos.

A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora

Rogério Naques Faleiros, UFES

Neide César Vargas, UFES

Este artigo objetiva uma melhor qualificação da noção de “complexo econômico cafeeiro”, desenvolvido no âmbito da Escola de Campinas, notadamente por Wilson Cano, vislumbrando o entendimento sobre a especificidade da formação econômica do Espírito Santo. Argumenta-se que ocorreu, no passado, uma especialização relativa ao nível da produção, sendo que as atividades mais rentáveis ligadas ao crédito, classificação dos grãos, exportação e comercialização foram concentradas pelas elites mercantis do Rio de Janeiro e da Zona da Mata mineira, notadamente de Juiz de Fora. Na sequência apresentam-se algumas tentativas da elite capixaba visando a “territorialização” desta formação econômica, ou seja, a submissão do movimento da acumulação de capitais, no âmbito da economia cafeeira, à elite local. A noção de territorialidade aqui apresentada revela o intento da elite capixaba em dominar as diferentes regiões do estado a partir de: a) tentativa de desbancar a elite fluminense; b) controlar o avanço da fronteira agrícola sobre os desertos demográficos ao norte; c) centralizar a distribuição de bens, serviços e créditos no estado a partir de Vitória e d) estabelecer conexão direta entre a capital capixaba e o comércio internacional, viabilizando a construção de um dos principais portos cafeeiros do mundo. A noção de territorialidade

envolve também o estabelecimento de nexos políticos, de monopólio da violência e de tributação em regiões até então “desterritorializadas”, ou seja, não tocadas pela acumulação capitalista. Nestes termos, a trajetória do desenvolvimento da cafeicultura no estado ocorre simultaneamente a uma estratégia de constituição de uma formação econômica que dê vazão aos interesses de uma elite marginal no cenário nacional, que opera uma instrumentalização do estado com vista à realização de seus desígnios.

Marcha para oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970)

Ana Paula Menezes, UFGD

Este artigo, que faz parte de uma pesquisa em andamento, buscará fazer algumas considerações acerca da atividade desenvolvida na CAND. Buscaremos abordá-la como uma alternativa, com a qual os colonos puderam se manter e ampliar a sua renda que muitas vezes a agricultura por si só não garantia. Assim, buscamos compreender as articulações econômicas desenvolvidas entre os colonos, a destinação dada à madeira tirada dos lotes, bem como os agentes envolvidos no comércio. Este enfoque se pauta, sobretudo em fontes documentais, abrangendo documentos administrativos, registros memorialistas, depoimentos de ex-colonos, bem como o apoio em obras pertinentes ao tema.

A produção agrícola numa metrópole: economia e cotidiano dos pequenos lavradores do sertão carioca

Leonardo Soares dos Santos, ESR/UFF e IPPUR/UFRJ

Inspirado em algumas indicações do historiador Eric Wolf (autor de *As Guerras camponesas no século XX*), nós buscamos responder algumas questões sobre práticas e costumes do campesinato carioca. As questões

estão ligadas a sua origem social, o que era produzido, onde seus produtos eram vendidos, onde se divertiam e faziam amizades.

The end of plantation? Coffee and land inequality in early twentieth century São Paulo

Renato Perim Colistete, FEA/USP

Maria Lucia Lamounier, FEA-RP/USP

Este trabalho examina a concentração da propriedade da terra na mais importante região cafeeira no início do século XX, a região nordeste do estado de São Paulo. Críticos da chamada perspectiva plantacionista têm rejeitado a visão clássica de que a grande propriedade influenciou de forma decisiva a sociedade e a economia brasileiras no período colonial e no século XIX, argumentando em vez disso em favor de um papel crucial das pequenas e médias propriedades. Nós analisamos a distribuição das propriedades segundo o tamanho e estimamos medidas alternativas de concentração da terra, a partir de um detalhado censo agrícola do estado de São Paulo. Os dados indicam que, apesar da variação entre municípios, grandes propriedades e latifúndios controlaram a maior parte dos recursos produtivos no nordeste de São Paulo, resultando em elevados níveis de desigualdade quando comparados aos de outras sociedades agrárias no passado. Essas evidências contrastam com a visão dos críticos da historiografia clássica e sugerem que a grande propriedade e a alta concentração da riqueza eram características notáveis pelo menos na mais importante região cafeeira no Brasil no início do século XX.

**Os meandros da política científica e tecnológica do regime militar:
interesses e estratégias das casernas**

Ailton Laurentino Caris Fagundes, USP

Este texto aborda a trajetória da política científica e tecnológica brasileira

durante o regime militar. As questões às quais ele se refere dizem respeito às idéias e aos interesses de um dos atores fundamentais: os militares. Esses atores, com interesses e idéias distintas e muitas vezes conflituosas acerca dos rumos do desenvolvimento, embora buscassem objetivos diferentes construíram uma trajetória única com projetos ambiciosos para construir internamente uma rede de instituições que visassem a produção e a aquisição de ciência e tecnologia de ponta. Antes de econômicas, as decisões acerca das políticas de ciência e tecnologia possuíram uma natureza fundamentalmente política e privilegiaram os interesses dos governos e das elites que os sustentaram. Só é possível entender as políticas do setor quando se busca perceber quais são os objetivos e como eles são perseguidos a partir de dois aspectos são fundamentais: as idéias que conduziram à formação, estruturação e atuação do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como dos rumos do desenvolvimento científico e tecnológico e os interesses e objetivos que esses atores possuíam.

Política educacional e gasto com educação no período populista

Julio Manuel Pires, FEA-RP/USP e PUC-SP

O objetivo principal deste trabalho é analisar a política educacional entre os anos 1930 e o início da década de 1960. Para tanto, promove-se, inicialmente, o exame das principais mudanças institucionais verificadas nesse período – incluindo aí a legislação voltada especificamente para a dotação de recursos para a educação –, visando construir o pano de fundo para a análise da composição do dispêndio público com o ensino e a cultura. Um tema que perpassa parte importante do artigo relaciona-se à controvérsia entre o ensino público e o ensino privado e a atuação do Estado na concessão de subsídios às escolas particulares, bem como o reflexo do acirramento do debate público no final do período populista sobre o total do gasto do setor público com educação.

Credibility and populism: a bayesian approach to the Goulart administrations in Brazil

Sérgio Marley Modesto Monteiro, UFRGS

Pedro Cezar Dutra Fonseca, UFRGS

O governo Goulart (1961-1964), em suas fases parlamentarista e presidencialista, é considerado um exemplo típico do populismo no Brasil. A literatura sobre o período costuma definir a política econômica como hesitante, irracional ou ambígua. Neste trabalho, utiliza-se um modelo de credibilidade para explicar a condução da política econômica nas duas fases do governo. A credibilidade é definida como a probabilidade subjetiva com que os agentes avaliam o compromisso do governo para com as medidas de estabilidade por ele anunciadas, formalizadas por uma regra monetária. A estimativa da credibilidade aponta para um padrão comum na condução da política econômica. Nas duas fases o governo inicia com medidas ortodoxas de combate à inflação que fazem com que a credibilidade aumente. À medida em que o tempo passa, como resultado dos custos associados a essa política, a austeridade é abandonada, a credibilidade diminui e as tentativas de estabilização falham. Então, pode-se dizer que: a) há uma lógica e uma coerência nas políticas econômicas implementadas; b) a ortodoxia está presente tanto no discurso quanto na aplicação efetiva das políticas, o que impede de ver o fenômeno populista apenas como uma opção pelo crescimento, desconsiderando totalmente a estabilidade; c) apesar de estar presente, esta opção para combater a inflação não foi mantida ao longo de qualquer dos períodos analisados, d) a transição entre a opção pela estabilidade e a opção pelo crescimento não foi abrupta; e) a retórica pró-desenvolvimento esteve presente nas duas fases da conjuntura analisada, mas apenas no final de cada uma a opção pelo crescimento foi definida como prioridade, colocando a estabilidade em segundo plano; e f) finalmente, o discurso pró-desenvolvimento adotou um tom bastante crítico, associando-se às promessas nacionalistas, geralmente responsabilizando o capital estrangeiro e as organizações internacionais pelo aprofundamento da crise.

O “espaço” do comércio na São Paulo da Belle Époque (1890-1915)

Milena Fernandes de Oliveira, UNICAMP

O momento que se inaugura ao final do século XIX é o da consolidação do sistema capitalista com o lançamento das bases da II Revolução Industrial na Europa e nos EUA. No Brasil, assistimos à abolição da escravidão, à proclamação da República e à ascensão de São Paulo como principal exportador do país. Enquanto o capitalismo se consolida no centro do sistema, na periferia, ele dá os seus primeiros passos, respeitando a especialização produtiva dentro de um complexo sistema de divisão internacional de trabalho. Se o nosso capitalismo periférico nascente se liga ao capitalismo consolidado no centro a partir de uma divisão de trabalho, da mesma forma, a cidade e o comércio, que ali se reaviva, são reorganizados segundo os rumos de um novo sistema-mundo em gestação. O Triângulo Comercial, formado pelas Ruas Direita, XV de Novembro e São Bento representa uma síntese entre as transformações capitalistas materiais e as transformações culturais que remete à modernidade emergente ao final do século XIX. Ali se reúnem as conquistas industriais do mundo capitalista desenvolvido, os novos hábitos, a nova racionalidade que separa o espaço privado do público.

Produzir para construir: o desenvolvimento da indústria cerâmica em São Paulo

Natália Maria Salla, USP

O presente artigo tem por objetivo apresentar o desenvolvimento da indústria cerâmica na cidade de São Paulo e sua relação com o processo de urbanização paulistana, precedido por um longo período de dominação da atividade oleira. A suplantação desta última atividade econômica pelas grandes indústrias produtoras de tijolos e telhas - oriundos da argila vermelha, extraída das várzeas dos rios - relaciona-se além das diferenças de obtenção e emprego de capitais, ao próprio desenvolvimento urbano

da capital. Apresentamos como se deu o desenvolvimento da atividade oleira na cidade até o fim do império e concentramos a discussão entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras da república, quando nota-se uma crescente preocupação na ordenação dos espaços urbanos e na regulamentação das atividades econômicas. A preocupação com a gestão urbana se deu concomitantemente ao significativo crescimento da cidade, já no último quartel do século XIX, e com o advento da república, notou-se uma maior preocupação por parte do poder público na regulamentação do desenvolvimento municipal. Assim, o presente trabalho buscou relacionar a produção cerâmica paulistana ao crescimento urbano, atentando para o desenvolvimento dessas indústrias, condicionado à demanda por materiais de construção e à gestão da municipalidade, que procurava organizar as atividades exploratórias. Além disso, concomitante às mudanças na organização política do Estado brasileiro, São Paulo tornou-se uma das mais importantes cidades do Brasil, concentrando os capitais industriais. Discutimos como a indústria de cerâmica localizava-se nesse processo. O desenvolvimento desse ramo econômico no final do século XIX e o conseqüente surgimento de indústrias de cerâmica justificam-se com as mudanças advindas no final do século XIX e início do XX, atrelados às novas mentalidades da república e ao processo de urbanização característico desse período. O crescimento paulistano, impulsionado pela expansão da economia cafeeira, contribuiu para grandes transformações na cidade, no final do século XIX e na primeira metade do século XX. A cultura do café intensificou o processo de urbanização e o investimento na industrialização, modificando a paisagem urbana. No final do primeiro quartel do século XX a produção oleira paulistana definhava, pois as grandes indústrias cerâmicas já estavam estabelecidas. A ocupação do urbano aumentara consideravelmente em relação ao início do século, estendendo-se por regiões nas quais anteriormente eram exercidas as atividades de extração de argila, como as várzeas. Ainda assim, ao longo dos primeiros trinta anos do século XX pequenas olarias e grandes indústrias dividiram o mercado consumidor de materiais de construção. Procuramos entender aqui como se instalaram e funcionaram as olarias e, posteriormente, as indústrias de cerâmica na cidade de São Paulo. Com isso, acreditamos contribuir para compreender a representatividade e a importância econômica e social que as olarias tiveram para o desenvolvimento urbano, tecnológico e humano da cidade. E,

além disso, diminuir a distância com relação ao pouco que conhecemos desse ramo econômico significativamente presente em São Paulo e desaparecido ao ser substituído pelas indústrias de cerâmica.

A intermediação mineira do comércio das regiões centrais do Brasil na Primeira República

Paulo Roberto de Oliveira, FFLCH/USP, CNPq e FEA

Quando confrontamos as posições do Governo do Estado de Goiás e as estatísticas do Estado de São Paulo durante a Primeira República, encontramos um grande desencontro de informações. São sempre presentes nas mensagens do Governo de Goiás referências ao aumento de sua produção e às crescentes exportações para as terras paulistas e para o exterior. Contudo, quando analisamos as estatísticas de importações de São Paulo provenientes de outros estados da República e as saídas de mercadorias pelo porto de Santos, raramente encontramos menção ao estado interiorano. Este mesmo descompasso pode ser observado se confrontarmos a produção acadêmica sobre os dois estados durante o período citado. Enquanto as obras que versam sobre a economia paulista pouco dizem a respeito dos produtos goianos, os estudiosos goianos defendem o papel de sua região como reserva de terras e produtora de alimentos para São Paulo. Uma pista para a resolução deste problema pode ser encontrada nas páginas do periódico *A Informação Goiana*, escrito por pessoas importantes nos círculos intelectuais e políticos de Goiás e publicado no Rio de Janeiro. Neste jornal são constantes os ataques aos erros dos estatísticos paulistas e ao problema da intermediação do comércio do interior do Brasil pelo Estado de Minas Gerais. Segundo o que lá se lê, os mineiros reexportavam como sendo seus muitos dos produtos de Goiás e Mato Grosso. Neste trabalho, será analisado o papel de intermediação exercido por Minas Gerais no comércio entre as regiões centrais do Brasil, o Estado de São Paulo e o mercado mundial. Será ressaltado o caso do comércio de gado e de cereais a partir de periódicos locais, mensagens de governos de estado, dados de embarque na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e atas de câmaras municipais.

As transformações no financiamento da cafeicultura paulista durante a Primeira República (1890-1914)

Fábio Rogério Cassimiro Correa, USP

Em 1972 Caio Prado Jr. afirmava que a origem dos recursos utilizados no financiamento da lavoura cafeeira era “assunto ainda pouco pesquisado e mais conhecido ainda por simples tradição oral e de família”. Flávio Azevedo Marques de Saes, ao analisar a formação do sistema bancário paulista em 1986, observava que “a par de obras sobre história do Banco do Brasil (ou outros bancos específicos) são poucos os estudos ou mesmo informações disponíveis sobre o tema”, ainda que existissem informações esparsas a respeito do crédito nas principais obras de história econômica. Em 2006, Rodrigo da Silva Teodoro, que estudou o financiamento da cafeicultura em Franca, notava que financiamento agrícola permanecia ainda “como que relegado a segundo plano nos estudos sobre economia cafeeira” e, ainda que muitos autores tenham reconhecido a sua importância, pouquíssimos foram os trabalhos que abordaram especificamente o problema do crédito. Assim, instigado pelas observações recorrentes de Caio Prado Jr., Flávio Saes e Rodrigo Teodoro analisamos algumas das obras mais importantes sobre a economia cafeeira a fim de compreender como seus autores abordaram o financiamento e o crédito agrícola, principalmente as transformações ocasionadas pela substituição do trabalho escravo para o livre.

O crédito na cafeicultura paulista: uma proposta de análise e várias escalas

Pedro Geraldo Tosi, UNESP

Rogério Naques Faleiros, UFES

Rodrigo Fontanari, UNESP

A partir do edifício teórico braudeliano investiga-se as modalidades de crédito praticadas na cafeicultura paulista bem como as hierarquias que

caracterizaram o seu funcionamento e organização. Lista-se neste artigo uma série de operações de crédito captadas por fontes documentais de diferentes naturezas, buscando subsidiar a discussão sobre a diversidade das formas de obtenção de crédito no espaço em questão. O ponto de nosso argumento é que o interior do estado, especializado na produção de café, joga papel fundamentalmente subordinado na hierarquia e na cadeia do crédito, dominada pelo grande capital cafeeiro, sendo que os mecanismos de concentração da riqueza e das oportunidades se situam mais destacadamente na capital paulista, que, por sua vez, também ocupa posição subordinada em relação aos principais centros capitalistas.

A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX

Renato Leite Marcondes, FEA-RP/USP

A cafeicultura foi muito importante para o desenvolvimento do Estado de São Paulo. A expansão do café ao longo do território paulista ocorreu em diferentes períodos e em diferentes dimensões, que marcaram a estrutura produtiva das regiões. Desde pequenos até grandes produtores participaram da faina cafeeira. Analisamos a estrutura fundiária e de cultivo do café de dois dos principais municípios cafeeiros no início do século XX: Campinas e Ribeirão Preto. Mesmo produzindo grandes volumes de café e situados no Oeste paulista, verificamos, com certas diferenças, a importância dos pequenos e grandes cafeicultores em ambos os municípios. Por fim, notamos distinções importantes da concentração da produção, das terras e dos cafezais.

A problemática da colonização na década de 1930 e a construção de uma política colonizadora no primeiro governo Vargas

Julio Cesar Zorzenon Costa, UNIFESP

O texto visa apresentar os elementos constitutivos da política coloni-

zadora que foi sendo elaborada ao longo do primeiro governo Vargas (1930-1945). Essa política colonizadora refletiu e incorporou uma série de elementos que foram sendo amadurecidos, a partir de reflexões e debates relativos ao papel que a colonização deveria exercer no sentido do desenvolvimento econômico que, naquele momento, era identificado com a ênfase na produção para o mercado interno e com a industrialização. A problemática colonizadora, devido à necessidade de acelerar e ampliar a integração econômica do interior brasileiro numa perspectiva de nacionalismo econômico, vinculou-se, assim, aos encaminhamentos mais gerais que presidiram a ação estatal no período pós 1930.

Inflação e crescimento econômico ao final do Estado Novo

Francisco Luiz Corsi, FFC/UNESP

O presente artigo trata das políticas de combate à inflação no período final do Estado Novo (1943-1945), marcado por crescente pressão inflacionária no contexto do final da Segunda Guerra Mundial e de crise do regime. Defendemos aqui a proposição segundo a qual as políticas que buscavam debelar a inflação estavam subordinadas a diretriz de manter o crescimento econômico. O combate à inflação baseava-se sobretudo no controle de preços e em medidas voltadas para a ampliação da oferta.

Os nacionalistas e a defesa da Eletrobras no Governo Juscelino

Kubitscheck

Marcelo Squinca da Silva, UNICID

Neste texto buscamos examinar o conteúdo dos embates entre os representantes dos segmentos sociais no Brasil denominados privatistas e nacionalistas ocorridos durante o governo Juscelino Kubitschek, principalmente quais eram os posicionamentos dos setores que defendiam a maior intervenção do governo em detrimento da iniciativa privada e o teor de suas críticas à equipe governamental kubitschekiana em relação

às suas ações para o setor elétrico. A postura privatista dos integrantes do governo JK foi alvo de muitas divergências, não apenas dos altos escalões do governo, mas também entre os integrantes da própria burguesia que comungavam outros interesses e, portanto defendiam posições contrárias à posição dos acima citados. Suscitou também controvérsias entre integrantes da sociedade civil, que se manifestava por intermédio do Partido Comunista Brasileiro, de técnicos, intelectuais e políticos e cujas posições expressavam em jornais da época. Trata-se dos nacionalistas, que consideravam as posições dos mais altos escalões do governo Kubitschek como nocivas aos interesses nacionais.

Diversificação industrial e evolução dos produtos na indústria de bens de capital em São Paulo nas décadas de 1920 e 1930

Michel Deliberali Marson, UNIFAL e FEA/USP

O objetivo geral do artigo é mostrar o processo de diversificação da indústria no estado de São Paulo entre 1910 e 1937, com novos dados não utilizados pela historiografia brasileira, com informações de valor da produção industrial publicado pela diretoria da indústria e comércio de São Paulo. Com esses dados foi possível montar uma série histórica da produção industrial em São Paulo entre o período de 1910 a 1937 e avaliar o processo de diversificação industrial em cada período específico. Também foi possível verificar quais os setores industriais que mais cresceram no período, identificando características importantes da industrialização. O objetivo específico do artigo é identificar as mudanças na indústria de bens de capital paulista entre os anos 1920 e 1930 em termos qualitativos, tentando mostrar a evolução nos produtos fabricados pelo setor, utilizando dados da Estatística Industrial de São Paulo, com informações de empresas. Em 1919, a maioria dos produtos fabricados tinha como finalidade atender as necessidades da agricultura, produzindo principalmente máquinas para beneficiamento e arados. A partir de 1920 tem-se um marco na produção do setor, com a produção da primeira máquina para a indústria mais importante em termos de produção em São Paulo, o tear para a indústria têxtil. Durante a década de 1930,

houve a constituição do setor de bens de capital produtor de máquinas operatrizes, ou seja, máquinas para a produção de máquinas, como tornos, fresadoras, plainas, prensas, etc., em muitos casos, com origem na adaptação da produção das empresas que produziam máquinas agrícolas e máquinas para a indústria anteriormente. Neste artigo traçaremos um panorama da evolução das empresas do setor entre 1920 e 1940.

A Revolução de 1930 e a economia brasileira

Pedro Cezar Dutra Fonseca, UFRGS e CNPq

O artigo analisa a política econômica e as principais mudanças na economia brasileira na década 1930 e explora a interrelação entre o desempenho de suas principais variáveis com as mudanças políticas e institucionais advindas com a “Revolução de 1930”. Para tanto, enfoca alguns pontos que resultam de pesquisas mais recentes do autor, em um diálogo com a literatura pregressa, a saber: (a) os segmentos sociais que lideraram o movimento revolucionário, mormente a participação do empresariado industrial, haja vista o forte crescimento industrial do período analisado, marco do processo de substituição de importações; (b) a existência ou não de uma política deliberada, por parte do governo, de industrialização; e (c) o cotejo entre a política econômica realizada com o previsto nos modelos de “populismo econômico”, e conclui pela inadequação dos mesmos para explicá-la.

A formação de coalizão de possibilidades: o desenvolvimento da economia capixaba na Primeira República

Ednilson Silva Felipe, UFES

Arlindo Villaschi Filho, UFES

Ueber José de Oliveira, UFSCAR

Embora tenha avançado economicamente ao longo do século XIX, o

Espírito Santo chegou à Primeira República (1889-1930) com uma economia muito incipiente se comparada com seus vizinhos. Isso ocorreu por conta, principalmente, de sua vulnerabilidade decorrente das oscilações dos preços do café no mercado internacional, principal motor de funcionamento de sua economia. Essa visão deteriorada de Estado, de sua condição econômica e da incapacidade de desenvolvimento, fez despertar anseios por mudanças da ordem estabelecida. Entre esses momentos de busca de mudanças no padrão de desenvolvimento do Estado na Primeira República, dois governos merecem especial destaque: os dois de Moniz Freire (1892/1896 e 1900/1904) e o de Jerônimo Monteiro (1908/1912). A dependência de recursos políticos e financeiros em relação ao Governo Central, entretanto, aparecia como uma barreira a essas possibilidades. O Espírito Santo era considerado um estado desimportante e politicamente fraco, o que fazia com que as suas demandas fossem preteridas e pouco respondidas pelo Governo Central, estabelecido a República. Além disso, sofria influência e interferência dos estados mais importantes. O artigo discute o esforço necessário que foi preciso estabelecer na tentativa de lançar a economia capixaba em outro patamar de desenvolvimento. Para isso, foi necessária a construção de coalizões de possibilidades em torno de visões de futuro que, embora fossem difíceis de serem construídas, deram o tom de meta/objetivo nos primeiros governos capixabas no período. Os esforços apontados, tanto de Moniz Freire quanto de Jerônimo Monteiro são ilustrativos das possibilidades. Suas visões, embora tenham tido pouca adesão à época, serviram de bases para a lógica de desenvolvimento logístico e industrial que caracterizaria a economia capixaba no restante de sua história até os dias atuais.

Octavio Gouvêa de Bulhões e Celso Furtado: um debate sobre o desenvolvimento brasileiro

Fausto Saretta, UNESP

O texto visa comparar as visões sobre o desenvolvimento econômico brasileiro de Octavio Gouvêa de Bulhões e Celso Furtado no início da década de 1950. Estes anos trazem um debate dos mais instigantes e pro-

veitosos sobre a forma de pensar, e de propor soluções para o desafiador processo de crescimento e desenvolvimento da economia brasileira. Desde o final da II Guerra se aprofundam e ganham cada vez mais consistência, tanto política quanto teórica, as questões atinentes aos caminhos e opções para o necessário desenvolvimento da economia nacional. Neste sentido se imbricam a formação de órgãos públicos e privados de diferentes concepções e abordagens sobre a economia brasileira, como a SUMOC, o IBRE da FGV, o BNDE. Ademais, registre-se a crescente aceitação tanto no meio político quanto empresarial das propostas originárias da CEPAL e seu diagnóstico abrangente do subdesenvolvimento e das formas de superá-lo. O confronto das ideias entre Bulhões e Furtado nas páginas da Revista do Conselho Nacional de Economia, dois homens públicos e intelectuais da maior relevância na vida brasileira é um ponto importante e contribui para o entendimento dos rumos do desenvolvimento brasileiro.

O papel do Funres na transição da economia capixaba

Fernando Cezar de Macedo, UNICAMP

O objetivo deste trabalho é analisar a primeira década de atuação do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - FUNRES -, identificando em que medida ele contribuiu para a retomada do crescimento da economia capixaba após a crise que se instalou com a erradicação dos cafezais na década de 1960. Este momento foi marcado pela desmobilização da base agrária, o que exigiu ações ativas para recuperação de sua economia. Criado em 1969, o FUNRES continua funcionando. No entanto, a hipótese deste trabalho é a de que foi durante a década de 1970 que ele teve maior importância para o desenvolvimento da economia do estado, razão pela qual sua operacionalização durante aquele período é o objeto deste artigo. Apesar de sua importância para a retomada do crescimento da economia capixaba, é demonstrado que o FUNRES apresentou-se espacialmente concentrado na capital do estado e no seu entorno, além de não ter promovido um processo de diversificação da estrutura industrial.

A trajetória da Sudesul e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil - 1967-1990

Alcides Goularti Filho, UNESC e CNPq

André Scholl de Almeida, UNESC e PIBIC/CNPq

Talita Alves de Messias, UNESC e PIBIC/CNPq

Instituída a partir do Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967, e extinta pela Medida Provisória n. 151, de 15 de março de 1990, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) atuou durante 23 anos na formulação, na coordenação e na orientação de diversos planos de desenvolvimento da Região Sul do Brasil, atuando nos seus três estados do Sul (SC, PR e RS). Foi criada no âmbito de um movimento nacional de fortalecimento de autarquias regionais como SUDAM, SUDECO e SUFRAMA. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é estudar a trajetória da SUDESUL, na perspectiva da história econômica, enfocando a formulação, a orientação e a execução dos planos de desenvolvimento regional para a Região Sul, no período de 1967 a 1990. O artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, busca-se contextualizar a SUDESUL a partir da discussão das políticas regionais dos anos de 1950, passando pela criação da SPVERFSP e pelas dificuldades que já eram enfrentadas por essa autarquia. Em seguida, explora-se a extinção da SPVERFSP e a criação da SUDESUL e do Ministério do Interior. No terceiro, serão descritas as principais atividades da superintendência, seus projetos sub-regionais e suas publicações e documentos do período de atuação. E, terminando, nas considerações finais será analisada a trajetória da autarquia até sua extinção.

**Histórico recente das políticas públicas de economia solidária:
apontamentos sobre o primeiro governo Lula**

Jefferson Oliveira Goulart, FAAC/UNESP

Thais R. Marin, FFLCH/USP

O ensaio focaliza o processo brasileiro de institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária no governo federal durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006). Neste período, são analisadas especialmente a criação e a atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – estrutura fundada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com o propósito de implantar políticas de inclusão social com geração de trabalho e renda. Essa abordagem permite a formulação de hipóteses sobre a inserção institucional da SENAES, seus alcances, limites e desafios.

**Sistema de proteção social brasileiro frente à nova ordem interna-
cional: um exame de sua reconfiguração pós constituição de 1988
até o governo FHC**

Julianne Alvim Milward, UFRRJ

O presente trabalho tem por finalidade examinar o processo de desconstrução e reconstrução do sistema de seguridade social brasileiro pós Constituição de 1988, em virtude da ruptura de sua trajetória de construção dado por esse novo contrato social – que tinha em vista o resgate da dívida social existente, por meio da universalização dos direitos –, devido à reconfiguração das estratégias capitalistas de acumulação em um sistema econômico reconhecido como global. A subversão desse sistema frente à nova ordem internacional, deu-se a partir da década de 90, com a onda neoliberal instalada no país, no contexto de (re)inserção internacional periférica do capitalismo na América Latina, dada pela liberalização, privatização e desregulação dos mercados; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. Busca-se com-

prender o jogo, as regras, os atores e as instituições que conformaram esse novo sistema; destacando os governos FHC pela inauguração de uma nova ‘era’ dada por uma trajetória da proteção social oposta ao que foi aspirado pela Lei Maior e, que se aprofundou nos governos seguintes. O exame tem por viés o institucionalismo econômico, em função do entendimento de que no âmbito da teoria econômica, e particularmente da teoria neoclássica, não se encontram ferramentas suficientes para examinar o tema. Conclui-se nesse estudo que a conformação de um novo padrão social nacional dado por sua residualização, significou a redução do bem-estar de sua sociedade, conforme o ideário neoliberal, que tem o capital financeiro e a lógica financeira como predominantes em sua dinâmica macroeconômica, submetendo as políticas sociais ao segundo plano nas decisões governamentais com vista a ‘saúde econômica’, segundo orientações prescritas pelos organismos internacionais, na sua função disciplinadora, fundamentadas no Consenso de Washington.

**MÓDULO: HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E
ECONOMIA INTERNACIONAL**

**A economia política do modelo econômico chinês: o Estado, o
mercado e os principais desafios**

Alexandre Queiroz Guimarães, PUC-MG

O objetivo do presente artigo é explorar certas características do milagre e do modelo econômico chinês. Pretende-se entender as razões dos bons resultados econômicos, destringir aspectos do modelo econômico, destacar o papel essencial da variável externa (internacional) e apontar os principais desafios enfrentados pelo modelo chinês. Uma preocupação central é entender as implicações, realizações e riscos de uma combinação muito particular entre o mercado e o Estado, tocando assim em um tema muito caro à economia política desde os seus primórdios, com Adam Smith.

**Notas sobre o desenvolvimento econômico e a industrialização da
Índia**

Bruno de Campos, UFSC e CAPES

O presente artigo apresenta algumas passagens para melhor enquadramento do processo histórico de industrialização na Índia, bem como algumas medidas econômicas e de política industrial que fizeram parte do projeto de desenvolvimento indiano e de suas peculiaridades no contexto dos Estados desenvolvimentistas e/ou de industrialização tardia.

**Favorecimentos geopolíticos no processo de desenvolvimento:
uma comparação entre Ásia-Pacífico e Brasil**

Hugo Corrêa Pinheiro, UNICAMP

A avaliação da ascensão do Leste da Ásia e visto em muitos casos a partir de um prisma jornalístico simplificador e distorcido. Os êxitos dos Tigres, como defendido pelo senso comum, estariam ligados a: total abertura comercial internacional; redução da intervenção pública e a presença massiva de intervenção estrangeira. Porém com estas propostas não se avança na análise dos fatores que realmente explicam o ritmo de crescimento econômico e suas transformações. Além do mais o processo de desenvolvimento econômico é um processo político. Desenvolvimento econômico raramente funciona baseado unicamente com as forças do mercado. Para isso é importante a participação do governo, das empresas públicas e privadas. Além dos fatores geopolíticos, os países da Ásia-pacífico aproveitaram o período de crescimento econômico tanto do comércio mundial quanto de suas economias para por em prática processos de reforma agrária e de ensino que levou a toda sua população as benesses deste crescimento, enquanto no Brasil esses ganhos ficaram concentrados em apenas uma pequena parcela da população. Para a América Latina de uma forma geral, e especificamente o Brasil, a situação foi de quase esquecimento, muito em virtude da baixa propensão da região aos ideais socialistas que ditavam as regras e o grau de importância no comércio mundial para os investimentos dos países do bloco capitalistas liderados pelos EUA. Assim as enormes complexidades, riquezas e heterogeneidades dos Estados das Regiões Ásia-pacífico e América Latina, indicam que não seria correto defender a idéia de que basta seguir a "receita" do processo desenvolvimentista asiático para os países latinos americanos alcançarem os mesmos resultados.

O sistema monetário com múltiplas moedas em circulação: o exemplo do Nordeste da China (Manchúria) no início do século

XX

Miriam Kaminishi, Waseda University

A fim de compreender um sistema monetário com múltiplas moedas em circulação, este ensaio tem como objetivo apresentar o exemplo do nordeste da China no início do século 20. Para tanto, ele foi dividido em quatro tópicos, complementados pela introdução e comentários finais: primeiro, será exposto um resumo das principais moedas adotadas ou em circulação na região. No segundo tópico será apresentada a principal atividade econômica do nordeste da China e a estrutura de mercado. No terceiro tópico, estuda-se a estrutura da comercialização da principal atividade econômica e as moedas adotadas em cada etapa de negociação. Seguem, por fim, a apresentação do item sobre a sazonalidade da circulação de algumas das principais moedas da região.

Aspectos da “internalização financeira” no “espaço alemão” e da adesão ao padrão Libra-Ouro: 1815-1871

Debora Garcia Gaspar, UFRJ

O presente artigo examina as relações entre os desenvolvimentos políticos e monetários que caracterizaram o “mosaico” político-territorial do “espaço germânico”, na segunda metade do século XIX, sob a organização política da Confederação Germânica (1815-1866). A moeda prussiana é analisada a partir do alargamento de seu escopo de validade em todo o território, seguindo os desenvolvimentos da Zollvereinpolitik, a partir criação da União Alfandegária (Zollverein), em 1834, que envolveu a maior parte dos Estados confederados. Assim, na segunda metade do século XIX, o território germânico passa por profundas transformações políticas, centralizadas na monarquia prussiana. À tais transformações associam-se intimamente mudanças no cenário monetário-financeiro

que predominava até meados daquele século. A dinâmica monetário-financeira do “espaço alemão” passou por dois processos importantes, no período citado: 1) a “internalização financeira”, associada à diminuição da importância dos agentes estrangeiros, que predominavam até meados do século XIX, bem como ao aumento da participação de bancos de origem “alemã” nas finanças deste território criados, sobretudo, na órbita do Estado prussiano; 2) a criação da moeda do império, após a unificação política alemã, encerrada em 1871. Ainda, virtualmente coincidente com a unificação, ocorre a adesão ao padrão libra-ouro, transformando este no primeiro sistema monetário internacional da História. Estes processos apontam na direção de uma forte associação entre os movimentos políticos e monetário-financeiro dentro do espaço germânico, ao longo da segunda metade do século XIX. Já no contexto internacional, a adesão alemã ao padrão libra-ouro marca a face monetário-financeira da inserção do novo Estado na hierarquia internacional, sob hegemonia inglesa.

O enfoque territorial europeu e suas contribuições potenciais à América Latina

Ebenézer Pereira Couto, UFU

Jessé Morais Pacheco, UFU

A abordagem territorial, cada vez mais, estabelece-se como alternativa às abordagens tradicionais para o enfrentamento dos problemas do mundo rural. E é na Europa que esse aspecto torna-se mais evidente, dado que as experiências envolvendo o enfoque territorial já ocorrem há cerca de duas décadas. Por lá, graças a um arcabouço institucional pioneiro - e em constante evolução - as ações de Desenvolvimento Territorial são numerosas e, muitas delas, exitosas. Buscaremos, aqui, analisar o desenho geral da política de desenvolvimento rural sob bases territoriais na Europa na tentativa de apreender alguns elementos que podem colaborar para as especificidades das áreas rurais latino-americanas.

O manto europeu no século XVII: a disputa dinástica entre Bourbons e Habsburgos e o surgimento do sistema interestatal capitalista

Marina Machado de Magalhães Gouvêa, UFRJ e CAPES

Busca-se retratar e analisar a conjuntura europeia com base nos conflitos entre as dinastias Habsburgo e Bourbon de finais do século XVI a finais do século XVII. A partir de um aspecto da conjuntura - as guerras deflagradas no período e das conquistas territoriais via matrimônio pela lógica dinástica - procura-se investigar o nascimento de uma lógica de conquista nacional e capitalista das entranhas da própria lógica dinástica-feudal, que dela se alimenta e a ela se contrapõe, tendo como marcos distintivos a transformação das bases produtivas na região, a nova ordem política reconhecida pelos acordos da Paz de Westfalia (1648) e a continuidade dos conflitos militares após tais acordos, deixando às claras a essência do sistema interestatal capitalista, que logo se expandiria para o resto do mundo.

História econômica e os ciclos econômicos do capitalismo à luz da formação da Europa

Tatiana Belanga Chicareli, UNICAMP

Uallace Moreira Lima, UNICAMP

O propósito deste trabalho é contribuir para a historiografia econômica sobre o debate existente entre historiadores econômicos e economistas acerca da existência dos ciclos econômicos no capitalismo, levando em consideração a formação e gênese da Europa. Para isso, realiza-se uma discussão a partir da visão de historiadores econômicos como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e, simultaneamente, economistas como John M. Keynes, Michal Kalecki e Joseph Schumpeter, tendo como questão central a existência de ciclos de curto prazo e longo prazo na economia capitalista, assim como colocar em

evidência se são os fatores endógenos ou exógenos que determinam o movimento cíclico da economia capitalista.

Notas acerca das políticas fabril-manufatureira e monetária portuguesas implementadas em fim do século XVII

Gabriel Almeida Antunes Rossini, UNICAMP

Este trabalho situa-se na escassa seara de investigações focadas nas ações político-econômicas portuguesas que buscaram minimizar a crise econômica enfrentada por este país no final do século XVII. Tal infortúnio foi decorrente das severas dificuldades agrodemográficas e de exploração do metal precioso que acabaram por afetar quase todos os setores econômicos portugueses e mais nomeadamente aqueles ligados ao comércio colonial. O resultado desta dinâmica adversa foi oscilações bruscas de preços, com tendência maior para a baixa até o início do século XVIII. Partindo, sobretudo, da Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa - copiada e anotada por José Justino de Andrade e Silva e editada em 1856 -, dos documentos reproduzidos ao longo dos vinte e três volumes das Gavetas da Torre do Tombo (publicados no início da década de 1960) e do texto de Duarte Ribeiro de Macedo, Obras Inéditas, escrito em 1817, buscamos investigar o conjunto de regras, de crenças e de normas que influenciam a economia portuguesa do período. Para tanto procuramos: a) reconstituir os traços gerais formadores das duas frentes de ação (política fabril-manufatureira e monetária) que constituíram a unidade da política econômica lusa de fins do século XVII e b) questionar os resultados obtidos por elas. O texto está organizado em seis partes, além da introdução e das considerações finais. São elas: 1. As consequências da crise econômica da segunda metade do século XVII em Portugal; 2. A Reação portuguesa frente à crise de fins do século XVII: introdução das artes; 3. A política protecionista posta em prática: as pragmáticas sanções; 4. As diversas pragmáticas foram eficazes?; 5. A dimensão monetária da crise econômica de fins do século XVII; 6. Dificuldades monetárias e recorrentes "levantamentos" do valor extrínseco da moeda.

Política e economia na Terceira República: O governador Moreau e a Batalha do Franco no entreguerras

Rogério Arthmar, UFES

O artigo trata da estabilização do franco, ocorrida no segundo semestre de 1926, privilegiando a perspectiva fornecida pelos registros diários do novo governador do Banco da França à época, Emile Moreau. Na primeira parte, procede-se a uma reconstrução do quadro político francês na fase de dissolução do Cartel des Gauches. A seguir, examinam-se as novas bases de estabilização da moeda propostas pelo Comité d'Experts, juntamente com os determinantes da remoção da cúpula dirigente do Banco da França pelo ministro das finanças Caillaux. Após, são apresentadas as principais medidas de política monetária adotadas por Moreau, bem como suas divergências com Poincaré a respeito da estratégia de recuperação econômica do país. Ao final, avalia-se até que ponto as visões de Poincaré e Moreau realmente se distanciavam em relação à magnitude mais conveniente de estabilização do câmbio.

A economia portuguesa inserida na comunidade econômica europeia (1986-2005)

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli, FFLCH/USP e CNPq

Luiz Eduardo Simões de Souza, UFAL

Este artigo busca estudar a trajetória da economia portuguesa ao longo dos vinte anos de participação no Bloco Econômico Europeu, acompanhando as mudanças em sua estrutura e as consequências que o processo trouxe para o país como um todo. Desde o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia em 1977, até à assinatura do tratado em 1985, decorreram oito anos de negociações, assinaturas de acordos e declarações onde o país lentamente se adequou às exigências para que pudesse ser integrado ao bloco. A situação econômica do país se alterou significativamente nos vinte anos em que integra a Comunidade Euro-

peia. Adicionalmente, a adesão à unificação da moeda, com a adoção do euro em 1994, implicou na aceitação de uma autoridade monetária única, retirando do Estado uma importante ferramenta de controle macroeconômico que passa a ser utilizada de modo supranacional. De forma ampla, busca-se apresentar os desdobramentos do processo de adesão, e da participação portuguesa no bloco econômico europeu, com ênfase nas alterações estruturais de sua economia que, durante os vinte anos analisados, sofreu mutações consideráveis passando de uma economia primária de base agrária para uma economia de serviços com ênfase em turismo. Assim, busca-se compreender de que forma as mudanças introduzidas no processo de integração à economia europeia afetaram os rumos e resultados da economia portuguesa. O artigo se divide em três partes a saber: (1) antecedentes ao processo, de 1974 a 1985; (2) a primeira década de adesão, de 1986 a 1995; e (3) com a segunda década de adesão, de 1996 a 2005.

Expansão do capital e mimetismo cultural: uma visão histórica da reprodução dos padrões de consumo centro-periferia

Erika Herkenhoff, FAE

Lafaiete dos Santos Neves, FAE

Antonio Caron, FAE

O mito do progresso que norteou a modernidade gerou, nos países subdesenvolvidos, um tipo de modernização marcado pelas inovações no consumo da elite local, sem o correspondente desenvolvimento na esfera produtiva ou na distribuição de renda. Pelo contrário, a iniciativa cepalina de desenvolvimento calcada na indústria substitutiva acabou por acentuar a concentração de riqueza, além de propiciar a adoção de padrões de consumo imitados de sociedades com níveis de riqueza muito superiores às encontradas nas economias periféricas. A frágil estrutura social montada no subdesenvolvimento se mostrou ambiente propício para o mimetismo cultural, um fenômeno que aliena da identidade e da realidade, mas que é a própria razão de ser da atividade econômica e do processo

civilizatório. Não se constitui, portanto, em fato isolado, devendo ser analisado historicamente para sua melhor compreensão.

O ocaso do desenvolvimento: um diálogo com Celso Furtado sobre a transnacionalização do capital

Fábio Antonio de Campos, FACAMP

Fernando Henrique Lemos Rodrigues, UFVJM e UNICAMP

O processo de transnacionalização do capital é um fato irreversível do desenvolvimento capitalista mundial. Ocorre desde o período do pós-guerra, quando tendências do século XIX reemergiram no seio da Ordem Internacional definida em Bretton Woods. Esse processo afetou particularmente o Brasil e a América Latina com a chegada das Empresas Transnacionais (ETN). As ETN participaram ativamente da industrialização pesada - conceito de Prebisch (2000) revisto por Mello (2009) - na América Latina e tem um papel crucial para entender o sucesso do Desenvolvimentismo no Brasil. Durante o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek estabelece-se uma dinâmica complexa, ao mesmo tempo em que estabelece-se um longo processo de submissão da política econômica ao capital internacional. Retomando o conceito de "complexo multinacional" presente na tese de doutorado de Campos (2009), os autores relacionam transnacionalização e instabilidade estrutural, outro conceito presente nos trabalhos de Prado Jr (1966-1970), já destacado por Sampaio Jr. (1999). A apresentação e análise dos dados permite a formulação da pergunta central: como a transnacionalização do capital afeta o Brasil após o Golpe de 64? A resposta, segundo os autores, está fortemente ligada ao conceito de capital internacional. A obra de Celso Furtado após 1974 é a pedra angular para entender a relação entre transnacionalização do capital e ocaso do desenvolvimentismo. As ETN, responsáveis por estabelecer os vínculos entre os fluxos de capital internacional e o espaço econômico nacional em construção no Brasil, aceleram a inserção da economia na mundialização financeira. O artigo defende, portanto, que a transnacionalização do capital é a principal responsável

pela interrupção da formação econômica do Brasil. A partir da síntese das principais contribuições de Furtado pode se organizar com clareza uma visão crítica sobre esse processo.

Crescimento e crise na Argentina nos séculos XIX e XX: análise do período Frondizi

Maria Heloisa Lenz, UFRGS

Vinícius Dias Fantinel, UFRGS

O presente trabalho analisa as principais políticas econômicas e sociais implementadas na Argentina no período compreendido entre o final do século XIX, quando o país experimentou o início de seu intenso crescimento, até o século XX, o qual foi marcado por diversas instabilidades políticas e econômicas, causando o fim do período de crescimento acelerado, que acabou culminando com a chegada ao poder de Perón e Frondizi. O trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte, serão examinadas as características do período de crescimento iniciado no século XIX, a Belle Époque. Na segunda parte, dedicada ao século XX, serão examinadas as principais características do mesmo, com destaque no governo peronista. Na terceira parte, será analisado o período do governo de Frondizi, com ênfase na sua política industrializante, evidenciando o caráter do desenvolvimentismo econômico proposto pelo presidente.

A dinâmica das exportações brasileiras de bens de capital entre 1974 e 1989

Uallace Moreira Lima, UNICAMP

Esse artigo analisa o período entre 1974 e 1989 que abrange a implementação do II PND e a semi-estagnação da economia brasileira nos anos 1980. Assim, possibilita avaliar os efeitos de um programa desti-

nado deliberadamente a fortalecer a indústria no Brasil, particularmente levando em consideração o ramo industrial tipicamente mais intensivo em tecnologia, de bens de capital, e procura analisar a dinâmica da exportação setorial para avaliar historicamente quais os impactos do II PND na dinâmica das exportações de bens de capital no período em análise. O artigo mostra que, na década de 1970, havia uma expansão simultânea do mercado interno e das exportações de bens de capital, que foi interrompida pela crise macroeconômica da década de 1980. Sendo assim, defende-se a hipótese de que, ao contrário do proposto por teorias liberais, não foi a expansão acelerada de um mercado interno protegido, mas o fim desta expansão acelerada, que limitou a expansão das exportações nos ramos tecnologicamente mais dinâmicos e a continuidade da melhoria da pauta exportadora nacional.

Institutional framework of the classical gold standard: examining the first historical wave of financial globalisation

Alexandre Ottoni Teatini Salles, UFES

Historiadores econômicos tem publicado uma extensa literatura discutindo as razões para o surgimento de mercados financeiros globais a partir de final do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial. Eles tem apresentado diferentes interpretações e métodos para lidar com a complexidade da globalização financeira deste período, no entanto, muitos deles não tem levado em conta dois aspectos ligados (relacionados) à formação dos mercados financeiros globais que são cruciais para este artigo: 1) o papel desempenhado pelas instituições na integração financeira internacional; e 2) a dinâmica da evolução histórica das estruturas institucionais na gestação e movimento cíclico da globalização financeira. O artigo analisa o papel da evolução das instituições no processo de integração dos mercados globais no período 1870-1914. Assim, lida com a política econômica posta em prática pelos países centrais da época, e com as inovações tecnológicas que impulsionaram a integração financeira, tais como a como a cunhagem mecânica de moeda, o telégrafo e o telefone. A principal conclusão é que a evolução de uma densa rede

de instituições historicamente específicas forma a base do padrão-ouro clássico.

Notas sobre as principais transformações nas estratégias competitivas e dinâmicas de acumulação das grandes corporações no capitalismo contemporâneo

Erika da Cunha Ferreira Gomes, UNICAMP

Este artigo tem como objetivo analisar as principais mudanças observadas na forma de organização produtiva das grandes corporações globais em face das significativas alterações do modo de produção capitalista nas recentes décadas. Ademais, após a observação desse conjunto de transformações, há que se interligá-las às novas formas de criação geradas para a valorização do capital, contextualizando-se em seus determinados tempos e espaços. De modo a se alcançar esse objetivo, esse trabalho procurará fazer uma retomada acerca das principais obras bibliográficas sobre o assunto, bem como, colocar em pauta suas questões centrais. Assim, o artigo contará com quatro seções: uma introdução que procurará contextualizar o surgimento e a consolidação das empresas chandlerianas; a segunda parte versará sobre as mudanças ocorridas no cenário internacional e seus impactos sobre as transformações técnicas ocorridas no processo produtivo nas décadas recentes; na terceira seção será avaliado como as mudanças técnicas realizadas se relacionaram ao avanço mundial da financeirização; por fim, nas considerações gerais, um balanço das principais questões discutidas.

A dimensão histórica das relações internacionais

Fernando Pedrão, UNIFACS

Trata-se aqui da história contemporânea das relações internacionais. As atuais turbulências do mundo islâmico, que compreende várias religiões

e várias situações políticas, expõe as contradições da perpetuação do poder e a agressividade de um neocolonialismo organicamente ligado à crise do capitalismo central. As incertezas que cercam o fundo econômico e político dessas tensões deverá ser avaliado como estratégico perante divisões e realinhamento na Europa e diferenças em capacidade para crescer. Apresenta-se uma questão da atualidade das transformações próprias dessas nações, atingidas por interesses de nações mais poderosas identificáveis com projetos neocoloniais. A questão do poder no plano internacional interpenetra com restrições nacionais responsáveis de uma nova hierarquização das nações entre as que são superavitárias em energias e as que são deficitárias, tanto nas formas convencionais como nas que se tornaram convencionais por conta de progressos de tecnologia, tal como a energia eólica. A anterior bipolaridade, substituída por novas formas de multipolaridade, mostra uma contemporaneidade complexa cujo significado só se descobre mediante uma leitura histórica do atual. Nesse sentido a falsidade do discurso da OTAN apenas se parece às justificativas novecentistas para a renovação da expansão colonial.

Arranjos institucionais do comércio europeu no pós-guerra e seus efeitos para a economia brasileira

Júlio Gomes da Silva Neto, UNESP

Diante da fragilidade das economias européias no imediato pós-guerra, foram necessárias uma série de medidas no sentido de fazer prevalecer o Sistema Monetário Internacional estabelecido em 1944. Dentre elas, buscou-se a criação de organismos multilaterais incumbidos de promover a integração econômica dos países da Europa Ocidental, através de ações coordenadas de planejamento, arranjos produtivos e medidas protecionistas diversas. Ao final dos anos 50 era nítido o sucesso das políticas engendradas por essas instituições, atestadas pela recuperação das economias ocidentais européias e da credibilidade de suas moedas. Em compensação, a situação de países como o Brasil se inverte, transformando um quadro de relativo conforto econômico no imediato pós-guerra, em um panorama de sucessivas crises econômicas e políticas, puxadas pela

deterioração dos termos de intercâmbio. A proposta do texto é, portanto, encontrar a vinculação entre a integração econômica européia e a derrocada da economia brasileira durante esse processo, procurando recuperar suas principais consequências.

MÓDULO: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

O I Congresso Brasileiro de Economia e o imposto sobre lucros extraordinários: um embate entre industrialistas e liberais

Carlos Henrique Lopes Rodrigues, UFVJM

Este artigo tem como objetivo resgatar o debate ocorrido no I Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro em 1943, que demonstra uma preocupação com as transformações ocorridas na economia brasileira durante a II Guerra Mundial e a política econômica a ser implementada no pós-Guerra. Enquanto os industrialistas liderados por Roberto Simonsen defendiam a necessidade de acirramento do desenvolvimento industrial, os liberais representados por Eugênio Gudim acusavam as indústrias de estarem incorrendo em lucros extraordinários e aumentando a inflação brasileira. Desta forma, recorreremos a esse debate nos parece possibilitar uma maior compreensão da realidade econômica brasileira que até hoje não superou essa discussão entre desenvolvimento industrial e agrícola.

Evolução da abordagem analítica da teoria do desenvolvimento de

Celso Furtado

Claudia Heller, UNESP

Renata Cipolli D' Arbo, IMESB

O texto de Celso Furtado "A teoria do desenvolvimento na ciência econômica" foi originalmente publicado no livro *A economia brasileira - contribuição à análise de seu desenvolvimento* (1954). Este texto recebeu versões posteriores publicadas nos livros *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), que por sua vez foi reeditado com modificações e complementa-

ções em 1979. O presente trabalho tem dois objetivos principais, o primeiro é confrontar a versão original com as versões posteriores, descrevendo a evolução da abordagem analítica da teoria do desenvolvimento econômico de Celso Furtado. A leitura dessas versões de "A teoria do desenvolvimento na ciência econômica" indica uma trajetória interessante. Inicialmente, o texto procurava acompanhar a evolução das idéias sobre o desenvolvimento na história do pensamento econômico. Nas versões mais recentes de 1961, 1967 e 1979 adquire um caráter didático explícito, de texto especializado diretamente voltado aos estudantes - e segundo o prefácio à primeira edição de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, considerando os problemas específicos dos países subdesenvolvidos. No entanto, mesmo na última versão o conteúdo do texto é a exposição da teoria convencional do crescimento (baseada nas contribuições de autores como Harrod, Domar, Solow e Kaldor) sem as necessárias e prometidas adaptações para a questão do desenvolvimento ou subdesenvolvimento. O segundo objetivo deste trabalho é identificar os elementos que Furtado considera importantes para a adaptação da teoria convencional do crescimento aos problemas específicos dos países subdesenvolvidos - e para isso foi utilizada a reedição de 1979 do livro *Teoria e Política do Desenvolvimento*.

História do Pensamento Econômico no Brasil? Reflexões metodológicas e historiográficas

Daniel do Val Cosentino, UNIFAL e USP

Este trabalho propõe uma discussão metodológica a respeito da História do Pensamento Econômico brasileiro. Inicialmente argumentamos que todo trabalho de História do Pensamento Econômico parte de uma escolha. Ou seja, depende, essencialmente, de uma seleção de que autores ou pensadores serão abordados. Trata-se, antes de tudo, de uma opção metodológica, que reflete posições ideológicas. Portanto, há um sentido em estudar um determinado grupo de pensadores em detrimento de outros. Assim, acreditamos que todas as idéias relacionadas à economia ou todos os autores e pensadores que produziram idéias relacionadas à

economia podem fazer parte de uma História do Pensamento Econômico desde que tenhamos claro como se determina a escolha dos autores e que esta escolha tem uma finalidade e, portanto, não é neutra. Dessa forma, podemos considerar o pensamento econômico de uma forma ampla, sem se esquecer da relação das idéias com a realidade e o contexto em que foram produzidas. Toda idéia sobre economia pode fazer parte de um pensamento econômico. Estudá-la ou não dependerá dos critérios de escolha que nos fizemos selecionar tal idéia ou pensador e dos objetivos do trabalho. Portanto, pensar a História do Pensamento Econômico Brasileiro é, antes de tudo, pensar as idéias que aqui foram produzidas a partir de reflexões sobre a economia e a realidade brasileira. Portanto, a nosso ver, a discussão sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro também é essencialmente metodológica.

Três momentos na obra de Celso Furtado

Francisco Monticeli Valias Neto, UNIFAL

Daniel do Val Cosentino, UNIFAL e USP

Este trabalho consiste na interpretação histórico-linear da evolução do conceito de desenvolvimento dentro da obra de Celso Furtado. Tentaremos mostrar que tal evolução nos permite dividir a obra de Furtado em três momentos: o primeiro momento, construído a partir de 1940, consiste em uma análise rigorosa para a constatação do subdesenvolvimento; o segundo momento, dos anos de 1950 a 1970, permite uma interpretação mais dinâmica da problemática do subdesenvolvimento, principalmente por abordar aspectos socioeconômicos e políticos; e o terceiro momento, a partir de 1980, consiste na introdução do fator cultural, enquanto determinante para o subdesenvolvimento. Esta fase é marcada pela desilusão do autor quanto a possibilidade de apenas fatores econômicos serem capazes de promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, em seus últimos trabalhos, Furtado dá grande importância e atenção à necessidade de transformações profundas no aspecto cultural e nos padrões de consumo da sociedade brasileira. A desilusão do autor é acompanhada da crise do pensamento desenvolvimentista,

e de sua influência sobre a política econômica, e da, concomitante emergência da ideologia neo-liberal. Desta forma, a retomada das idéias de Celso Furtado é fundamental para reabilitar a discussão a respeito de um projeto nacional de desenvolvimento.

Organizar a sociedade brasileira de modo definitivo: imigração e o pensamento sócio-econômico no Brasil (1870-1900)

Thales Augusto Zamberlan Pereira, UFRGS

O século XIX presenciou o movimento sem precedentes de pessoas que saíram de seus países em busca de oportunidades. A redução dos custos de transporte e o desenvolvimento dos meios de comunicação possibilitaram a redução da incerteza a respeito das condições em terras distantes. Em relação ao Brasil, a maioria das milhares de pessoas que chegaram ao país nesse período tiveram subsídios do governo, que ofereceu uma série de incentivos à imigração de trabalhadores europeus. O objetivo desse artigo é analisar como o pensamento científico da segunda metade do século XIX influenciou as políticas públicas brasileiras referentes à imigração no período de 1870 a 1900. Dentre essas, se destacam leis migratórias da década de 1890, que proibiram a entrada dos "indígenas da Ásia e da África" nos portos brasileiros. A questão principal reside no pressuposto que, se a ciência do século XIX defendia que determinados grupos sociais eram inatamente diferentes, a opressão e a discriminação poderiam ser justificadas. Esse pensamento permeava as discussões sobre qual seria a identidade brasileira a partir da necessidade de mão-de-obra que surge com o fim da escravidão. Além de suprir uma necessidade laboral, a elite nacional almejava, nas palavras de Joaquim Nabuco, "o sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio" dos europeus. Teorias raciais, que "comprovavam cientificamente" a superioridade dos europeus eram usadas como justificativa para a formulação de políticas que favoreciam certos grupos em detrimento de outros. Portanto, para se compreender o porquê do grande afluxo de trabalhadores europeus - e não de mão-de-obra mais barata, como os chineses - no Brasil recém republicano, é necessária a percepção de como pensavam os formadores das políticas

nacionais de então.

Planejamento democrático e desenvolvimento econômico no pensamento de Celso Furtado (1950-1964)

Wilson Vieira, UNICAMP

O presente trabalho tem como objetivo analisar como Celso Furtado, na sua reflexão e na sua ação, buscou a superação do subdesenvolvimento através de um planejamento econômico de caráter democrático, fortemente inspirado nas reflexões de Karl Mannheim. Para que tal intento seja alcançado, dividimos o texto da seguinte maneira: primeiramente, analisamos de maneira sucinta a reflexão de Karl Mannheim sobre o planejamento democrático, alternativa para ele ao liberalismo, visto por ele como desagregador da sociedade e também alternativa ao planejamento totalitário (tanto na versão fascista quanto na versão socialista). Também desse teórico, utilizamos a sociologia do conhecimento, elaborada por ele, como caminho de análise, dado que Furtado se valeu desse caminho metodológico para a sua elaboração teórica. Depois, expomos o contexto da reflexão no período no mundo e no Brasil sobre o tema do planejamento para o desenvolvimento econômico através de sucinta análise de seus principais teóricos, percebendo as semelhanças e diferenças com a teoria de Mannheim, além de captar as semelhanças e diferenças no debate brasileiro sobre o tema. A partir desses passos, analisamos a obra de Furtado nesse período, buscando as continuidades e mudanças em sua reflexão sobre a relação entre planejamento democrático e desenvolvimento econômico, subdividindo-a entre o período em que ele atua na CEPAL em boa parte da década de 1950, no qual prevalece o técnico, e aquele em que ele atua na SUDENE (entre 1959 e 1964), no qual o técnico se vê obrigado a fazer política para que essa instituição pudesse atingir seu objetivo a contento.

O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia no período 1946-66 e sua relação com o ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro

Wesley Pereira de Oliveira, UnB

José Raimundo Barreto Trindade, PPGE/UFPA

Danilo Araújo Fernandes, UFPA

Este trabalho analisa elementos do debate sobre o desenvolvimento amazônico no período 1946-66, isso enquanto parte do processo de planejamento do desenvolvimento regional e em consonância com o debate desenvolvimentista que estava ocorrendo no cenário nacional. Assim, apresenta-se aqui a relação da discussão nacional com a regional. Acredita-se que: i) a discussão que surge sobre desenvolvimento na (e para a) Região Amazônica da segunda metade da década de 1940 está fortemente relacionada com a discussão nacional que ganhava força durante o período, isto é, o pensamento desenvolvimentista; e ii) as características mesmo estando entrelaçadas apresentam diferenças, uma vez da evidente heterogeneidade entre a região amazônica e o centro-sul do país. Assim, ao entrelaçar o pensamento desenvolvimentista nacional com a formação de um pensamento amazônico sobre desenvolvimento faz-se necessária uma investigação mais detalhada para compreender os reflexos do primeiro no segundo e quanto o segundo absorveu (e se diferenciou) do primeiro.

As relações entre história e teoria econômica na obra de Celso Furtado (1954-1959)

Roberto Pereira Silva, FFLCH/USP

Inserindo-se no âmbito dos estudos sobre as origens da historiografia sobre história econômica, o artigo qualifica a relação entre história e teoria econômica no livro Formação econômica do Brasil, de Celso Fur-

tado, considerado um dos mais importantes economistas do século XX e um dos introdutores da história econômica no Brasil. O conjunto de sua obra, no qual ganha destaque o conceito de subdesenvolvimento como problema histórico constitutivo dos países periféricos, coloca esta relação de um lado sob a perspectiva da formulação conceitual subdesenvolvimento e, de outro lado, na explicação do processo histórico de sua constituição. Dessa forma, nosso trabalho procura resgatar os termos históricos em que a discussão entre história e teoria econômica se deu nos países de língua inglesa, reconstituindo-a mediante sua presença na bibliografia internacional utilizada por Celso Furtado na feitura de seu livro. Nesse contexto, a relação entre as duas disciplinas é examinada em dois momentos. O primeiro deles se estende pela passagem do século XIX ao XX. Nesse período, houve uma interação entre esses dois campos do saber, demonstrada na profusão de estudos de história econômica. A Primeira Guerra mundial marca o final dessa simbiose, com a consolidação da economia neoclássica. O segundo momento tem sua base de referência nos anos de 1950 e se caracteriza pela subordinação da história à teoria econômica, tendo como marco de referência a *New Economic History*, ou a Cliometria. É neste segundo momento que Celso Furtado redige *Formação econômica do Brasil*, em grande parte se utilizando das bibliotecas de Cambridge onde passou o ano letivo anterior. Nossa proposta, para adiantarmos a linha central, é de que houve um distanciamento na relação entre história e teoria econômica que a obra de Celso Furtado apenas aparentemente procura restabelecer. Em nossa argumentação recorreremos não apenas às obras utilizadas por Celso Furtado nesse livro, como também a trabalhos que aquilatam a relação conflituosa entre os dois campos do saber no decorrer do século XX. Retomamos a maneira como essa tensão foi enfrentada nas obras de Celso Furtado, ganhando destaque o tratamento dispensado ao tema no livro *A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, publicado em 1954. Finalmente, fazemos uma revisão de algumas passagens de *Formação econômica do Brasil* através das quais demonstramos como essas questões foram encaminhadas por Celso Furtado neste livro definitivo da bibliografia sobre história econômica no Brasil. Os resultados de nossa pesquisa apontam que a reconstrução histórica que Celso Furtado empreende é permeada pelo objetivo de comprovação de sua teoria do subdesenvolvimento. Ou seja, é essa teoria que dá as linhas

gerais da interpretação do passado brasileiro.

“Escola de Campinas”: Uma contextualização histórica para seu estudo

Fábio Pádua dos Santos, UNICAMP e Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento Econômico

Leonardo Dias Nunes, UNICAMP

No presente artigo nosso esforço foi realizar uma contextualização histórica do surgimento da “Escola de Campinas”, que será as bases para o estudo da visão do mundo e do modo de pensamento desta Escola Partimos da hipótese segunda a qual a reestruturação do moderno sistema mundial sob a hegemonia estadunidense conforma o quadro geral no qual se desenvolveram os processos de industrialização da economia e de modernização do Estado Nacional no Brasil, pelos quais se forjou um sistema educacional, no qual a “Escola de Campinas” veio a ser um de seus componentes. Assim pensando, dividimos o artigo em três partes. Na primeira parte do trabalho, *A Estrutura*, buscamos apresentar brevemente que a idéia de desenvolvimento é parte constituinte da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial e que foi difundida no Brasil, em grande medida, através de instituições promotoras da modernização capitalista no país. Na segunda parte, *A Conjuntura*, partindo de uma periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, delimitamos o período desenvolvimentista e fizemos um balanço das visões acerca da sociedade brasileira na crise do desenvolvimentismo. Por fim, na terceira parte, *O Acontecimento*, sugerimos que a “Escola de Campinas” surgiu como uma instituição que veio a constituir as modernas estruturas de saber no Brasil, que resultou da dialética das transformações entre os níveis estrutural e conjuntural no moderno sistema mundial no pós 2^a Guerra Mundial. Com base nesta historicização, propomos uma maneira de iniciar o estudo das idéias formuladas na “Escola de Campinas”.

Murtinho e Vieira Souto: críticas e contra-críticas à política monetária

Amaury Patrick Gremaud, FEA-RP/USP

O objetivo deste artigo é o de analisar os debates contemporâneos em torno da política econômica implementada durante a presidência de Campos Sales na virada do século XIX para o XX no Brasil, tendo à frente o Ministro Joaquim Murtinho. Em especial se acompanha as questões suscitadas pela política econômica implementada por Rui Barbosa no início da República, a defesa feita pelo Ministro Murtinho de sua política e as críticas a ele estabelecidas por Vieira Souto, procurando mostrar como certas idéias tem dificuldades em se estabelecer.

Estagnação e perversidade na economia política brasileira: resenha crítica da tese estagnacionista furtadiana e de sua réplica

Guilherme Ariel Astolphi de Aguiar, UNESP

Um dos bastiões do desenvolvimentismo a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi uma das grandes protagonistas do esteio intelectual que auxiliou o suporte do intenso processo de industrialização latino-americana ocorrido entre as décadas de quarenta e setenta. Destaca-se dentre os integrantes da comissão em seus primeiros anos, que notabilizaram a mesma, o economista brasileiro Celso Furtado. Ao fim da década de cinquenta, quando o Brasil encerrava seu primeiro ciclo de industrialização pesada pelo “Plano de Metas” de Juscelino Kubistchek, uma poderosa crise cíclica abateu-se sobre o conjunto das economias latino-americanas recém-industrializadas. O Brasil sentiu ainda a crise culminar numa profunda crise política que solapou sua democracia. A crise também evidenciou a permanência, e mesmo o aprofundamento, de mazelas sociais, dentre as quais se destaca a piora dos índices de distribuição de renda. Aliando ambas as crises (econômica e social) ao seu arcabouço teórico, Celso Furtado irá elaborar uma tese que previa estagnação econômica pela razão primeira da concentração de renda.

Como resposta à interpretação “estagnacionista” de Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra - representantes de uma nova geração de intelectuais atuantes na CEPAL - irão escrever “Além da Estagnação”, um artigo voltado a refutar as idéias do economista, assim como de explicar as características do chamado “modelo brasileiro” de desenvolvimento, que não apenas conciliava a deterioração das condições sociais ao dinamismo econômico, como fazia que o último “se alimentasse” da desigualdade, da pobreza e do autoritarismo e atuação classista do Estado. O objetivo deste ensaio consiste em apresentar ambas as teorias e fazer um balanço crítico das mesmas. Como conclusão, propomos uma interpretação que vislumbre as influências dadas tanto pelo momento histórico quando as teses são elaboradas, assim como de certos pressupostos teóricos dos quais os autores partem que promovem as distintas leituras. Qual seja: a idéia de necessária convergência entre os “interesses do capital” e os “interesses sociais”, subjacente nas análises de Furtado, e ausente na outra corrente em tela.

A teoria do subdesenvolvimento: entre o centro e a periferia

Rafael Gonçalves Gumiero, UFSCAR

O período posterior ao fim da I Guerra Mundial e a crise de 1929 introduz (a partir da crítica ao modelo econômico liberal e o surgimento das estratégias de desenvolvimento planejado e da alternativa keynesiana da regulação econômica) um novo problema de investigação: o tema do atraso e da condição de subdesenvolvimento. Em termos da literatura mundial, esta problemática foi trabalhada de maneira original e vigorosa por Ragnar Nurkse em “Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos”, por Rostow em “Etapas do desenvolvimento Econômico”, e por Gunnar Myrdal em “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”. Estes trabalhos e autores não apenas foram bem recebidos pela intelligentsia nacional-desenvolvimentista, como influenciaram fortemente a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. Neste trabalho são dois os objetivos buscados: 1) identificar no diálogo estabelecido entre os argumentos de Rostow, Nurkse e Myrdal a concordância, guardadas as suas devidas proporções na obra de Furtado (autor fundamental

na compreensão da questão do desenvolvimentismo dos anos 50/60); 2) analisar de que maneira essa influência foi recebida, apropriada e ressignificada segundo as perspectivas de Furtado na formulação da Teoria do Desenvolvimento para o planejamento industrial brasileiro.

Arquivos empresariais: fatores de desenvolvimento e principais agentes condicionantes

Diego Maganhotto Coraiola, UFPR

Armando João Dalla Costa, UFPR

O presente artigo considera que ainda são poucas e insuficientes as pesquisas que buscam analisar os fatores relacionados ao desenvolvimento das pesquisas em História de Negócios (Business History). Considerando que os arquivos empresariais compreendem um dos principais elementos que fundamenta e contribui para o aumento na quantidade de pesquisas no âmbito da História Empresarial, o artigo objetiva desenvolver análise comparativa entre diversos modelos existentes internacionalmente a fim de identificar os principais fatores relacionados ao seu desenvolvimento. Quatro fatores e agentes associados emergem da análise: o Estado ou poder público associado ao fator de desenvolvimento público/estatal; as organizações e a iniciativa privada associadas ao fator de desenvolvimento econômico/empresarial; as instituições culturais e educacionais associadas ao fator de desenvolvimento cultural; e, por fim, o fator de desenvolvimento profissional, associado à atividade dos grupos e associações profissionais. O argumento central do artigo considera que conforme a predominância ou conjunção desses elementos desenvolver-se-ão diferentes modelos ou sistemas de arquivo empresarial. Nesse sentido, considera a existência de quatro situações ideais: 1) Responsabilidade Convergente, quando existe forte atuação tanto do poder público quanto da iniciativa privada e essas ações estão alicerçadas em elementos culturais e profissionais; 2) Responsabilidade Pública, quando a atuação pública em favor da preservação é grande e a atuação privada é pequena, seja por falta de interesse ou porque as ações do Estado inibem ou

substituem qualquer necessidade de desenvolvimento privado. Nesses casos, existe certa tendência de as ações públicas serem uma forma de manifestação da influência de cultura pró-arquivos; 3) Responsabilidade Privada, quando existem poucas iniciativas públicas em favor da preservação dos arquivos empresariais, que em sua maioria são mantidos por empreendimentos privados. Em associação a esses empreendimentos, é também comum o desenvolvimento de atividades por grupos e associações profissionais cujas atividades possuem relação com os arquivos; 4) Responsabilidade Dispersa, quando nenhum dos principais atores, poder público e iniciativa privada, se destacam na atuação em prol do desenvolvimento dos arquivos empresariais. Neste caso, as iniciativas voltadas à conservação dos arquivos tendem a ser desenvolvidas de maneira independente e pouco integrada, por influência de elementos culturais ou profissionais.

A contribuição de Daniel Kahneman e Amos Tversky para o estudo das decisões econômicas

Adriana Sbicca, UFPR

A partir dos anos 1970, o estudo das decisões humanas na economia passou a remeter ao trabalho de Daniel Kahneman e Amos Tversky. Estes autores analisaram comportamentos anômalos em relação à teoria da decisão mais tradicional e propuseram uma abordagem, chamada de heuristics and biases, que ganhou um grande espaço na academia, sendo utilizada na análise de muitos eventos empíricos em diversas áreas como na administração, direito, economia e medicina. Este trabalho apresenta a contribuição desses autores para a construção de uma teoria da decisão econômica procurando destacar fundamentos dessa abordagem.

The psychology in the beginning of the Original Institutional Economics: how Freud's insights can complement Veblen's theory

Felipe Almeida

Thorstein Veblen foi um dos fundadores da Economia Institucional Original, ou Velha Economia Institucional. Como objetos e pensamentos são socialmente e evolucionariamente utilizados é um elemento central na abordagem desenvolvida por Veblen. Em sua análise, Veblen destaca elementos psicológicos, sociais e econômicos; o primeiro considera abordagens baseadas em instintos e cognição. A proposta aqui apresentada consiste em uma aproximação entre os escritos de Veblen e Freud. Essa aproximação é realizada em busca de uma melhor compreensão de como motivações instintivas à ação e o processo de socialização geram o comportamento individual. Nessa perspectiva, o artigo discute a função dos instintos, os objetos do mundo externo que se relacionam com tais instintos (com destaque para a propriedade privada), o instinto do trabalho eficiente, os hábitos e como todos esses elementos influenciam o consumidor conspícuo. Esse artigo enfatiza como a abordagem instintiva de Veblen clama por elementos cognitivos.

Coase is not Veblen: a nova economia institucional de Coase versus o institucionalismo originário de Veblen

Luciano de Souza Costa, UFPR

Armando João Dalla Costa, UFPR

Nos últimos anos a análise institucional tem ganhado grande destaque no meio acadêmico. A nova Economia Institucional é hoje, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes escolas do pensamento econômico. Prova disso, são os Prêmios de reconhecimento internacional, como o Prêmio Nobel de Coase em 1991, de North em 1993 e de Williamson em 2009. Todavia, este novo institucionalismo não guarda pouca ou quase nenhuma semelhança com o Institucionalismo Originário de Veblen.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é mostrar que a Nova Economia Institucional não pode ser associada a Escola Institucionalista de raiz vebleniana. Ao contrário, há fortes indícios de que a Nova Economia Institucional mantém estreitos laços com o neoclassicismo. Desse modo, o presente artigo faz uma breve comparação entre o Institucionalismo Originário de Veblen e a Nova Economia Institucional de Coase.

Hayek versus Polanyi: espontaneidade e desígnio no capitalismo

Ramón Garcia Fernandez, UFABC

Rafael Galvão de Almeida, FGV-SP

Este trabalho dedica-se a introduzir o conceito de ordem espontânea, seu desenvolvimento através de diversas escolas de pensamento econômico e a importância para a sociedade atual. É falado sobre a importância de Friedrich Hayek, já que ele tem o modelo mais conhecido de ordem espontânea, como ele começou a elaborá-lo a partir da sua pesquisa sobre o papel da informação na economia e sua maturação em Direito, Legislação e Liberdade. Como contraponto ao modelo hayekiano, incluem-se críticas ao conceito e se analisa o trabalho de Karl Polanyi. Ele divergia de Hayek sobre o papel do mercado na sociedade, ao afirmar que a sociedade se protege da invasão do mercado nas demais esferas sociais através do processo de duplo movimento. Por fim, conclui-se que a ordem espontânea existe, que o duplo movimento, porque se inicia com indivíduos antes de tomar forma legislativa, tem as características necessárias para ser considerado um tipo de ordem espontânea e que o anarquismo político é degenerativo como programa de pesquisa.

A pergunta de Coase revisitada e a analogia com os grupos empresariais de Mark Granovetter

Carolina Miranda Cavalcante, UFF

O objetivo desse artigo é a apreciação da proposta de Granovetter (1994)

de uma segunda pergunta, análoga à pergunta de Coase (1937), concernente à natureza da firma. Granovetter sugere que assim como Coase assinalou a necessidade de se considerar a firma na análise econômica, os sociólogos deveriam voltar sua atenção para os grupos empresariais. Granovetter pretende a partir daí construir um nível intermediário de análise, capaz de fornecer a conexão entre as dimensões micro e macro do mundo social. Os trabalhos de Coase e Granovetter são contextualizados nos programas de pesquisa que os autores ajudaram a fundar, respectivamente, a nova economia institucional e a nova sociologia econômica. Nesse sentido, estaremos aptos a apontar as similaridades e diferenças entre Coase e Granovetter.

Teoria da realocação da poupança interna

Carlos Alberto Lanzarini Casa, UNIPAMPA

A Teoria da Realocação da Poupança Interna é uma teoria de determinação e de distribuição de renda que dá prosseguimento à linha de pesquisa das teorias cartalistas da moeda de Knapp, Abba Lerner, e Randall Wray. Para este propósito, promove-se um entrelaçamento teórico com teorias keynesianas afins, a exemplo de Haavelmo, Kaldor e Victoria Chick, dentre outros. Esta teoria é responsável pela construção de um sistema de autofinanciamento para o Estado, a partir da sua própria moeda, vindo a representar a formalização das Finanças Públicas a partir da integração entre o Tesouro Nacional e o Banco Central, visando à criação de um modelo de desenvolvimento em que a redistribuição da renda tenha origem na reestruturação dos canais de circulação da moeda, no que passa a ser concebido como realocação da poupança interna.

A riqueza das nações e o progresso humano

Henrique Pereira Braga, UNICAMP

Através da recuperação dos pressupostos da teoria de Smith quanto à origem e à finalidade da riqueza, o presente trabalho procura demonstrar

a redução, efetivada por este autor, do progresso humano em geral ao progresso humano tal como ocorre no capitalismo. Não se trata, porém, de apontar uma naturalização operada tão somente pelo pensamento, e sim mostrá-la enquanto reflexo, no pensamento, da maneira naturalizada como a sociedade capitalista se apresenta.

Localizando o global e redistribuindo o local

Ivan da Costa Marques, UFRJ

Este ensaio propõe que se aborde as mudanças contemporâneas no modo de produção capitalista a partir de mudanças no saber sobre o saber científico e tecnológico. A partir da década de 1980 as sociologias do conhecimento cada vez mais problematizaram o “modelo de difusão” das ciências e das tecnologias. Segundo esse modelo, os fatos científicos e os artefatos tecnológicos são associados à Natureza, atingem a Sociedade e atravessam as fronteiras entre as sociedades mantendo uma integridade que lhes seria natural. O modelo de difusão tem uma raiz no pensamento de Kant que instituiu a divisão moderna radical entre o mundo das coisas-em-si (a Natureza) e o mundo dos homens-entre-si (a Sociedade). No modelo de difusão, ao adentrarem a Sociedade provindo da Natureza, fatos científicos e artefatos tecnológicos causam “impactos”, transformando a sociedade sem que eles próprios sofram transformações que sejam indissociavelmente técnicas, científicas, sociais, política e econômicas. Em contraposição ao “modelo de difusão”, o “modelo de tradução/ translação” sugerido pelas mais recentes sociologias, antropologias, filosofias e histórias do conhecimento rejeita a noção simplificada de “impacto” para indicar e realçar maneiras diferenciadas em que as “inovações” entram em cena. No modelo de tradução /translação não mais se concebe ou entende uma inovação técnica e científica como algo que possa ocorrer separado de inovações sociais, políticas e econômicas. Ao problematizar a capacidade das entidades tecnocientíficas (leis científicas e artefatos tecnológicos) de viajarem isoladas mundo afora, o modelo de tradução / translação consegue descrever as escalas global e local nos mesmos termos e traz elementos para explorar outras formas de localizar o global e redistribuir o local para tratar as inovações regionalmente,

no Brasil e na América Latina. Por exemplo, o modelo de tradução / translação traz novas discussões e pode propor revisões nos próprios termos dos chamados sistemas nacionais de inovação, brevemente apontadas na parte final deste ensaio.

Alfred Marshall: teoria econômica e história

Jaques Kerstenetzky, UFRJ

O objetivo do artigo é construir argumentos em prol de um lugar mais importante para conteúdos históricos na Ciência Econômica, na direção da recuperação do espaço e importância perdidos após a Methodens-treit e a autonomização do campo dos estudos econômicos, bem como das demais ciências sociais. O artigo emprega material de dois textos de Alfred Marshall publicados apenas em 1994, recolhe elementos teóricos selecionados da obra do autor e analisa algumas de suas proposições metodológicas de maneira orientada a discutir a relação entre Teoria e História em Economia.

Piero Sraffa e o predomínio da crítica interna construtiva na formação da disciplina de organização industrial

Tiago Camarinha Lopes, UFU

Este texto apresenta as origens da microeconomia heterodoxa que desemboca na disciplina de organização industrial e dá uma interpretação peculiar à existência desta abordagem específica. É argumentado que a teoria da concorrência imperfeita que se desenvolve ao longo do século XX foi o produto colateral do objetivo primordial de Sraffa (1925) de realizar uma crítica interna do tipo destrutiva à teoria marginalista do valor. Assim, os autores contemporâneos envolvidos neste debate e na construção da teoria de estruturas de oligopólio, focam apenas em aspectos construtivos quando criticam a teoria neoclássica. Por isso, é aconselhado retomar a crítica original para que seja possível teorizar a economia de

modo completo e modelar estruturas produtivas não-capitalistas.

Estruturalismo e Neoestruturalismo: Velhas questões, novos desafios

Fabrizio J. Missio, UEMS, CEDEPLAR/UFMG e FUNDECT

Frederico G. Jayme Jr., CEDEPLAR-UFMG e CNPq

O trabalho retoma a abordagem estruturalista latino-americana a partir do paradigma “neoestruturalista”, com o objetivo de delinear um marco analítico capaz de agregar os principais fundamentos e estabelecer um núcleo teórico que avança tanto no que se refere à sistematização e às vinculações (relações de causalidade) entre os principais conceitos quanto na direção de sua propagação. Para tanto, são recuperados alguns dos principais argumentos que justificam o declínio da abordagem estruturalista, assim como é estabelecido um paralelo entre o neoestruturalismo com o estruturalismo antecessor e com o neoliberalismo. Em seguida, é apresentada a definição de um marco analítico com os seus principais fundamentos. Centrado no conceito de competitividade sistêmica e ciclo virtuoso, o neoestruturalismo define uma estratégia capaz de alcançar a “high road” da globalização. As considerações finais mostram que essa abordagem entende o processo de globalização como inevitável, mas que seu engajamento é condicionado às políticas adotadas.

As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas

Fábio Terra, UFU e PPGE/UFRGS

Fernando Ferrari Filho, FCE/PPGE/UFRGS e CNPq

O presente artigo objetiva mostrar como a visão de mundo de Keynes se relaciona com suas proposições de política econômica e justifica sua

atenção para a necessidade de uma ação efetiva do Estado (“socialização do investimento”) para mitigar os problemas econômicos e sociais inerentes à dinâmica operacional de economias monetárias.

O financiamento da inovação: em busca de referências teóricas na literatura sobre atividade inventiva

Raimundo de Sousa Leal Filho, CEDEPLAR/UFMG

O estudo do financiamento da inovação, por definição, requer contribuições de diferentes áreas especializadas do saber econômico que geralmente não se comunicam entre si. Uma primeira tentação, quando se lida com esta dificuldade, é de simplesmente estender o arco da análise financeira convencional para tratar um tipo especial de investimento. Caberia identificar o que confere especificidade ao investimento inovativo. Os estudiosos da inovação enfatizam a maior incerteza relativa à viabilidade técnica (custos), ao tempo de maturação das pesquisas e experimentações, ao comportamento dos compradores/usuários dos produtos finais, e às estratégias de empresas rivais (particularmente no que diz respeito à adoção de novas tecnologias similares). No enfoque neoclássico tradicional para estudos sobre finanças corporativas, estas diferenças, substantivas, são reduzidas a uma questão estatística: distintas distribuições de probabilidade para custos, duração e retornos esperados descreveriam os projetos de natureza inovativa. Nesta perspectiva, portanto, o investimento inovativo normalmente estaria associado a uma classe de risco mais elevado e a possível fertilização cruzada entre os estudos financeiros e os estudos da inovação seria muito limitada. No entanto, na década dos setenta, considerações teóricas sobre os efeitos de pequenos desvios da hipótese de informação perfeita nas transações econômicas criaram uma nova subárea de estudos: a economia da informação, com aplicações transversais nos mais diversos campos da teoria econômica, inclusive nos estudos sobre organizações, inovações e finanças. Este artigo pretende avaliar, a partir de uma discussão dos desenvolvimentos teóricos da literatura sobre aspectos financeiros da atividade inventiva (originada ao final da década dos cinquenta com as contribuições de Arrow e Nelson),

se e em que medida interseções nos programas de pesquisa em finanças, estruturas de mercado e inovação com informação e apropriabilidade imperfeitas podem constituir uma base teórica efetiva para o tratamento do financiamento da inovação.

Observing Shocks

Pedro Garcia Duarte, USP

Kevin D. Hoover, Duke University

Shock is a term of art that pervades modern economics appearing in nearly a quarter of all journal articles in economics and in nearly half in macroeconomics. Surprisingly, its rise as an essential element in the vocabulary of economists can be dated only to the early 1970s. The paper traces the history of shocks in macroeconomics from Frisch and Slutsky in the 1920s and 1930s through real-business-cycle and DSGE models and to the use of shocks as generators of impulse-response functions, which are in turn used as data in matching estimators. The history is organized around the observability of shocks. As well as documenting a critical conceptual development in economics, the history of shocks provides a case study that illustrates, but also suggests the limitations of, the distinction drawn by the philosophers of science James Bogen and James Woodward between data and phenomena. The history of shocks shows that this distinction must be substantially relativized if it is to be at all plausible.

Retornando ao debate sobre o imperialismo: a atualidade e a necessidade da abordagem marxista de Rosa Luxemburgo

Glaudionor Gomes Barbosa, CAA/UFPE

Ana Paula Sobreira Bezerra, CAA/UFPE

O artigo tem como principal motivação e justificativa a proposição de que as análises sobre o imperialismo mantêm atualidade e precisam ocu-

par, com mais frequência, a agenda dos cientistas sociais. Desse modo, o objetivo do trabalho é discutir a abordagem sobre o imperialismo de Rosa Luxemburgo, fazendo uso basicamente de sua obra *A acumulação de capital: contribuições à explicação econômica do imperialismo de 1913*, publicada em português em 1976. Buscou-se Confrontar as posições da autora com outros enfoques. Utiliza-se do método do materialismo histórico, no sentido de procurar os elementos mais importantes do trabalho desta autora. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica com base na produção intelectual de alguns autores. Ao buscar entender seu objeto, o trabalho não apenas procura entender os pontos de vistas de Rosa sobre a acumulação de capital, a reprodução ampliada e o Imperialismo, tenta historicizar o conceito, trazendo à tona contribuições importantes como as de Hobson (1985), Lênin (1975), Magdoff (1978), Kalecki (1877), Sweezy (1987), Chesnais (1996) e Marx (1975). Os principais resultados obtidos são de que as teses defendidas pela autora escolhida apesar de conter diversas imprecisões, como tantas outras que trataram deste tema ou de outros, é uma referencia importante para discussão neste campo, e por lado, as idéias centrais de Luxemburgo mantêm bastante atualidade.

A renda fundiária no contexto da economia política clássica

Caio Graco Valle Cobério, USP

O presente trabalho analisa a elucubração conceitual sobre a renda da terra, identificando-a enquanto categoria teórica de grande importância na formação do pensamento econômico, principalmente, no contexto de elucubração das obras da Economia Política Clássica, destacadamente, em David Ricardo. Derivada da noção ampliada de renda, na dimensão da produção e distribuição da riqueza em geral, a renda da terra se encontra na riqueza específica oriunda da posse dos recursos naturais, estando assim, diretamente vinculada aos problemas e questões propostas para o entendimento de aspectos referentes às atividades agrícolas em geral, como preços das mercadorias cultivadas, dos custos da agricultura, da fertilidade das terras, entre outros. Objeto de estudo da Economia Política, após ter sido na Antiguidade e na Idade Média interpretada sob

a ótica da Moral e do Direito, ganhou evidência na Inglaterra do século XIX, devido ao aumento dos preços do trigo, quando foi ocasionado intenso debate sobre a política secular da Coroa Inglesa de protecionismo e regulação sobre o comércio exterior de grãos, forma de privilégio concedido aos landlords ingleses - a aristocracia rural conservadora, *tory* - cujo ápice se deu em 1815, através da publicação da *Corn Law*. Por meio desta contextualização histórica, em um momento crucial do desenvolvimento do capitalismo, da Economia Política e do debate produzido em torno das *Corn Laws*, a interlocução entre o pensamento de três economistas clássicos - Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo - permite uma melhor compreensão desta categoria de análise imprescindível para a apreciação da forma capitalista de propriedade e uso da terra e das relações de produção nela envolvidas.

Uma discussão sobre o individualismo em economia

Eduardo Angeli, UNIPAMPA e UNICAMP

O artigo procura entender o papel do individualismo no pensamento econômico e apresentar ao menos uma interpretação distinta da *mainstream economics*, mas que busca resgatar o pensamento de alguns dos clássicos da disciplina. Para isso, estuda brevemente a origem do individualismo no pensamento ocidental e sua entrada na Economia, bem como a construção teórica chamada de homem econômico. Procura também esclarecer a distinção entre individualismo metodológico e individualismo ontológico, explicitando que a aceitação de um não implica necessariamente a aceitação do outro. Por fim, busca compreender como um dos principais pensadores liberais do século XX, o prêmio Nobel J. M. Buchanan, entende por individualismo, em especial no que se refere a seu papel na Economia.

Mercado, tecnologia e socialismo: nota sobre a rodada atual de um debate histórico

Eduardo da Motta e Albuquerque, CEDEPLAR/UFMG

Este artigo introduz e apresenta duas propostas representativas da atual rodada de debates sobre o socialismo (Roemer, 1994 e Burczak, 2006) e as discute criticamente. A atual rodada de debates sobre o socialismo foi aberta com o colapso da experiência burocrática da URSS. Uma característica da rodada atual é a influência de Hayek. Um dos argumentos mais importantes para o papel do mercado nesses modelos de socialismo é a sua contribuição para o progresso tecnológico. Este artigo avalia os termos do debate atual, uma introdução a uma sugestão de novos termos para esse debate.

MÓDULO: HISTÓRIA DAS EMPRESAS E HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

O capital nacional na Primeira República: a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e a formação do parque elétrico paulistano, 1890-1910

Alexandre Ricardi, FFLCH/USP e FAPESP

Analisamos a trajetória de uma pequena empresa chamada Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, que foi constituída por capital nacional em 1890 e congregava acionistas da classe dos cafeicultores, assim como negociantes, profissionais liberais, políticos e agentes dos quadros burocráticos, muitos cidadãos eminentes dos círculos paulistas de poder. A proposta da companhia era o fornecimento de energia elétrica na cidade de São Paulo, obtendo concessões na cidade de Casa Branca, no interior do estado de São Paulo e na capital do Estado do Paraná, Curitiba. A Primeira República (1889-1930) coincidiu com movimento de grande expansão do capital de indústrias estrangeiras do setor elétrico, tais como General Electric, Westinghouse e Siemens and Halske, assim como período de transformação na incipiente tecnologia de produção de energia elétrica. Pretendemos considerar não somente a formação do setor elétrico durante a Primeira República, mas também procuramos verificar como a economia republicana se consolidava frente aos avanços do capital internacional e como incorporava as novas técnicas produtivas. O principal concorrente da Água e Luz foi a Light and Power, iniciando suas atividades no Brasil em 1900 e rapidamente cingindo boa parte dos serviços públicos de transporte e fornecimento de eletricidade, significando o fim das atividades da Companhia Água e Luz.

O BNDES e sua atuação no período desenvolvimentista: 1950-

1980

André da Silva Redivo, UFSC

Silvio Antonio Ferraz Cario, UFSC

Wadricia Luiza Vieira Gomes, UFSC

O presente trabalho relata a atuação, através das aprovações de financiamento, do BNDES no período desenvolvimentista da economia brasileira, entre 1950 e 1980. Insere-se na discussão sobre a importância do Estado, através de Bancos de Desenvolvimento, impulsionar a dinâmica economia. Foi observado que a atuação do BNDE - até 1982 quando passa se chamar BNDES - ocorre de acordo com as necessidades apresentadas pelo desenvolvimento da infraestrutura e industrial do Brasil. Durante a década de 50, grande parte das aprovações do banco estava orientada aos setores de infraestrutura, na ordem de 88% entre 1953-1955 e 50% entre 1956-1960. É na década de 60 que as aprovações passam a ser destinadas, em grande parte, para o setor de insumos básicos, com média de 61% ao longo do período. Esta tendência se mantém na década seguinte, 1970, porém de forma mais equilibrada. É notável, também, o grande incremento das aprovações de financiamento realizadas pelo BNDE durante o II PND, quando a média anual destes recursos, entre 1974-1979, é ampliado em cinco vezes quando comparado ao período 1970-1973. Os anos 80, ou a “década perdida” marcam a entrada do BNDES no financiamento de projetos sociais, em grande parte pelos efeitos provocados pela crise do período. No tocante a orientação dos recursos, observa-se que inicialmente os recursos eram majoritariamente destinados ao setor público, sendo este fato invertido em finais da década de 60 e consolidado na de 70.

BNDES: trajetória internacional e poder estatal

Armando Dalla Costa, UFPR

Elson Rodrigo de Souza-Santos, UFPR

No período pós-1945 os países assistiram o crescimento da intervenção estatal, no mercado financeiro as instituições públicas emergiram fornecendo crédito direcionado visando o crescimento de áreas estratégicas. Entre as instituições se destacam os Bancos de Desenvolvimento (BD) funcionando como um braço financeiro dos Estados nacionais e, mais tarde, fundamentais para impulsionar a internacionalização econômica e de empresas tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. No caso do Brasil, o BNDES assume esse papel e na medida em que o grau de internacionalização da economia e das empresas nacionais cresce junto com a visão de que são benéficas e precisam ser adicionadas as políticas de Estado.

**A história emblemática da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-
Açu no nordeste paraense**

Armando Wilson Tafner Junior, NAEA/UFPA

Fábio Carlos da Silva, NAEA/UFPA

O artigo aborda os principais aspectos da colonização promovida por famílias japonesas na Amazônia Oriental brasileira, reconstituindo, em linhas gerais, a história da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açu - CAMTA -, empreendimento pioneiro resultante da primeira colônia agrícola de imigrantes na Amazônia e que se constitui no único caso bem sucedido de arranjo produtivo local agroindustrial no estado do Pará. A CAMTA, formalmente instituída em 1949, tem suas origens na experiência associativista dos japoneses que se fixaram na região Nordeste do Pará, em 1929, e que conseguiram superar inúmeras dificuldades de ordem cultural, climática e financeira, entre outras, e construíram uma empresa moderna e competitiva que é paradigma na Região. Os princi-

país fatos que antecedem e gravitam em torno dos negócios da CAMTA revelam que a gestão colaborativa, o capital social e a ajuda técnica e financeira do governo japonês foram fatores fundamentais para a construção e consolidação da empresa no mercado nacional e internacional de produtos agro-industrializados.

Desenvolvimento e estrutura da indústria de carne bovina no Brasil

Leonela Guimarães, UNEMAT

Índio Campos, NAEA/UFPA

Atualmente o Brasil se destaca no comércio mundial de carne bovina como maior exportador desta *commodity*, e, por ter nesse mercado empresas brasileiras líderes como a JBS. A partir da década de 90, iniciou-se um processo intenso de reorganização do setor produtor de matéria-prima, pecuária de corte, e do setor de processamento de carne bovina, a indústria frigorífica, no sentido de atender exigências do mercado consumidor mundial. Este trabalho procura mostrar a trajetória de evolução da indústria frigorífica nos que diz respeito ao início da atividade no Brasil; evolução das empresas líderes nessa trajetória; e, o processo de modernização do setor. Isto se faz no sentido de compreender a atual formação de uma estrutura de mercado oligopólica, na qual a estratégia de expansão das empresas tem ocorrido pela concentração e centralização do capital, através de aquisições de plantas frigoríficas no Brasil e em outros países. Para tanto, evidencia-se a relação intrínseca entre setor produtor de insumos e de processamento da carne bovina nessa trajetória que tem colocado o Brasil como líder do mercado de carne bovina mundial.

Projeto “Reca” - um modelo de organização econômica e social ambientalmente sustentável na Amazônia Sul-Occidental

Lucas Araújo Carvalho, UFAC

O presente artigo trata da origem e evolução do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), uma experiência pioneira de produção agroflorestal na Amazônia Sul-Occidental, baseada no cultivo de espécies frutíferas e silvícolas nativas. O projeto surgiu, segundo as perspectivas de seus criadores, sob o signo da sustentabilidade econômica e ecológica, com produção voltada para o mercado, sem que cada unidade familiar perdesse sua dimensão básica de supridora das necessidades essenciais de sobrevivência no mundo rural. Estas famílias formam a comunidade de Nova Califórnia. Paralelamente ao sistema agroflorestal que implantaram, os agricultores continuaram a produção de seus meios de sobrevivência através do cultivo tradicional de alguns produtos de subsistência e da criação de pequenos animais e até mesmo de gado bovino. O RECA tinha como principais objetivos (a) melhorar a segurança econômica dos produtores, (b) reduzir a taxa de desmatamento em nível de propriedade e (c) promover uma alternativa ecologicamente mais sustentável para o uso da terra. Como organização econômica e social, o RECA vem se constituindo numa bem sucedida experiência de uso equilibrado da terra na floresta amazônica, conjugando necessidade de produção com preocupação ambiental. Este texto está dividido em sete partes: uma introdução; As origens e localização do Projeto RECA; A caracterização sócio-econômica dos produtores do RECA; A estrutura formal e organização administrativa do Projeto; A estrutura e análise da organização da produção; O desempenho econômico dos SAF's no Projeto RECA; As conclusões.

Da roda d'água a nanotecnologia: a trajetória da evolução tecnológica do setor têxtil

Ricardo Lopes Fernandes, UNICAMP

Silvio Antônio Ferraz Cario, UFSC

O setor têxtil é o protagonista da I Revolução Industrial, sendo este o setor que desencadeou grande parte das transformações tecnológicas que culminaram na mecanização e automação do processo produtivo. Este artigo tem como objetivo apresentar ao leitor o caso de um setor específico, o têxtil, com a intenção de mostrar como os diferentes paradigmas tecnológicos afetam de forma diversa uma mesma atividade produtiva. Verificou-se que ao longo dos tempos, o setor têxtil perdeu a capacidade de ditar a dinâmica tecnológica passando a ser um tomador da tecnologia gerada em outros setores industriais. Colaboraram para este fato, o processo de sofisticação das tecnologias empregadas na indústria e o surgimento de novas atividades industriais ao longo do tempo, de modo se a incorporação da roda d'água no processo produtivo representou uma inovação disruptiva nos primórdios deste setor industrial, na atualidade a nanotecnologia representa uma solução tecnológica incorporada cada vez mais largamente no contexto deste setor.

O legado da RFFSA: Quo Vadis

Suzana Cristina Fernandes de Paiva, FCT/UNESP

Claudio Cesar de Paiva, FCLAR/UNESP

As ferrovias permitiram avançar por regiões despovoadas e inexploradas do território brasileiro, fundaram cidades e expandiram horizontes, exercendo um papel desbravador e indutor do progresso econômico para além das áreas litorâneas. Essa trajetória é retratada em uma ampla historiografia que revela sua imensa contribuição para o desenvolvimento econômico das regiões brasileiras e o papel arrojado de alguns de seus grandes personagens, como a epopéia dos empreendimentos ferroviá-

rios do Barão de Mauá e de Percival Farquhar. Em que pese a importância dos trilhos para o progresso do Brasil, este modo de transporte foi aos poucos perdendo competitividade e sendo substituído pelo sistema rodoviário. A definição do transporte rodoviário como modal estratégico do país, a partir da década de 1950, contribuiu para deflagrar uma intensa crise no setor ferroviário, obrigando o Governo Federal a adotar algumas medidas para melhorar a produtividade e a lucratividade das empresas ferroviárias regionais que apresentavam constantes déficits operacionais. Esse processo redundou na junção administrativa de 18 ferrovias regionais independentes pertencentes à União e na constituição da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), que, a partir de então, passou a ser a responsável por gerir os interesses da União no transporte ferroviário. A Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA - era uma sociedade de economia mista, criada em 16 de março de 1957, que fazia parte da administração indireta do Governo Federal, sob jurisdição do Ministério dos Transportes. A RFFSA já foi considerada a maior empresa pública do Brasil, chegando a ter em seus quadros 148 mil funcionários. Ao longo de sua existência a RFFSA prestou serviços de transporte ferroviário, atendendo diretamente a 19 estados da Federação. Entretanto, sua trajetória teve fim em 2007, quando a empresa foi extinta, mas isso, definitivamente, não significou o fim de sua história. Após a extinção tem início uma nova fase que envolve não apenas o processo de inventariança, mas os destinos de todo um patrimônio construído durante décadas de atividades, dotado não apenas de grande valor econômico, mas sobretudo, de imensurável valor histórico e cultural para preservação da memória ferroviária. Os ativos operacionais foram arrendados as concessionárias de transporte ferroviário ao passo que os bens não-operacionais, constituído por terrenos, fazendas, galpões, casas, hortos florestais, estações e pátios ferroviários, que formam um conjunto de 52.736 imóveis, têm sido alocados de maneira ineficiente, abandonados, dilapidados e expropriados. Diante desse cenário, a proposta central desse artigo é promover uma discussão acerca de qual seria o legado do patrimônio imobiliário oriundo da extinta RFFSA vis-à-vis as condições de abandono e a forma de destinação desse patrimônio público, bem como, discutir a capacidade técnica da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão responsável pela gestão do patrimônio da União, para dar uma destinação adequada a estes imóveis. Paralelamente, procura-se refletir sobre a possibilidade

desses bens não-operacionais serem utilizados como ativos estratégicos na promoção do reordenamento do território e indução um novo modelo de desenvolvimento que tenha como prioridade a redução das desigualdades sociais.

O mito da modernização pelos trilhos: a “era ferroviária mineira”, 1869-1940

Felipe de Alvarenga Batista, UFMG

Marcelo Magalhães Godoy, UFMG

Este estudo pretende contribuir ao entendimento do processo de modernização dos transportes na economia mineira, mais especificamente, a evolução da indústria ferroviária entre os anos de 1869 e 1940. Compreendida segundo ótica marxista, enquanto indústria atuante na e para a esfera da circulação, mas parte integrante da esfera da produção, o ferroviarismo deve ser estudado no bojo do processo de maturação e expansão do modo de produção capitalista. Por um lado, faz-se necessário retê-lo enquanto imperativo do processo de acumulação de capital externo, levando-se em conta a inserção periférica da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e, por outro, é indispensável ressaltar as especificidades das transformações econômicas regionais, assim como características particulares de modernização dos transportes. Ressaltadas as trajetórias política e histórico-estrutural de Minas Gerais – principalmente no referente à expansão e crise da economia de subsistência mercantil escravista, à tomada de consciência da “perda de substância” relativa a São Paulo e aos primórdios dos projetos desenvolvimentistas – busca-se compreender a dissonância de interesses entre a modernização dos transportes assentada sob o modal ferroviário e a estrutura econômica herdada, bem como a influência de um Estado de caráter essencialmente patrimonialista. Por fim, utilizando como fonte primária os Relatórios de Presidente de Província e de Estado e os Anuários Estatísticos é apresentada sinopse da evolução das companhias ferroviárias, as principais características da “era ferroviária mineira” e proposta periodização para

estudo do tema. O estudo do caso de Minas Gerais aponta justamente para o problema de generalizações acríticas. Conclui-se que a adoção do ferroviarismo deve ser atribuída menos a motivos histórico-estruturais que ideológicos e políticos. Enquanto perdurou a crença legitimadora de que a ferrovia trazia consigo a própria modernidade, fim em si mesmo e não meio de propulsão do desenvolvimento econômico, a modernização dos transportes atuou em desarmonia com a estrutura econômica.

Aspectos históricos da fábrica de ferro São João de Ipanema (Brasil - SP - Séculos XVIII-XIX)

Mário Danieli Neto, UNIFAL

A trajetória histórica da Fábrica de Ferro São João de Ipanema em Sorocaba (SP) foi uma das mais longas quando se trata de empreendimentos públicos no Brasil. Seu desenvolvimento remonta ao final do período colonial e estende-se até os anos finais do século XIX, com muitas contramarchas, interrupções em suas atividades, retomada de investimentos ao longo de mais de um século de funcionamento. Esteve em todo este período sob o olhar do Estado imperial, ora vista como excessivo peso aos cofres públicos, ora apontada como solução modernizadora para o país. No decorrer de suas atividades, a Fábrica contou em vários períodos com trabalhadores escravos em seus quadros. Após a Lei de 1831, o contingente de africanos desembarcados ilegalmente no Brasil compôs uma categoria de trabalhadores sui generis na Fábrica: os africanos livres e após a Lei do Ventre Livre (1871) seus antigos escravos receberam a denominação de libertos. Esse aspecto referente ao emprego de escravos nos serviços da empresa será discutido como forma de mostrar a importância desse grupo de trabalhadores para as atividades de produção e manutenção da companhia. Estudar a história da Fábrica em sua perspectiva empírica e teórica é o propósito deste trabalho. A análise que submeto ao debate acadêmico, pautada nas discussões sobre os conceitos de pré-indústria e proto industrialização pode fornecer novas perspectivas sobre a longa história desta empresa.

Diários cariocas e a disputa entre a Guinle & Cia e a The Rio de Janeiro Tramway Light Power, Co. Ltd. pelo mercado de eletricidade do Distrito Federal, em 1906

Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen, UFF e CAPES

Neste trabalho analisamos o papel desempenhado por alguns periódicos cariocas na disputa que envolveu a Guinle&Cia e a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co.Ltd., na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal do Brasil, no ano de 1906. Momento em que houve um grande debate sobre o preço de venda do quilowatt-hora para iluminação pública e particular na cidade. Pretendemos, com esta análise, destacar o papel que alguns diários cariocas desempenharam na referida disputa, e compreender as implicações políticas que as matérias veiculadas por tais periódicos tiveram nesse processo, considerando as ligações existentes entre o político e o econômico. Para isso nos apoiamos essencialmente em quatro periódicos de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1906. Estas fontes históricas constituem-se, não só como fontes de informação, mas também como agente histórico, deixando evidente que a imprensa foi um dos meios através dos quais os diretores, tanto da Guinle&Cia, quanto da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co.Ltd, se valeram para disputar o mercado carioca de eletricidade. E conseguimos comprovar que a participação dos jornais O Paiz, Jornal do Commercio e Correio da Manhã foi muito significativa na disputa. Portanto, os investidores da Guinle&Cia, que chamamos “Grupo Guinle” e também os da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power, Co.Ltd, para colocarem em prática seus projetos ligados ao setor de eletricidade e contribuir, como ocorreu, para o desenvolvimento dos serviços públicos de eletricidade no Brasil, tiveram que se articular e se organizar para além dos muros da empresa.

O magnata de Valência: capitalistas, bicheiros e comerciantes do Primeiro Cinema do Brasil (1904-1921)

Julio Lucchesi Moraes, FFLCH/USP

O presente artigo pretende empreender uma análise crítica a respeito da trajetória econômica do empresário hispano-brasileiro Francisco Serrador. Ao longo da bibliografia sobre a História Social do Cinema brasileiro, o imigrante valenciano costuma ser destacado como um dos atores maiores, sobretudo no que tange ao campo da exibição cinematográfica - segmento econômico ao qual se dedicou por boa parte de sua vida. A trajetória pessoal e empresarial de Serrador foi estudada por diversos autores, dentro de diversas propostas e abordagens. Sem o intuito de esgotarmos o tema, pretendemos revisitar esses diversos textos, apontando padrões, limites e lacunas dentro das diversas biografias propostas. Assim, para além de uma simples exposição cronológica de eventos de sua vida, pretendemos trazer novas contribuições à discussão mediante a vinculação de dados e informações inéditas, oriundas de pesquisa sobre documentação histórica feita junto ao Arquivo Família Ferrez, atualmente custodiado pelo Arquivo Nacional, cuja análise e tabulação inserem-se em projeto de doutoramento atualmente em curso junto ao departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), sob orientação do Prof. Dr. José Flávio Motta e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

John Banks: um professor independente e itinerante de Filosofia Natural e Experimental no limiar da Revolução Industrial inglesa

Luiz Carlos Soares, UFF

Na Inglaterra do século XVIII, os diversos cursos ministrados pelos professores independentes e/ou itinerantes de Filosofia Natural e Experimental, com seus manuais e programas de aulas, baseados, sobretudo, nas teorias físicas Newtonianas, constituíram-se nos principais

instrumentos da disseminação e popularização de um ideal de Ciência Aplicada, que preconizava efetivamente a aplicação dos resultados do conhecimento científico às necessidades da população e da produção da vida material. Assim, as atividades de cursos e publicações dos professores independentes e/ou itinerantes contribuíram para tornar acessíveis os princípios da Ciência Mecânica e Experimental àqueles homens que foram os protagonistas da transformação da Inglaterra na primeira potência industrial do planeta. Entre estes professores estava John Banks, que oferecia seus cursos e conhecimentos especializados em Mecânica e Maquinismo para muitos industriais, engenheiros e mecânicos que estiveram à frente do processo de transformação da produção industrial da Inglaterra, constituindo-se ele mesmo num dos principais expoentes intelectuais deste processo.

O complexo agro-industrial da Floresta: 1858-2010

Suzana Quinet de Andrade Bastos, UFJF

Luciana de Assis Mauler, PUC-RJ

Carolina Moraes Sarmento de Assis, UFJF

A análise do processo de industrialização brasileira demonstra ser o complexo agro-exportador o principal financiador do capital industrial. A análise desse processo na cidade de Juiz de Fora, evidencia que a transferência direta do capital cafeeiro para o capital industrial não ocorreu de forma generalizada. O complexo agroindustrial da Floresta, em Juiz de Fora, é um dos poucos exemplos de transferência direta do setor cafeeiro para o setor industrial. A partir da fazenda de café surgiu a indústria têxtil, que após passar por um período de grande lucratividade, enfrentou uma grave crise no início dos anos 80. Entretanto, a empresa se recuperou cortando custos e se modernizando técnica e administrativamente.

Sociedade Anônima Comércio e Indústria “Souza Noschese”: um estudo de caso

Tatiana Belanga Chicareli, UNICAMP

Com a intenção de observar mais detalhadamente o desempenho da indústria brasileira durante as décadas de 1920 e 1930, englobando o período em que o país foi atingido pela crise de 1929 e da Grande Depressão, analisaremos os balanços contábeis da empresa produtora de artigos em ferro esmaltado, Sociedade Anônima Comércio e Indústria “Souza Noschese”, fundada na cidade de São Paulo. A indústria Souza Noschese participava, também, da atividade extrativa, utilizada como fonte de matéria-prima na produção própria, assim como possuía pontos de comercialização de produtos acabados em diferentes estados do Brasil. A atuação da empresa em mais de um processo produtivo e de forma abrangente é característico da empresa com o tipo de verticalização ou integração vertical, o que torna um estudo de caso interessante para complementar a bibliografia já existente sobre a industrialização. Através da análise dos balanços contábeis da firma, em termos de Lucratividade, Investimento, Produção e Financiamento, será possível identificar algumas características que mostram a velocidade da diversificação e crescimento do setor metalúrgico no parque industrial paulista da época.

Instituições, Empresários e a História das Empresas: algumas considerações gerais a partir do caso da Brasil Foods

Georges Flexor, IM/UFRRJ

O Brasil é maior exportador mundial de frangos e a Brasil Foods, resultado da fusão entre a Sadia e a Perdigão em 2009, é a empresa que domina esse mercado. Algumas características da nova empresa são expressivas: quando o presidente da Perdigão, Nildemar Secches, e o presidente do Conselho de Administração da Sadia, Luiz Fernando Furlan anunciam a criação da Brasil Foods (BFR), a nova empresa nasce como o 10º maior grupo de alimentos das Américas, a segunda maior firma alimentícia do

Brasil (atrás apenas do frigorífico JBS Friboi), a maior produtora e exportadora mundial de carnes processadas e a terceira maior exportadora brasileira (atrás de Petrobras e da mineradora Vale). As páginas a seguir têm dois objetivos. Primeiro, pretendem narrar o nascimento e o crescimento inicial das empresas que originaram a multinacional brasileira. Segundo, sugerem que o estudo dos aspectos institucionais e empresariais representa uma chave para entender o desenvolvimento industrial no Brasil, aspectos geralmente negligenciados na produção acadêmica. Nosso argumento básico é que analisar a emergência das grandes empresas brasileiras requer que prestamos atenção: 1) às características institucionais nas quais surgiram; 2) as funções empresariais – muitas vezes encarnado num indivíduo – necessárias para agir em situação de incerteza, mobilizar e combinar recursos de modo eficaz e inovador; 3) por fim, nas soluções organizacionais idiossincráticas desenvolvidas para resolver os problemas associados ao crescimento da empresa. A análise do surgimento dos grandes frigoríficos de suínos e aves no Brasil representa um estudo de caso privilegiado para destacar essas dimensões mais gerais do desenvolvimento econômico devido aos atributos institucionais específicos do processo de colonização da região oeste do estado de Catarina, a bem documentada vida e personalidade dos seus fundadores e a originalidade da organização agroindustrial desenvolvida para sustentar a estratégia de crescimento. Optamos pelo uso de um estudo de caso porque permite analisar mais em detalhes os aspectos institucionais e contingentes do desenvolvimento empresarial. No entanto, temos claro que esse tipo de recurso metodológico não substitui estudos quantitativos mais abrangentes e gerais tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico. Apenas contribui para uma compreensão mais fina dos processos de mudança econômica e social que são dificilmente apreendidos por análises mais estruturais.

Brahma e Antarctica criam AmBev, unem-se à Interbrew e intensificam sua internacionalização

Guilherme Augusto Almeida, UFPR e CNPq

Armando João Dalla Costa, UFPR

A AmBev conta com cinco operações estratégicas na América Latina, onde emprega cerca de 41 mil funcionários e registrou um lucro de R\$ 7,7 bilhões em 2010. O artigo tem por objetivo traçar sua trajetória, desde o surgimento da Brahma e Antarctica, empresas que estão na origem desta multinacional, até seu desenrolar recente. Após diversas aquisições no mercado externo, o grupo tornou-se a quinta maior cervejaria internacional e, ao associar-se à Interbrew assumiu a posição de maior cervejaria do mundo. A reconstituição da história desta empresa baseou-se em dados secundários da firma, confrontados com a teoria da internacionalização de empresas. A principal conclusão do trabalho é que seu processo de internacionalização priorizou associação e aquisições em diversos países, resultando na implantação de plantas industriais que pudessem atender as demandas locais.

A observação do desenvolvimento local a partir da história das empresas: a Klabin e o município de Telêmaco Borba-PR

Heloisa de Puppi e Silva, FAE

Christian Luiz da Silva, UTFPR

Cleverson V. Andreoli, FAE

O desenvolvimento local depende dos esforços, das ações e da atividade das organizações para integrar o processo de busca pela sustentabilidade. O desenvolvimento local congrega inúmeras variáveis que relacionam a atividade econômica com sua dinâmica social, espacial, cultural e ambiental. Entre elas está a História das Empresas que possibilita a compreensão da atividade econômica com o meio em que está inserida.

O objetivo geral é observar, por meio de fatores históricos e indicadores, as relações entre a Atividade Econômica de Celulose e Papel e o Desenvolvimento Local, tendo como base a Klabin e Telêmaco Borba-PR. Trata-se de uma pesquisa exploratória de método dedutivo. Foram estabelecidos os elementos históricos das relações entre a Klabin e Telêmaco Borba com base em informações da própria empresa e livros sobre a história do município, visando identificar o início da rede de interações. O levantamento histórico das relações seguiu pelo levantamento de dados de base secundária (IBGE, IPARDES, TEM, RAIS, IAP e FSC). Foi realizada pesquisa de campo para observação das relações atuais entre os agentes do município e a empresa. A atividade econômica de celulose e papel: impacta positivamente no desenvolvimento local ao estimular outras atividades e a geração de renda; é marco cultural do local estabelecendo um vínculo histórico rígido de referência e dependência; ocupa cerca de 95% das terras do município levando ao entendimento de que soluções e alternativas precisam ser pensadas para o espaço urbano; utiliza-se dos recursos naturais e deve estar em constante controle da poluição gerada por sua atividade; e influencia o meio social do local no que se refere às classes sociais e ao atendimento das condições de saúde, escolaridade, bem estar e infra-estrutura. As relações entre os agentes locais são determinadas por interesses institucionais de todas as ordens e não estão apenas relacionados à Klabin. As interações entre os agentes são elementares para a criação de uma identidade própria e de soluções para o desenvolvimento local.

A Petrobrás: da quebra do monopólio às perspectivas de produção na camada do pré-sal - 1997-2009

João Rodrigues Neto, UFRN

O objetivo do presente trabalho é mostrar as transformações que ocorreram na política energética do país, sob a tutela da Petrobrás, no período (1997-2009) que corresponde à quebra do monopólio estatal de exploração e produção de petróleo e as perspectivas de produção na camada do Pré-Sal. Como a maior empresa da América do Sul e com atuação em

diversos países, a Petrobrás foi capaz de superar as dificuldades na década de 1990, ao entrar numa nova era de competitividade internacional ao se tornar parceira, de antigos concorrentes, nas atividades de produção e exploração de petróleo. A adoção dessa nova lógica de gestão administrativa, baseada na eficiência e na eficácia, tem como características a modernidade e a transparência da gestão de negócios. A história da Petrobrás nos mostra, naquela década, os desafios tecnológicos enfrentados, para se tornar uma indústria petrolífera de vanguarda na exploração e produção de petróleo e de gás natural em águas profundas, no âmbito internacional. Para entender esse processo histórico da Petrobrás é necessário resgatar um conjunto de políticas, definidas pelo Estado brasileiro, de ampliação das atividades produtivas que tinha como meta torná-la uma Empresa de Energia. Empresa que teria o papel de investir em pesquisas com a finalidade de viabilizar o uso de novas fontes de energia renováveis (eólica, solar, hídrica, geotermia, biomassa e biocombustível), a fim de dotar o país de matrizes energéticas alternativas. Enquanto busca alternativas energéticas, a Petrobrás intensifica a perfuração em águas ultraprofundas, acima da camada de sal e, em 2006, ocorreu a descoberta de petróleo e gás natural na camada pré-sal. Assim, teve início uma nova fase da história da indústria petrolífera brasileira.

MESAS REDONDAS

MESA-REDONDA I: A importância dos Centros de Memória como fonte de pesquisa

Coordenador: Armando João Dalla Costa, UFPR

Flávia Borges Pereira - Centro de Memória Klabin

A Klabin, assim como outras empresas que investiram e criaram seus Centros de Documentação e Memória, nos anos 1980, faz parte do grupo de organizações que visualizaram a importância da preservação de seu patrimônio cultural e da identidade de seus empreendimentos. Na época, os modelos de gestão mais inovadores incorporavam os novos conceitos do marketing social e cultural. Em 1989, duas herdeiras, Maria Eugênia Lafer Galvão e Vera Lafer, estimuladas por reportagem sobre memória empresarial publicada na imprensa, contrataram historiadores e arquivistas para organizar seus documentos históricos. Assim foi criado o Centro de Documentação e Memória Klabin. Desde então, a empresa investiu no projeto pioneiro, sujeita a erros e acertos. Mesmo para nós, profissionais, os parâmetros metodológicos e técnicos ainda eram insuficientes. Por outro lado, a Klabin saiu na frente e pode tirar proveito para desenvolvimento de projetos e ações institucionais e de marketing, tornando-se referência para outras empresas na nova área de conhecimento que se delineava. Hoje, quando tanto se enfatiza a “responsabilidade social das empresas”, é momento oportuno para a discussão do papel das organizações nacionais e transnacionais que aqui se instalaram e se desenvolveram no processo de construção da história brasileira e da memória coletiva nacional. Trata-se de se destacar a contribuição dos Centros de Memória Empresariais como espaços dedicados à pesquisa científica, na medida em que disponibilizam fontes documentais, dados e informações. É nesse contexto que se insere a apresentação do Centro de Documentação e Memória Klabin e de seu valioso acervo, que revela aspectos e informações relevantes da história do setor de papel e celulo-

se, um dos mais tradicionais da história da industrialização do País.

Luciana Amaral - Centro de Memória Bunge

O Centro de Memória Bunge, criado em 1994, é um dos mais ricos acervos de memória empresarial do país, composto por documentos variados, tais como fotografias, peças tridimensionais, filmes e documentos textuais, que contam a história, desde o século XIX, da indústria e do agronegócio brasileiros, da arquitetura, do design, do marketing e da propaganda a partir da história da Bunge. Mais do que preservar o conhecimento da empresa, o Centro de Memória Bunge aproxima o seu acervo da sociedade e estimula outras instituições a fazer o mesmo. Para isso, realiza atendimento a pesquisas internas e externas, desenvolve exposições temáticas, desenvolve oficinas de preservação de patrimônio histórico, auxilia no processo de integração de novos colaboradores para compreensão da história do grupo Bunge, recebe visitas técnicas de empresas interessadas em conhecer o espaço e montar seu próprio Centro de Memória, além da criação de Jornadas Culturais, atividade iniciada em 2004, onde são realizadas palestras sobre técnicas de conservação e divulgação de acervos históricos e sobre temas relacionados à atuação de Centros de Memória e sua importância para a memória empresarial. O Centro de Memória Bunge também disponibiliza parte de seu acervo online e permitindo acesso bilíngüe (português e inglês), recurso inédito no Brasil. Para o Centro de Memória Bunge é valorizando o passado e atuando no presente que se constrói um futuro sustentável.

Clarissa Schmidt - Centro de Documentação e Memória do Grupo

GOL

Considerando a importância do Grupo GOL na história empresarial de nosso país e da própria aviação comercial brasileira e a compreensão, por seus gestores, de sua responsabilidade histórica seja na sociedade, em sua comunidade e ainda em relação a seus colaboradores, em 2003 foi criado o Centro de Documentação e Memória da GOL. O trabalho com a memória empresarial é mais uma forma de se registrar valores e culturas

além daqueles materializados institucionalmente. Essas representações são resultados de dinâmicas sociais e estão inseridas em conjunturas que também possibilitam a compreensão de uma época. Sendo assim, entendemos que desta maneira também podemos contribuir para a construção da memória enquanto elemento de transformação social. Enfatizando a importância dos acervos documentais para a história de nosso país, destacamos o acervo da empresa e sua relevância para compor o conjunto de objetos das políticas e investimentos corporativos cujas finalidades ancoram-se na construção e defesa do nosso patrimônio histórico. Com esta proposta, o Centro de Documentação e Memória, além de analisar e propor formas de sustentação fundamentais na preservação da memória GOL, respeitando-a e salvaguardando-a na sua totalidade, e tendo como referência a sua preservação num conjunto integrado que compreende os acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, funciona também como núcleo de informação, promovendo atividades como organização de exposições temporárias, atendimento aos estudantes e pesquisadores, visitas técnicas de empresas, dentre outras atividades. A GOL investe na preservação da sua trajetória para, através da sistematização de sua memória, construir uma identidade institucional com sólidas referências para manter a coesão interna e o sentimento de pertencimento.

Isabel Regina Félix - Fundação Energia e Saneamento

No final da década de 1990, com a privatização dos serviços de energia elétrica no Estado de São Paulo um vasto patrimônio histórico, acumulado em mais de 100 anos de implantação e desenvolvimento da eletricidade no país, corria o risco de se perder do acesso da sociedade. Assim nasceu, em 1998, a Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, uma instituição privada, sem fins lucrativos, pioneira na preservação do patrimônio histórico dos setores de energia e de saneamento ambiental. Com a clareza de que reunia um rico acervo de origem pública, que deveria ser preservado como bem público, valorizado e acessado pela população, a instituição passou a desenvolver uma série de ações de preservação, pesquisa e divulgação, possibilitando amplo acesso a todos os interessados. O patrimônio representado por este acervo contempla o Arquivo Histórico, com 35 fundos e coleções de empresas, entidades e

pessoas físicas ligadas ao setor, o acervo da Rede Museu da Energia composto por seis edifícios históricos, sendo quatro pequenas centrais hidrelétricas históricas e dois edifícios urbanos, além de mais de 3.500 objetos representativos das atividades técnicas. Por fim, uma Biblioteca Técnica com mais de 50 mil títulos voltados à história e às questões tecnológicas da energia, do saneamento e da urbanização de São Paulo.

Miriam Collares Figueiredo - Memória Petrobras

Como reflexo de um movimento mundial em que a memória se tornou um valor nas sociedades contemporâneas, as empresas estão investindo na organização e preservação de suas memórias. Essas iniciativas materializaram-se na publicação de livros, na montagem de exposições, na criação de museus virtuais e na fundação de Centros de Documentação e ou de Memória. Apresentaremos um breve histórico de como as empresas vêm organizando suas memórias particularmente no Brasil. Como exemplo, citamos a experiência do programa Memória Petrobras que, ao longo dos últimos oito anos, tem recebido investimentos para um amplo conjunto de iniciativas voltadas para recuperação dos marcos históricos da empresa, ordenação de dados, coleta de depoimentos e preparação de um suporte de pesquisa e divulgação materializado em um museu virtual. Independentemente das razões para a criação desses núcleos de memória empresarial, que podem servir, algumas vezes, a objetivos imediatos, essas iniciativas acabam por gerar acervos importantes também para a pesquisa acadêmica. E não há uma fórmula: “Entre as formas de resgate do passado, não há preeminência de uma sobre as demais, todas são perfeitamente legítimas, pois todos têm direito de construir suas memórias”.

Silvia Fiuza - Memória Globo

Criado em 1999, o Centro Memória Globo tem a missão de pesquisar e preservar a história das Organizações Globo. Seu principal objetivo é recuperar a trajetória das empresas e de seus profissionais, ajudando a refletir sobre seus valores e sua cultura organizacional, assim como sobre seu papel na história do país. Seu acervo é composto por infor-

mações textuais e audiovisuais sobre marcos institucionais, produtos e linguagens de cada veículo, suas diferentes formas de gestão. A área também desenvolve um programa de história oral com funcionários e colaboradores das empresas. Já foram realizadas mais de 2.000 horas de entrevistas, gravadas em estúdio e armazenadas em meio digital. Faz parte do Acervo o arquivo pessoal do jornalista e empresário Roberto Marinho. São documentos textuais, fotografias, material audiovisual e objetos diversos, reunidos desde 1846, que permitem conhecer a trajetória de Roberto Marinho e de seu pai, o jornalista Irineu Marinho. O conteúdo do Memória Globo é utilizado pelas empresas enriquecendo coberturas jornalísticas, gerando programas e exposições. Parte já está aberta ao público no site Memória Globo, com informações sobre a Rede Globo desde 1965. Está sendo preparado um novo site, com material sobre as outras empresas e sobre o fundador das Organizações Globo. O público também encontra os conteúdos em publicações do selo Memória Globo, como Dicionário da TV Globo (2003), Jornal Nacional, a Notícia Faz História (2004), Autores: Histórias da Teledramaturgia (2008) e Guia Ilustrado TV Globo (2011). Alguns dos próximos títulos: História das Copas do Mundo e Coberturas Jornalísticas Internacionais.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

NOME	PÁGINAS
Adriana Sbicca Fernandes	18, 111
Ailton Laurentino Caris Fagundes	17, 70
Alcides Goularti Filho	23, 83
Alessandro Borsagli	6, 30
Alexandre Ottoni Teatini Salles	21, 96
Alexandre Queiroz Guimarães	8, 86
Alexandre Ricardi	11, 123
Allan Thomas Tadashi Kato	6, 31
Amália Cristovão dos Santos	22, 38
Amaury Patrick Gremaud	14, 108
Ana Cláudia Caputo	7, 56
Ana Paula Menezes	14, 69
Ana Paula Sobreira Bezerra	24, 119
André da Silva Redivo	11, 124
André Scholl de Almeida	23, 83
Angelo Alves Carrara	12, 32
Antonio Caron	17, 93
Arlindo Villaschi Filho	23, 80
Armando Dalla Costa	11, 12, 15, 18, 25, 110, 112, 125, 137, 140
Armando Wilson Tafner	15, 125
Bruno Aidar	12, 33
Bruno de Campos	8, 86
Bruno Gabriel Witzel de Souza	6, 41
Bruno Novelino Vittoretto	16, 52
Caio Graco Valle Cobério	24, 120
Carlos Alberto Lanzarini Casa	21, 114
Carlos Alberto Medeiros Lima	6, 42
Carlos Henrique Lopes Rodrigues	9, 100
Carolina Miranda Cavalcante	18, 113
Carolina Moraes Sarmiento de Assis	22, 134
César Honorato	22
Christian Luiz da Silva	25, 137
Christiane Luci Bezerra Alves	7, 56
Clarissa Schmidt	15, 141

Cláudia Alessandra Tessari	8, 59
Cláudia Heller	9, 100
Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen	19, 132
Claudio Cesar de Paiva	18, 128
Cleverson V. Andreoli	25, 137
Clotilde Andrade Paiva	16, 53
Colin Lewis	12
Daniel do Val Cosentino	9, 101, 102
Danilo Araújo Fernandes	11, 105
Débora Garcia Gaspar	10, 88
Diego Maganhotto Coraiola	15, 110
Ebenézer Pereira Couto	10, 89
Ednilson Silva Felipe	23, 80
Eduardo Angeli	24, 121
Eduardo da Motta e Albuquerque	24, 122
Eduardo Figueiredo Bastian	7, 57
Eduardo Lelis Zuppardo	10, 63
Eliana Tadeu Terci	8, 61
Élson Rodrigo de Souza-Santos	11, 125
Erika da Cunha Ferreira Gomes	21, 97
Erika Herkenhoff	17, 93
Fábio Antonio de Campos	17, 94
Fábio Carlos da Silva	13, 15, 66, 125
Fábio Henrique Bittes Terra	24, 117
Fábio Lucas Pimentel de Oliveira	12, 34
Fábio Pádua dos Santos	11, 107
Fábio Pesavento	19, 35
Fábio Rogério Cassimiro Correia	20, 76
Fabio Wilson Amaral Pinheiro	16, 52
Fabrcio J. Missio	24, 117
Fania Fridman	7, 42
Fausto Saretta	23, 81
Felipe Almeida	18, 112
Felipe de Alvarenga Batista	18, 130
Felipe Pereira Loureiro	7, 57
Fernanda Guerra Lima Medeiros	6, 30
Fernando Antonio Alves da Costa	7, 43
Fernando Cardoso Pedrão	21, 97

Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima	19, 36
Fernando Cezar de Macedo	6, 23, 31, 82
Fernando Ferrari Filho	24, 117
Fernando Franco Neto	7, 44
Fernando Gaudereto Lamas	12, 34
Fernando Henrique Lemos Rodrigues	17, 94
Fernando Victor Aguiar Ribeiro	6, 30
Flávia Borges Pereira	15, 140
Flávio A. M. Saes	19
Francisco Luiz Corsi	20, 78
Francisco Monticelli Valias Neto	9, 102
Frederico G. Jayme Jr.	24, 117
Gabriel Almeida Antunes Rossini	14, 91
Georges Flexor	25, 135
Glaudionor Gomes Barbosa	24, 119
Gloria Maria Moraes da Costa	7, 56
Guilherme Ariel Astolpho de Aguiar	14, 108
Guilherme Augusto Almeida	25, 137
Guilherme Babo Sedlacek	13, 65
Gustavo Pereira da Silva	13, 49
Gustavo S. Cortes	10, 64
Hamilton Afonso de Oliveira	13, 65
Heloisa de Puppi e Silva	25, 137
Heloísa Maria Teixeira	7, 44
Henrique Pereira Braga	21, 114
Hernán Enrique Lara Sáez	13, 48
Hildete Pereira de Melo	7, 56
Hugo Cerqueira	25
Hugo Correia Pinheiro	8, 87
Índio Campos	15, 126
Isabel Regina Félix	16, 142
Ivaldo Guimarães Macieira Neto	9, 46
Ivan da Costa Marques	21, 115
Jaques Kerstenetzky	21, 116
Jefferson Oliveira Goulart	23, 84
Jessé Moraes Pacheco	10, 89
João Antonio de Paula	22
João Rodrigues Neto	25, 138

Jobson Arruda	19
José Antonio Fernandes	8, 61
José Flávio Motta	23, 38
José Gabriel Porcile Meirelles	22
José Micaelson Lacerda Moraes	6, 31
José Raimundo Barreto Trindade	11, 105
Jovenildo Cardoso Rodrigues	13, 66
Julianne Alvim Milward	23, 84
Julio Cesar Zorzenon Costa	20, 77
Júlio Gomes da Silva Neto	21, 98
Julio Lucchesi Moraes	21, 133
Julio Manuel Pires	17, 71
Kevin D. Hoover	24, 119
Lafaiete dos Santos Neves	17, 93
Leandro Braga de Andrade	9, 45
Leonardo Dias Nunes	11, 107
Leonardo Milanez de Lima Leandro	13, 66
Leonardo Soares dos Santos	14, 69
Leonela Guimarães da Silva	15, 126
Lília Maria de Toledo Piza Martins	8, 61
Lucas Araújo Carvalho	15, 127
Luciana Amaral	15, 141
Luciana de Assis Mauler	22, 134
Luciana Portilho da Silva	8, 62
Luciano de Souza Costa	18, 112
Luiz Adriano Gonçalves Borges	13, 50
Luiz Carlos Delorme Prado	22
Luiz Carlos Soares	21, 133
Luiz Eduardo Simões de Souza	14, 92
Luiz Mateus da Silva Ferreira	16, 52
Luiza Isabel de Alcântara Primo	7, 56
Malcolm Rutherford	26
Marcel Pereira da Silva	13, 67
Marcelo Magalhães Godoy	16, 18, 54, 130
Marcelo Squinca da Silva	20, 78
Marco Antonio Ribas Cavaliere	25
Marcos Lobato Martins	9, 45
Maria de Fátima S.C.Previdelli	14, 92

Maria Dolores M. Diaz	10, 64
Maria Heloisa Lenz	18, 95
Maria Isabel de Jesus Chrysostomo	9, 46
Maria Lucia Lamounier	14, 70
Maria Thereza Miguel Peres	8, 61
Marina Machado de Magalhães Gouvêa	10, 90
Mario Danieli Neto	19, 131
Mário Marcos Sampaio Rodarte	16, 53
Michel Deliberali Marson	20, 79
Milena Fernandes de Oliveira	17, 73
Miriam Collares Figueiredo	16, 143
Mirian Kaminishi	8, 88
Natália Maria Salla	17, 73
Neide Cesar Vargas	14, 68
Nelson Nozoe	19
Paula Chaves Teixeira	19, 37
Paulo Roberto de Oliveira	17, 75
Pedro Antonio Vieira	16, 52
Pedro Cesar Dutra Fonseca	17, 20, 25, 72, 80
Pedro Garcia Duarte	24, 25, 119
Pedro Geraldo Tosi	20, 76
Pedro Henrique Pereira Campos	10, 63
Pedro Mendes Loureiro	16, 54
Pedro Paulo Bastos	19, 25
Rabib Floriano Antonio	7, 43
Rafael Galvão de Almeida	18, 113
Rafael Gonçalves Gumiero	15, 109
Raimundo de Sousa Leal Filho	24, 118
Ramón Garcia Fernandez	18, 26, 113
Renata Cipolli D'Arbo	9, 100
Renato Leite Marcondes	10, 20, 22, 38, 64, 77
Renato Perim Colistete	14, 70
Ricardo Lopes Fernandes	15, 128
Ricardo Zimbrão Affonso de Paula	9, 46
Rita de Cássia da Silva Almico	13, 51
Roberto Pereira Silva	11, 105
Rodrigo Fontanari	20, 76
Rogério Arthmar	14, 25, 92

Rogério Naques Faleiros	14, 20, 68, 76
Rosa D'Aguiar	25
Sérgio Marley Modesto Monteiro	17, 72
Silvia Fiuza	16, 143
Silvio Antonio Ferraz Cario	11, 15, 124, 128
Siméia de Nazaré Lopes	20, 37
Suzana Cristina Fernandes de Paiva	18, 128
Suzana Quinet de Andrade Bastos	22, 134
Talita Alves de Messias	23, 83
Tatiana Belanga Chicareli	10, 22, 90, 135
Teresa Cristina de Novaes Marques	12, 33
Thais R. Marin	23, 84
Thales Augusto Zamberlan Pereira	9, 103
Thiago Fontelas Rosado Gambi	13, 51
Tiago Camarinha Lopes	24, 116
Tiago Kramer de Oliveira	23, 39
Uallace Moreira Lima	10, 18, 90, 95
Ueber José de Oliveira	23, 80
Ulisses Rubio Urbano da Silva	7, 58
Victor Moraes de Araújo	7, 56
Vinicius Dias Fantinel	18, 95
Vitor Marcos Gregório	9, 47
Wadricia Luiza Ferreira Gomes	11, 124
Wesley Pereira de Oliveira	11, 105
Wilson Vieira	11, 104
Wolfgang Lenk	23, 40

Realização



Apoio

